

Tânia Serra Azul Machado Bezerra (UECE/AINPGP)  
Marcelo Pustilink de Almeida Vieira (UFSM/AINPGP)  
(ORGANIZADORES)

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

[www.fipedbrasil.com.br](http://www.fipedbrasil.com.br)



**realizeventos**  
Científicos & Editora



**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO**

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO  
PEDAGOGO**

Tânia Serra Azul Machado Bezerra (UECE/AINPGP);

Marcelo Pustilink de Almeida Vieira (UFSM/AINPGP);

(ORGANIZADORES)

**Realize Editora**

**- 2016 -**

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO  
Conselho Editorial**

Prof. Dr. Benedito G. Eugênio (UESB)  
Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomucemo (UEPB)  
Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos (UESB)  
Profa. Dra. Maria Lúcia P. Sampaio (UERN)  
Prof. Dr. Miguel Dias (ESTN- Portugal)  
Prof. Dr. Pedro Gonzalez (Universidade de Açores-Portugal)  
Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (UNILAB)  
Profa. Dra. Tania Serra A. M. Bezerra (UECE)  
Prof. Dr. Marcelo Pustilink de Almeida Vieira (UFSM)  
Profa. Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires (IFPB)  
Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza (UERN)  
Prof. Dr. Alexandre Martins Joca (UFCG)

**FICHA CATALOGRÁFICA**

A Pesquisa como Prática Pedagógica na Formação Inicial do Pedagogo / Tânia Serra Azul Machado Bezerra, Marcelo Pustilink de Almeida Vieira (Organizadores)

Campina Grande – PB: Realize, 2016.

141 p.

**ISBN: 978-85-61702-38-0**

Cabe aos autores a responsabilidade por seus respectivos textos, isentando o organizador e a editora por Crime de Direito Autoral.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO APRESENTAÇÃO

A coletânea de artigos deste livro, diz respeito ao compartilhamento de experiências humanas diversas sobre o saber-fazer a investigação científica na graduação. Os textos emergem da realização do **VI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA - FIPED** que ocorreu entre os dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto no Centro de Educação - CE da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo seu tema central **A Pesquisa como Prática Pedagógica na Formação Inicial do Pedagogo**.

O FIPED em suas andorinhas, desde seus passos iniciais fincados no sertão central do Nordeste do Brasil é fruto da articulação/fundação da Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia - AINPGP, entidade sem fins lucrativos.

Acreditamos que o foco da pesquisa na graduação rompe com uma cultura hegemônica de eventos voltados exclusivamente para pesquisadores das pós-graduações, ou no máximo aos grupos seletos de alunos de programas de iniciação científica. Em nosso olhar, a pesquisa na graduação passa pela questão da autonomia, criatividade e democratização de espaços de debates que demandam o contínuo aperfeiçoamento da investigação científica.

Neste cenário, ser pesquisador (a) no âmbito da graduação, diz respeito a um conjunto de práticas que extrapolam os limites da sala de aula e chegam à leitura da sociedade como um todo complexo e dinâmico. Desta feita, o FIPED volta-se para a atualidade das discussões no campo da educação com a temática Dialogicidade, Autonomia e Formação de Professores.

Neste sentido, nosso desejo é ser território fértil para o cultivo da pesquisa na graduação, oportunizando a divulgação de trabalhos de pesquisas produzidos por alunos e alunas da graduação, buscado assim exercitar o senso crítico e reflexivo sobre a relação entre educação e sociedade.

Os textos dizem respeito às mais diversas metodologias de investigação na graduação em educação e áreas afins, que entrecruzadas forjam o acúmulo de farto conhecimento sobre inúmeras temáticas

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

pesquisadas por graduandas e graduandos de diversas universidades do Brasil.

Por fim, esperamos que a leitura das pesquisas aqui aglutinadas sirvam de inspiração para outros sujeitos que na graduação encontram-se ávidos por uma oportunidade de interlocutores, tendo em vista tais elementos desejamos uma boa leitura.

**Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco**  
**Professor Adjunto UNILAB/Redenção-Ce**  
**Membro do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades/UNILAB**

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>04</b>
<b>A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO PIAUÍ</b> Cloris Violeta Alves Lopes, Mateus Bonie Campos Braga.....	<b>08</b>
<b>NA “CELA DE AULA” VENDENDO O SOL NASCER REDONDO: AÇÕES QUE EDUCAM E LIBERTAM NO SISTEMA PRISIONAL DO PIAUÍ</b> Daniela de Brito Silva Cloris Violeta Alves Lopes.....	<b>19</b>
<b>O DESCASO DO GESTOR NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO</b> Antonietta David do Amaral Canario.....	<b>32</b>
<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS NA FORMAÇÃO DOCENTE</b> Jéssica do Carmo Carnete Célia Maria Machado de Brito.....	<b>42</b>
<b>ONDA BRANCA: A DIALÉTICA DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NO DELTA DO PARNAÍBA</b> Francisco Samuel Lima dos Santos Roberto Kennedy Gomes Franco.....	<b>52</b>
<b>O DESCASO DO GESTOR NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO</b> Antonietta David do Amaral Canario, Emanuela Bernadino da Silva.....	<b>66</b>
<b>HISTORICIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS DES(CAMINHOS) DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR ENTRE A DUALIDADE ESTRUTURAL E AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b> Luzirene Oliveira do Nascimento.....	<b>67</b>
<b>ESCREVENDO UMA HISTÓRIA DE VIDA: IMPACTOS DA ALFABETIZAÇÃO NA VIDA SOCIAL DE EDUCANDOS (AS) NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA</b> Ana Tereza Correia Maia de Moraes Débora Aldyane Barbosa Carvalho Maria Lucas da Silva.....	<b>85</b>
<b>PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DEBATENDO A CORPOREIDADE DA CRIANÇA NA ESCOLA</b> Cindy Brandão Silvério Maria José Albuquerque da Silva Raquel Dias Araújo.....	<b>95</b>

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO**

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SÉCULO XXI E DEMANDAS POR  
QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Márcia Gardênia Lustosa Pires  
Tânia Serra Azul Machado Bezerra.....109

**O DESEMPREGO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBAL  
CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE SOBRE OS “INEMPREGÁVEIS” EM ŽIŽEK**

Maria Anita Vieira Lustosa  
Márcia Gardênia Lustosa Pires.....122

**NARRATIVAS DE EX-ALUNOS DE PAULO FREIRE EM ANGICOS (RN): UM  
OLHAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Nayara dos Santos Chagas  
Tânia Serra Azul Machado Bezerra  
Célia Maria Machado de Brito.....131



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO PIAUÍ

Ms. Cloris Violeta Alves Lopes,  
*cloris-carlos@uol.com.br*  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR<sup>1</sup>

Mateus Bonie Campos Braga,  
*mateus.bonie@aluno.uece.br*  
Universidade Estadual do Ceará - UECE<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar do direito e da importância do processo educativo escolar no sistema prisional, com ênfase na experiência do projeto Educando para a liberdade no estado do Piauí. Primeiramente abordaremos o papel da educação, conseqüentemente a função da escola no sistema carcerário, discutindo também o papel do educador, o direito do preso e o dever do Estado em oferecer o acesso a Educação. Em seguida, falaremos sobre o projeto desenvolvido no Estado do Piauí que foi adotado com o intuito de minimizar o analfabetismo dentro dos presídios e auxiliar os detentos no processo de ressocialização. Para concluir, salientamos a importância da educação escolar no sistema penitenciário, principalmente por ser uma educação enquadrada na modalidade do EJA - Educação de Jovens e Adultos. Desenvolver um projeto nos presídios não é fácil, no entanto, é necessário que o Estado esteja disposto em elaborar estratégias para alcançar os presidiários, visando a ressocialização dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema prisional. Educação. Piauí

### INTRODUÇÃO

Em tempos de discussões sobre o sistema carcerário, de justiça pelas próprias mãos, da sociedade que busca solucionar o problema da violência a todo custo e de forma rápida, sem pensar nas conseqüências, falar em educação prisional, de ações conjuntas de ressocialização do preso e acreditar na possibilidade transformadora é algo desafiador.

No Brasil a população carcerária cresce a cada dia, criando penitenciárias lotadas com a mínima estrutura para funcionamento, no entanto, acredita-se

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí. E-mail: *cloris-carlos@uol.com.br*

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará e Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: *mateus.bonie@aluno.uece.br*



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

que a prisão é a instituição em que o delinquente perde a liberdade, sai do convívio com a sociedade, com o objetivo de que seja espaço de punição dos atos cometidos, visando também, que o mesmo não volte a cometer crimes. Segundo Foucault (2008), a prisão tem o objetivo de tornar os corpos dóceis e úteis; a instituição passa a ser uma forma de punir delinquentes, mas com o papel de recuperá-los para o convívio social.

A prisão é um espaço com conjunto de normas que objetivam a transformação dos sujeitos. Portanto, as penitenciárias são instituições regidas por normas na intenção de treinar e reeducar as pessoas para o convívio social, o indivíduo não responde mais por si, com autonomia, e sim disciplinado, sempre submetido as regras e normas da instituição.

Falar da importância da escola dentro do sistema prisional para muitos é algo inadequado, inexistência e sem necessidade. Diante de nós temos um tema desafiador e questionador, pois para muitos a prisão deve ser uma instituição de depósito humano e castigos terríveis, que provoca espanto, euforia e indignação ao ouvir das regalias que os encarcerados possuem, como direitos básicos de todo ser humano, acesso aos cuidados com a saúde, trabalho e escola.

A escola na prisão deve ser encarada como uma instituição educacional que visa a transformação encarcerado, adotando-se de uma concepção pedagógica libertadora no intuito de oferecer ao detendo a possibilidade do sujeito voltar a ter uma autonomia, de ser reconhecido socialmente como um ser humano, com direitos e deveres. Ao contrário, a escola pode ser apenas mais um mecanismo da instituição prisional para reproduzir normas e regras, adequando os sujeitos a convivência na prisão.

## **1- A ESCOLA E O EDUCADOR NO SISTEMA PRISIONAL**

Muito se discute sobre as atividades educacionais dentro do sistema prisional. No entanto, ressaltamos a Educação enquanto possibilidade de ressocialização, seja em espaço formal ou informal, ela cria possibilidades de inserir o presidiário em um contexto diferenciado do seu cotidiano de cárcere.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Dentro da realidade carcerária, a Escola e o educador recebem características fundamentais enquanto agentes transformadores. Segundo Moacir Gadotti (1993, p.128), “A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir com o processo de desprisionalização e de formação do homem preso”. De acordo ainda com Elenice Onofre (2007, p 20),

Alguns presos buscam a escola com um significado positivo, em que a escola, além de ocupar sua mente com coisas boas, é vista também como possibilidade de melhoria de vida diante de sua liberdade futura. A escola, portanto, proporciona-lhes a possibilidade de se relacionar com o mundo lá fora. O aprisionado aponta a escola como um espaço onde se sente mais livre, onde conversa com colegas de outros pavilhões e com professores em quem confia.

Portanto, a escola para esse sujeito apresenta-se como perspectiva que supera a transformação da realidade cognitiva, de desenvolvimento intelectual, mas diz respeito a liberdade, a liberdade que vem pela inclusão social, sentir-se novamente dentro, sair das margens. Para J. R. Leite: “Ler e escrever na prisão é fundamental, pois não gera dependência do companheiro, significa ter mais liberdade, autonomia, pois na prisão até favor é dívida, e dívida é risco de vida” (1997, p.77).

Assim, nos remetemos a Paulo Freire (2012, p. 35) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, em que se evidencia o processo de desumanização causada pelo opressor a seus oprimidos.

[...] vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e re fará.

O autor busca mostrar como a educação no Brasil produz um fetiche social, reproduzindo a desigualdade, a marginalização e a miséria. Freire propõe “a dialogicidade – essência da educação como prática de liberdade” para demonstrar o quanto é importante o desenvolvimento do diálogo

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

no processo educativo. A comunicação é expressa pelas palavras e pela ação, por isso a verdade tem que estar constante nestes dois momentos de construção da educação, tanto do aluno quanto do professor. É isso que dá sentido ao mundo em que os homens vivem e se relacionam. O diálogo entre educador-educando inicia no planejamento do seu conteúdo.

Sobre o papel da educação e o sistema escolar, Antonio Gramsci (1971, apud JULIÃO, 2007, p. 47) colabora ao refletir que,

A educação tem um papel fundamental no contexto social e que o sistema escolar é aparelho central para a hegemonização de determinadas ideias e projetos, agindo não apenas na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também sobre seu modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais.

O descaso com o qual é tratada a educação de jovens e adultos no sistema prisional, que não por acaso, é o lugar que abriga os jovens e adultos das camadas e classes sociais mais baixas, os excluídos, suscita críticas veementes. Vários autores consideram que os governantes estão interessados em que a escola permaneça agonizante, com as condições mínimas de sobrevivência, mantendo apenas sua função social de certificar, “mantendo as aparências” do cumprimento das questões e exigências legais.

A educação básica no sistema prisional e para todos é um direito inalienável e internacionalmente reconhecido. A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que por intermédio do Conselho Econômico Social das Nações Unidas, recomenda em sua resolução 1990/20 de 24/05/1990, que todos os presos tenham direito ao acesso a educação contemplando programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, educação física e esporte, ensino superior, dentre outros.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, I, estabelece que: “todo homem tem direito à instrução” e completa em seu inciso II que: “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. Esses direitos consagrados pela

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Declaração Universal também foram confirmados pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seus artigos 14 e 15.

Foucault (2010, p. 255-256) ao tratar dos sete princípios fundamentais que constituem as sete máximas universais da boa condição penitenciária, elenca a educação como componente de um deles: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. O artigo 205, caput da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação nas prisões, geralmente ofertada por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), inspirada na pedagogia de Paulo Freire, baseia-se principalmente na promoção da autonomia e emancipação dos internos, por meio de uma educação dialógica. Nessa perspectiva, o papel do educador é fundamental, pois deve promover o diálogo, a fim de serem identificadas as necessidades educacionais do educando, e, sempre que possível, montar um programa individualizado de forma que o mesmo se sinta motivado a participar do programa.

A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, também reforça o direito do preso a receber assistência educacional, bem como estabelece as diretrizes básicas para que esse direito seja implementado. No capítulo II, Seção I, dentre os diversos tipos de assistência a ser prestada ao preso, está a assistência educacional, conforme se verifica do Art. 11, *in verbis*: “A assistência será: [...] IV – educacional” e no artigo 17 a 21 estabelece as formas de como essa assistência educacional será prestada. Outro dispositivo da referida Lei que também se refere ao assunto está no Capítulo IV, Seção II, Dos Direitos, dispondo que: “Art. 41 - Constituem direitos do preso: [...] VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Recentemente foi criada a Lei Nº 12.433 de 29 de Junho de 2011, que altera o artigo 126 da Lei de Execução Penal incluindo a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo. De acordo com o novo dispositivo a cada 12 (doze) horas de estudo o interno terá direito a remir 01 (um) dia de sua pena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) também serve de respaldo para a garantia do direito à educação ao prescrever em seu art. 2º que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. O disposto no referido artigo vem de encontro à função ressocializadora da pena privativa de liberdade visando a capacitar o preso para um melhor retorno ao convívio social e o exercício pleno da cidadania.

Dentro desse contexto, sob essa perspectiva, a educação nas prisões se firma como uma alternativa de ressocialização, encontrando justificativa como meio de controle da violência e de diminuição da reincidência criminal.

Para Onofre (2013, p. 148),

Pensar sobre o papel da escola nas prisões supõe considerar a complexidade do trabalho docente e o desenvolvimento de saberes necessários postos ao educador, destacando-se as condições de sua apropriação na perspectiva de quem aprende (um jovem ou adulto em privação de liberdade) e as características das situações específicas em que o ensino acontece (a prisão ou instituição fechada).

## **2- A EDUCAÇÃO ESCOLAR PRISIONAL NO PIAUÍ**

A partir de 2006, iniciou-se um movimento governamental na perspectiva de criação da “primeira rede latino-americana de educação nas prisões”. O objetivo da rede, à luz do que vem sendo realizado sobre o tema em outras regiões do mundo, é investir no intercâmbio de experiências, bem como consolidar práticas que institucionalizem uma política educativa para o sistema penitenciário da América Latina. E o que dizer da realidade do Estado do Piauí?

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

No Piauí, a secretaria de Justiça e Direitos Humanos, na busca de humanizar o sistema penitenciário estadual e, com isso, oportunizar o fortalecimento do processo de reintegração dos presos à sociedade e possibilitar a formação dos princípios de cidadania e da igualdade de direitos, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, implanta o projeto Educando Para a Liberdade em seu sistema penitenciário. A proposição deste projeto visa integrar as ações humanizadas já desenvolvidas por esta secretaria às ações educacionais destinadas a jovens e adultos gerenciados pela Secretaria de Educação e, com isso, ofertar a população carcerária piauiense melhoria da qualidade de vida.

O Projeto Educando para a Liberdade definiu-se em três dimensões que são elas: a primeira que se relaciona com a articulação entre a mobilização e articulação das secretarias de educação e da administração penitenciária dos estados em uma oferta educacional coordenada. A segunda abrange as identidades e as práticas dos profissionais envolvidos no processo. A terceira atende às questões pedagógicas. Aqui deparamo-nos com o desafio de compreender de que forma a educação na prisão poderá promover a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos no sistema carcerário. Sendo assim, necessário se faz investir na formação dos que fazem o sistema prisional tais como: dos gestores, dos agentes prisionais e dos professores.

O projeto Educando para Liberdade foi implementado tendo como objetivos principais: minimizar o analfabetismo dentro dos presídios do Piauí e auxiliar os detentos no processo de ressocialização. Como afirma Paulo Freire (2002, p. 48):

[...] a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação, tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la.

Por meio de uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria e de Justiça de Direitos Humanos do Governo do Estado do Piauí, foi posto em



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

prática esse projeto. Sobre isso, afirma Gadotti (2006, p. 36) “O histórico distanciamento entre sociedade e Estado no Brasil no que se refere aos problemas educacionais. Até hoje existe muita desconfiança em relação às iniciativas do Estado, mesmo quando seus dirigentes têm compromisso com o povo”.

Para desenvolver este projeto, os gestores fizeram deslocamento de servidores de outra secretaria para que houvesse sua viabilidade, no qual professores efetivos do estado foram remanejados da Secretaria de Educação e lotados nas unidades penais da Secretaria de Justiça. Levando educação a um público que, por natureza, já é excluído. Garantindo a ele, um dos direitos fundamentais previsto em leis, normas, resoluções e estatutos, o direito à Educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão social nos países do terceiro mundo tem sofrido aumento em função do modelo de desenvolvimento econômico implantado, provocando principalmente na população mais carente, um preço alto a pagar, com a precariedade no atendimento à saúde educação e outros serviços essenciais, por outro lado a precarização dos direitos trabalhistas, como ainda a possibilidade do fim do emprego.

Seguindo nessa perspectiva, países em desenvolvimento, como os que integram o bloco econômico MERCOSUL, sobrevivem quase que diariamente sob a ameaça de uma desestabilização econômica que inviabiliza, pelo menos no âmbito teórico, a implantação de políticas que erradiquem a miséria e conseqüentemente a distribuição equitativa dos benefícios sociais (JULIÃO, 2003, p.26).

Diante de tal quadro, como pensar educação no sistema prisional? Refletir sobre essa questão da educação e a reinserção do sujeito nessa realidade social torna-se uma tarefa com grandes possibilidades de não acontecer. Ou acontecer de qualquer jeito. Mesmo diante da legislação que prevê o atendimento à educação junto com o trabalho e a cultura, na prática evidenciamos que esse direito não está garantido para o jovem e adulto em situação de privação de liberdade.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Dessa forma, fazer e falar de educação não é fácil. É uma tarefa árdua, ainda mais quando falamos de educação dentro do presídio, onde as chances e os investimentos são mínimos. No entanto, a educação por meio da escola na prisão tem um objetivo principal que é o de ressocialização, de inserção do preso em um ambiente acolhedor e social, permitindo ao encarcerado uma nova chance de socialização.

As dificuldades enfrentadas pelas instituições carcerárias são enormes, principalmente para aqueles que acreditam na educação enquanto movimento de transformação, e aceitam o desafio de trabalhar nas escolas do sistema penitenciário.

Ações educativas por mais que pontuais dentro dos presídios contribuem na formação dos sujeitos de forma significativa. Ainda é preciso uma conscientização daqueles que lidam com o Sistema Penal, principalmente de funcionários e os demais órgãos do governo, no sentido de promoverem e adotarem a prisão não apenas como instituição de normas e regras, mas de ressocialização, assim como no projeto adotado pelo Estado do Piauí, Educando para a Liberdade.

Por outro lado, a escola que tem a função que favorece a mobilidade social, não surte os efeitos esperados, pois seus currículos são tradicionais, com professores despreparados para desenvolver um trabalho diferenciados nos espaços prisionais, sem acompanhamento das secretarias de educação, bem como as instituições de ensino superior que poderiam e deveriam arcar também com essa dívida social.

Mediante isso, propomos a construção de uma escola que esteja mais próximo possível da realidade daqueles sujeitos privados de liberdade, com currículos específicos em sintonia com o conteúdo básico nacional, conforme recomendações do PNE – Plano Nacional de Educação quando se refere à Educação de Jovens e Adultos.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 7.210, publicada em 17 jun. 1984. **Lei das Execuções Penais**. Presidência da República. Brasília. 17 jun 1.984.

\_\_\_\_\_, Lei 12.433, publicada em 29 jun. 2011. **Dispõem sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho**. Presidência da República. Brasília. 29 jun 2011.

\_\_\_\_\_, Resolução nº 2/2010, aprovada em 19 mai. 2010, **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Ministério d Educação. Brasília. 19 mai. 2010.

\_\_\_\_\_, Lei 9.394, publicada em 20 out. 1996. **Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional**, Presidência da República. Brasília. 20 out. 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 26º ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir; **ROMÃO**, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 8ªed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

JULIÃO, E. F. Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade: Desafios Para a Política de Reinserção social. In: LOURENÇO, A.; ONOFRE, S. **EJA e educação prisional**. Brasil. Salto para o futuro Brasília: SEEd-MEC, 2007.

JULIÃO, E.F. **Políticas públicas de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: Edufscar, 2007. 160 p.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## NA “CELA DE AULA” VENDENDO O SOL NASCER REDONDO: AÇÕES QUE EDUCAM E LIBERTAM NO SISTEMA PRISIONAL DO PIAUÍ.

Daniela de Brito Silva<sup>1</sup>

Cloris Violeta Alves Lopes <sup>2</sup>  
*cloris-carlos@uol.com.br*

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a realidade da Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Mista de Parnaíba, litoral do Piauí e as contribuições que nosso trabalho pode proporcionar à educação dos detentos desse sistema. Nessa perspectiva, caracterizamos as nossas ações pedagógicas e a nossa função como educadoras, o perfil dos alunos detentos e as metodologias desenvolvidas por nós, neste estabelecimento prisional. Para a realização deste trabalho, tomamos como referência bibliográfica o pensamento de Foucault (2004), Aranha (1998), Magalhães (2003), Onofre (2007), Julião (2007), Freire (1987e 2005), além de nossas experiências dentre outros autores que contribuíram para a discussão desta temática. Realizamos ainda, a aplicação de questionários com alunos-detentos e ex-detentos. Essas iniciativas surgiram a partir do Projeto educando para a Liberdade, através de convênios firmados entre a Secretaria de Justiça e Cidadania e a Secretaria de Educação do Estado do Piauí, um projeto que tem credibilidade e boa aceitação, tanto pela direção do presídio e das educadoras, quanto pelos detentos. A referida pesquisa se deu no ano de 2012 por ser um período em que as professoras do sistema prisional, eram alunas do Curso de Especialização em Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das Populações do campo e Carcerária, na Modalidade EJA pela Universidade Federal do Piauí. Esperamos que os resultados deste artigo contribuam para reflexões sobre a educação e de um modo particular para os que fazem educação no sistema prisional do País.

**PALAVRAS-CHAVES:** Alunos-detentos. Ressocialização. Educação para a Liberdade.

---

1- Especialista em Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das Populações do campo e Carcerária, na Modalidade EJA pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Fundamental Menor e Educação de Jovens e Adultos- EJA da rede Municipal de Parnaíba e da rede Estadual na educação Carcerária. E-mail: danisilva.phb@hotmail.com

2- Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora do Curso de Especialização em Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das Populações do campo e Carcerária, na Modalidade EJA pela Universidade Federal do Piauí. E-mail:cloris-carlos@uol.com.br

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## INTRODUÇÃO

A secretaria de Justiça e Direitos Humanos, na busca de humanizar o sistema penitenciário estadual e com isto oportunizar o fortalecimento do processo de reintegração destes à sociedade e possibilitar a formação dos princípios de cidadania e da igualdade de direitos, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação implanta o projeto Educando Para a Liberdade no sistema penitenciário Piauiense. A proposição deste projeto visa integrar as ações humanizadas já desenvolvidas por esta secretaria às ações educacionais destinadas a jovens e adultos gerenciados pela Secretaria de Educação e com isso, ofertar a população carcerária piauiense melhoria da qualidade de vida. O projeto foi criado em 2003 passando a funcionar em Parnaíba apenas em Março de 2004, a princípio era apenas um projeto do Governo do Estado, hoje é a nível Federal.

Com este artigo temos a pretensão de trazer à tona reflexões acerca de nossas ações que educam e libertam os encarcerados. Apresentando a Educação oferecida a essas pessoas privadas de liberdade, cujo trabalho é executado através do Projeto Educando para Liberdade na Penitenciária Mista de Parnaíba (PI), procurando assim tornar conhecidas algumas das Políticas Públicas destinadas aos privados de liberdade desse Estado. Para tanto, desenvolvemos os seguintes procedimentos: analisamos a proposta Pedagógica para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecida na Penitenciária Mista de Parnaíba onde foi criado um ambiente escolar para o desenvolvimento dessas ações, acrescidas às experiências profissionais de Educandos que fazem parte desse universo.

Enquanto professoras da Penitenciária Mista de Parnaíba, no Projeto Educando para a Liberdade, aceitamos tal desafio, realizando um trabalho voltado para uma educação centrada no seu objetivo maior que é Educar, Formar e Reintegrar a comunidade carcerária através de seus elementos principais: escola, professor, detentos e comunidades. Lembrando que, buscamos refletir as várias tendências que permeiam a prática pedagógica na escola, pois verificamos em suas propostas ações que possibilitaram a melhoria do processo ensino-aprendizagem e é neste sentido que a escola assume um importante papel.

Elionaldo Fernandes Julião (2007), afirma que, “A escola nos presídios tem uma enorme responsabilidade nos indivíduos autônomos, na ampliação do acesso a bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos assim como na consciência de seus direitos e deveres”. (JULIÃO, 2007, p.47).

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Para entender a sociedade dos cativos, como esclarece Sykes (1999), “é preciso estar sintonizado com a contradição e permanecer neutro, pois a realidade da detenção é multifacetária”; há de se ter presente que o significado de qualquer situação é sempre um complexo de pontos de vista, muitas vezes conflitantes, e que é na divergência que se começa a ver os aspectos significativos da estrutura social da prisão.

Buscando uma postura de dialogicidade, com a atenção voltada às contradições do espaço a ser pesquisado, foram delimitados como sujeitos da pesquisa os alunos e ex-alunos da escola da Penitenciária Mista de Parnaíba. A preocupação central foi compreender como esses agentes veem a escola buscando uma representação singular da realidade sem desvinculá-la do contexto em que está inserido, determinando as ações que são desenvolvidas no interior da escola.

Ofertar educação para jovens e adultos privados de liberdade, além de ser dever do estado, é também um gesto humanitário que precisa ser reconhecido por todos. Se a educação de jovens e adultos livres tem as suas especificidades, imagina-se a educação para jovens e adultos reclusos em um mundo onde os conflitos pessoais multiplicam-se ainda mais, quando comparadas às dificuldades que são inerentes aos homens e mulheres livres, visto que, se têm ali pessoas que, além da história pessoal já construída, possuem ainda histórias de delinquência, são pessoas cujos planos foram interrompidos e os sonhos abortados.

Ler e escrever na prisão é necessário, pois não ter essas habilidades implica em depender do companheiro. Só assim os detentos podem escrever para os seus ler cartas da família, fazer bilhetes e acompanhar o desenrolar dos seus processos junto com seus advogados. A escola na prisão é apontada pelo aluno como espaço fundamental para que possa fazer valer o direito a cidadania, e a aprendizagem da leitura e da escrita, permanecem essenciais para que seja adquirido o mínimo de autonomia. O espaço escolar, ainda que localizado em um ambiente repressor, excludente e de isolamento, deve pautar-se na produção de conhecimento, de estudo, de estabelecimento de vínculos, de participação, de compreensão de mundo. Fica explícito, portanto, o paradoxo que se observa. De que modo o processo educativo pode ganhar o caráter participativo, respeitando as formas de sentir e pensar do aprisionado, buscando atingir as suas expectativas de vida para quando em liberdade.

Na escola o aluno adquire um capital que não é roubado exercitando outro modo de ser ao se relacionar efetivamente com o professor. O conhecimento trazido pelo afetivo, o aluno aprende bem o que lhe causa interesse, uma atmosfera de aula que lhe parece segura, com professores e professoras que buscam criar afinidades. Embora esteja em um espaço



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

repressivo, mantemos na sala de aula a valorização da dimensão social e afetiva no relacionamento com os nossos alunos. Há de se considerar, pois, que, sendo o processo de educação contínuo, é preciso repensar o significado dado à “reeducação” do aprisionado. Trata-se de um processo de educação que se modifica em sua natureza, em sua forma, mais que continua sendo, sempre, processo educativo.

## **2. O cotidiano escolar prisional em PARNAÍBA-PI à luz da literatura e vivência nossa de cada dia**

Pelo fato de vivenciarmos diretamente com alunos detentos, pretendemos aqui relatar experiências como educadoras do projeto Educando Para a Liberdade. Resolvemos enfrentar esta empreitada, especialmente em razão da perspectiva que a Secretaria de Justiça (SEJUS) tem sobre a relação escola-prisão. Certas que, encarar os processos de escolarização que ocorreram no interior de instituições prisionais é, a nosso ver, ter de enfrentar a forma mais clara, vista pela sociedade, da contradição entre formação educacional e desumanização do homem.

Embora considerando que, a prisão, é um espaço que pouco oferece formação dos detentos, com a repressão e a desumanização que há nos presídios, pretendemos aqui mostrar que, apesar dessas limitações, os detentos procuram dar algum significado às suas vidas. Para eles, a escola da prisão é o único espaço em que podem se sentir homens, em que a marca de “criminoso” pode ser amenizada e se vêem homens que continuam a enxergar na educação uma oportunidade para não serem somente “marginais”.

Pesquisas apontam que a prisão é conhecida por não conseguir recuperar a grande maioria de seus detentos e, pelo seu modelo atual de organização e funcionamento não podemos negar que ela é responsável pela produção de delinquentes. Diante de sua evidente precariedade a prisão é na verdade uma escola do crime: “A prisão não reduz os índices de criminalidade provoca reincidência, provoca a delinquência, agrava e organiza a ação criminal” (ROCHA, 1994, p.17). Ou, ainda, como afirma Edmundo C. Coelho (1987) na sua obra, “A oficina do Diabo”:

[...] é muito provável que a penitenciária seja definitivamente uma daquelas instituições que paradoxalmente são indispensáveis exatamente porque fracassaram em sua missão específica e, quanto menos conseguem resocializar e reintegrar à sociedade o criminoso, mas proliferam e mais recursos consomem (COELHO, 1987, p.17).

É fato que, a eficácia da escolarização no sistema Prisional possa ter naquilo que se convencionou denominar “ressocialização”, ajudou-nos a não perder a “fé” no homem. homem este que, apesar de, muitas vezes, por um

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

erro cometido em sua vida, continua a busca incessante para se constituir como “um ser mais humano”.

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, são jogados em um conflito na qual a necessidade básica vital, muitas vezes, lhes são negadas. Pela condição de presos, são reduzidos a “marginais”, “bandidos”, excluídos, massacrados e até odiados, com um total desrespeito aos direitos de qualquer ser humano à vida.

Concordamos com Ottoboni (1994, p.93): “A partir do momento que sente a presença de pessoas como as educadoras que lhe oferecem amizade sem compensações ou retorno, eles se soltam autoconfiantes, entendendo até, os seus valores”.

Acreditamos, então, que a educação escolar é uma possibilidade de libertação interior. Na visão de Wesley Botelho Alvim (2006),

O apenado, ao ser tratado com dignidade e respeito, vê que é possível recuperar-se e não mais ter uma vida delituosa como antes. Tal fato implicará diretamente na vida dele próprio e também na vida da sociedade que sentirá os efeitos de tal recuperação, os índices de violência irão baixar e a qualidade de vida irá melhorar (ALVIM, 2006, p.02).

Tendo em vista o início do projeto Educando para a Liberdade, da qual fazemos parte desde março/2004 até os dias atuais, fomos e ainda somos confidentes, amigas, conselheiras. A princípio os alunos-detentos viam a escola apenas como ocupação do tempo e da mente com “coisas boas” e ao passar do tempo, veem mudanças no seu pensamento e acabam tendo-a como possibilidade de melhoria de vida quando em liberdade e isto é o que se espera por todos.

Tanto nós educadoras como os alunos-detentos, acreditamos numa educação da qual a sociedade, até hoje, desconhece e que é de fundamental importância por parte de todos que compõem a população da cidade de Parnaíba. Procuramos sempre conscientizá-los sobre a importância da ressocialização tanto para seus próprios familiares, quanto a sociedade em geral.

Deve-se afirmar a necessidade de uma instituição penitenciária que recupere de fato o preso para que dessa forma a sociedade não sofra as consequências da revolta gerada pela degradação humana do preso como há muito vem ocorrendo. O preso sai da prisão, revoltado mais até do que quando entrou, e não raro volta à criminalidade em 85% dos casos, pondo em prática o que aprendeu na penitenciária (ALVIM 2006, p.04).



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Objetivando relatar a nossa experiência de um lugar onde esses “excluídos” estão isolados, tentamos aqui enfatizar que a escola da Penitenciária Mista de Parnaíba, apresenta-se como o local em que preferem estar, o melhor lugar para permanecer na prisão. A escola prisional ocupa um espaço privilegiado na prisão, espaço esse que se faz valer muito em função do valor a ela atribuído por nós professoras e pelos alunos contemplados pelo projeto e pelos demais presos, ao ponto de durante uma rebelião, o único local respeitado pelos manifestantes foi a escola.

Buscamos, então, através da educação, a consciência cidadã dos detentos, proporcionando a humanização do sistema carcerário de Parnaíba, resgatando o papel do cidadão na comunidade carcerária, bem como proporcionando ao recluso o acesso ao conhecimento sistematizado, para assim, prepará-lo ao regresso e o sucesso em estudo, viabilizando uma educação voltada para uma formação dos cidadãos conscientes e críticos capazes de participarem efetivamente da sociedade, quando de sua reinclusão.

Apesar das contradições quanto à inserção da educação escolar nas prisões, a intenção é mostrar a realidade e até que ponto a educação escolar é um fator contributivo para a reabilitação do homem aprisionado e é no cotidiano do nosso trabalho que repassamos aos detentos uma educação que muitos deles não tiveram oportunidade de ter, por vários motivos, impossibilitando-os de ingressarem no mercado de trabalho, além disso, buscamos também, fazê-los repensar sobre o delito cometido e não cair na reincidência.

Apesar de, todos os dias de aula serem bastante prazerosos para eles nos esforçamos muito para dar o melhor, mesmo com todas as dificuldades que encontramos até chegar à “cela de aula”. Dificuldades estas que nos encorajam mais a continuar neste trabalho, por sentir nos olhos dos apenados a necessidade de continuarmos ali, mesmo com todas as pressões e medos, pois vemos que com nossa presença como educadoras os fazem se sentir melhor.

Em nosso cotidiano de trabalho, utilizamos diferentes estratégias de ensino e de recursos para a construção do conhecimento dentro da perspectiva do aprender a aprender, do aprender a pensar, de elaboração de conceitos, buscando, assim, formas de ajudar o apenado a se posicionar, conscientemente como força atuante, responsável e participativa, encorajando-o a compreender melhor a realidade e obter assim posturas éticas, além de aprimorar como colaboradoras, ajudando-os a resolver problemas. Portanto, são relacionados alguns recursos que contribuem para aprimorar o processo ensino aprendizagem, com aulas expositivas dialogadas que são transformadas em atividades dinâmicas, participativa estimuladora do pensamento crítico do apenado, além de proporcionar uma relação de troca de conhecimento e vivências.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Temos também as discussões e os debates que levam os alunos a debaterem sobre os diversos temas propostos em sala de aula, confrontando diferentes pontos de vista, mas sempre respeitando a postura do outro. São realizados também, estudos dirigidos onde o apenado estuda um conteúdo tendo por base um roteiro que facilita a aprendizagem quanto à assimilação de conhecimentos, e possibilita o dialogo e a troca de ideias.

## 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de pesquisa presente nesse projeto teve como característica principal a abordagem qualitativa. O pesquisador, os sujeitos envolvidos na investigação, os instrumentos utilizados na aproximação com a realidade, os referenciais teóricos, são elementos que compõem o cotidiano de uma pesquisa qualitativa. O processo de produção de conhecimento científico, em especial na pesquisa qualitativa, se dá através da interligação entre esses elementos, ponto central para o desvelamento da realidade.

A realidade não pode ser pensada e analisada *a priori*, mas o pesquisador precisa estabelecer contato, participar, dialogar, tornar os sujeitos envolvidos parceiros de suas inquietações.

Consideramos, portanto, que a pesquisa de orientação etnográfica foi a abordagem teórico-metodológica que melhor sinalizou para os objetivos desse estudo, haja vista que se caracteriza, principalmente, pelo contato direto do pesquisador com as situações e com os indivíduos, permitindo ainda um esquema flexível de coleta de dados. Desse modo, um importante propósito da pesquisa etnográfica na educação é descrever, analisar e interpretar uma faceta ou segmento da vida social de um grupo, dentro de um contexto educativo, compreendendo também como os acontecimentos pedagógicos se relacionam nesse contexto sociocultural. Neste propósito, mediante questões ou declarações amplas, o pesquisador esclarece ao grupo a intenção da pesquisa, estabelece hipóteses e perguntas significativas e tem como fonte de dados às pessoas, os cenários e os objetivos relevantes (H. MOREIRA; L.G. CALEFFE, 2006).

MARLI ANDRÉ, (2008, P.47), considera que essa linha de pesquisa chamou a atenção dos educadores, dos pesquisadores, para a necessidade de considerar as dimensões, pessoal, interacional, institucional e sociocultural no ambiente escolar.

Assim, a partir desses fundamentos teórico-metodológicos, planejamos a pesquisa de campo em quatro momentos específicos, associando procedimentos empregados em várias técnicas: aplicação de questionários, entrevistas, observação participante, e estudo de documentos. Iniciamos a pesquisa com o “desenho” do perfil social, político e cultural dos participantes

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

do estudo e, para tanto, aplicamos questionários introdutórios com os sujeitos da pesquisa. Nossas indagações incentivaram perguntas a cinco alunos-detentos e dois ex-detentos que iniciaram os estudos no presídio e que estão dando continuidade lá fora.

No segundo momento fizemos observações do ambiente educativo, descrevendo situações de aprendizagem e registrando em diário de campo a dinamicidade do processo pedagógico e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala.

Quanto à coleta de dados, inicialmente, fizemos uma análise documental, consultamos a Legislação vigente: Lei das Execuções Penais, 1984; Lei 12.433, que dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo; Resolução nº 2/2010, aprovada em: 19 mai. 2010. Dispõe Sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais; o diz a LDB 9394/96, sobre o assunto em estudo, bem como os documentos da instituição, tais como Projeto Político.

A instituição escolhida foi a Escola da Penitenciária Mista Juiz João Nonon de Moura Fontes Ibiapina de Parnaíba no estado do Piauí.

## 3.1. COLETA DE DADOS

O processo da coleta de dados aconteceu por meio de experiências e questionamentos realizados com os alunos. Neste sentido, as nossas indagações incentivaram perguntas a cinco alunos-detentos e a dois ex-detentos que iniciaram os estudos no presídio e que estão dando continuidade fora. Perguntas essas que lhe proporcionaram a oportunidade de responder livremente o que melhor lhe conviesse: O que fez você querer participar das aulas no presídio? Algumas respostas foram: 1. Para aprofundar meus conhecimentos; 2. Porque lá fora não tive oportunidade e aqui estou vendo que posso muito mais; 3. Já sei ler muito bem, mas pretendo aqui, melhorar minha escrita, pois troco muito letras; 4. Porque não sabia ler e nem escrever e o projeto me deu a oportunidade de aprender. Quando você chegou ao presídio, você já era alfabetizado? Dos 5 alunos entrevistados 2 não eram alfabetizados e 3 eram. Você pretende continuar seus estudos quando ganhar a liberdade? Sim. Todos responderam que pretendem continuar estudando. Qual a sua expectativa em relação ao projeto? 1. Aprender mais; 2. Aprender mais e mais, para conseguir ensinar meus filhos; 3. Para ter oportunidade de aplicar o que aprendi na liberdade; 4. Para melhorar a minha vida e o meu dia a dia. Como se dá o relacionamento com as educadoras? 1. São muito educadas; 2. Tratam-nos como filhos e amigos; 3. Nos valorizam; 4. São muito pacientes e confiam em nós e isto elevar a nossa baixa estima.

Apesar de haver sempre uma rotatividade no presídio, o número de detentos no ano de 2012, ano em que ocorreu a pesquisa na Penitenciária

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Mista de Parnaíba no mês de novembro era de 310 presos em regime fechados, sendo 286 homens e 24 mulheres. Ainda há os do regime aberto que são 8 e 68 do semiaberto. Para um presídio com limite de 180 a 200 detentos está realidade está ultrapassada e isto, infelizmente, não é só em Parnaíba, sabemos que existem realidades piores.

Não há estatística oficial sobre o perfil da população carcerária, portanto não se pode fazer uma melhor avaliação desses sujeitos. No entanto considerando nosso acompanhamento concluímos o ano letivo de 2012 com 3 alunas detentas , sendo duas alfabetizadas e uma não alfabetizada. Os detentos são 7 alfabetizados e 3 não alfabetizados.

O perfil dos presos reflete a parcela da sociedade que fica fora da vida econômica. É uma massa de jovens, pobres, não brancos e com pouca escolaridade. Acredita-se que 70% deles não chegaram a completar o Ensino Fundamental e cerca de 60% tem entre 18 e 50 anos-idade economicamente ativa. (JULIÃO, 2007, p.04).

Diante do exposto, entendemos que, para que possamos oferecer um ensino melhor nas prisões, faz-se necessário um maior investimento na formação dos professores, mesmo com um número de aulas restritas para propiciar uma maior aprendizagem ao aluno-presos, para que, se continuarem por mais tempo no presídio, possam avançar de série, visto que temos apenas duas etapas e quando concluem essas duas etapas, acabam por continuar na mesma série por falta de novas turmas, atendendo assim a necessidade da conclusão do estudo.

## **4. A TRAJETÓRIA DO PROJETO EDUCANDO PARA A LIBERDADE: “As falas das educadoras”.**

No desafio de educar, o Projeto Educando Para a Liberdade, com parcerias da Secretaria de Educação e Secretaria Justiça e Direitos Humanos, buscando humanizar o sistema penitenciário estadual e com isto oportunizar o fortalecimento do processo de reintegração dos detentos à sociedade e possibilitar a formação dos princípios de cidadania e da igualdade de direito que visa integrar ações humanizadas às ações educacionais destinadas a jovens e adultos, ofertando a população carcerária uma melhoria da qualidade de vida.

De acordo com a constituição federal brasileira, que diz que “a educação é direito de todos e dever do estado”, a Lei de Execução Penal faz vigorar a Constituição Federal, garantindo aos presidiários os direitos à assistência educacional. Considerando que apenas através da educação, o individuo é capaz de estabelecer relações sociais harmoniosas o Projeto Educando Para a

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Liberdade, visa a educação básica no sistema penitenciário, e a escola, como organização encarregada de transmitir a herança cultural, precisa dar ênfase as inovações não só destacar problemas, também precisa pensar em direitos acreditando-se como formadores de cidadãos, apresentando assim, diferentes formas de estudar e aprender. Baseado nisso, o Projeto Educando Para a Liberdade, propõe aos sistemas carcerários de Parnaíba e a toda a sociedade um plano de ações dinâmicas e modernas, visando reconstruir a cidadania.

O projeto está estruturado para oferecer 20 horas aulas semanais, para as turmas de 1º e 2º etapa, assim distribuídas, nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras. Faz-se aqui uma breve caracterização física do ambiente escolar, objetivando uma melhor compreensão do trabalho educativo através da escola na penitenciária. É apenas uma sala de aula, tem aproximadamente 20 m², duas mesas, dois quadros de acrílico, uma estante de ferro, um armário, um cesto de lixo, e aproximadamente 20 carteiras, funcionando apenas com duas turmas.

Quanto às matrículas, são realizadas no início do período letivo pelas professoras e esses alunos detentos são incluídos no censo escolar em uma unidade chamada de Certificadora que é a Escola Estadual Francisca Trindade, localizada na zona rural da cidade de Parnaíba, que também é responsável pelo material didático dos alunos detentos bem como da merenda escolar. Os diários de classe são cedidos pela Secretaria de Educação, no qual são registradas as aulas e as frequências, juntamente com as notas.

O quadro de professoras é bem reduzido, somos apenas três Educadoras efetivas da Secretaria de Educação cedidas para a Secretaria de Justiça.

Quanto ao suporte bibliográfico, temos pouco acervo disponível na sala de aula. No entanto, há no presídio uma biblioteca que funciona para todos os apenados, com acompanhamento de um bibliotecário que é um dos detentos que presta serviço à administração do Presídio e é o responsável pelos empréstimos dos livros aos detentos. Em uma conversa informal com o mesmo, nos relatou que, dentre os livros mais procurados, estão os de romances e os de autoajuda, a biblioteca é pouco utilizada pelos demais detentos. Outras formas de ocupação pelos detentos são as produções artesanais, que eles ao longo do tempo, aprendem em cursos ministrados dentro do presídio.

Desde o início do projeto não havia uma preocupação por parte da secretaria de educação de supervisionar as aulas, embora este compromisso esteja previsto em convenio firmado com a Secretaria de Justiça e Cidadania. Hoje o acompanhamento é feito bem mais de perto pela 1ª GREE- Gerencia Regional de Educação do Estado de Parnaíba juntamente com a coordenadora



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

da EJA, tem nos dado todo o apoio necessário ao andamento do projeto nesses últimos dois anos.

Quanto à evasão escolar, como em toda escola regular, registramos também na escola do presídio sendo que esta evasão acontece quando os alunos ganham liberdade, de maneira que alguns não chegam a frequentar sequer um semestre inteiro. Em relação a aspectos de relacionamento entre os alunos detentos, podemos afirmar que embora se tratando de indivíduos marcados pelas diversas formas de violência, estes relacionamentos são pautados na solidariedade mútua o que não significa dizer que conflitos não existam, porém na “cela de aula” não são observados. O mesmo podemos afirmar em relação ao relacionamento entre nós professoras e os alunos detentos.

A formação cristã que temos certamente nos ajudou em momentos de crise pessoal. Essas crises são identificadas principalmente quando os alunos recebem notícias de processos ou dos familiares. Dos aspectos relativos ao relacionamento entre agentes penitenciários e os estudantes detentos podemos observar que há um sentimento de tolerância, por parte dos agentes, cuja função é zelar pela segurança.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante relatos de experiências, procuramos encontrar respostas, baseados em autores da área que possam desenvolver melhor o ensino aprendizagem dentro do presídio. Na visão de alguns estudiosos, constatamos que a educação nas prisões tem papel decisivo na preparação do detento para enfrentar os preconceitos que se depararão ao reingressarem a sociedade. Observamos, também, um destaque relevante do ensino contextualizado significativo, para o resgate de sua cidadania, que fora perdida ao adentrarem no presídio.

Procuramos sempre compreendê-los sem fazer um julgamento, dentro da especificidade da situação que se encontram. Muitas dificuldades para a execução do projeto e para o aprendizado do detento existem, conforme se destacou no decorrer das análises, mas que são passíveis de solução. A sociedade precisa entender que a educação é um meio viável para a ressocialização dos presos e para um desenvolvimento sustentável do país. Por isso, é importante que cada vez mais pesquisas se desenvolvam nesta área. Um país não se desenvolverá adequadamente, enquanto não encarar este problema de frente. São milhares de pessoas, homens e mulheres em idade produtivas que estão fora da produtividade no ambiente carcerário, enquanto, se reabilitados, poderiam também estar contribuindo para o desenvolvimento do país.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Ao iniciarmos este trabalho em 2004, assumimos um compromisso desafiador, pois o alunado selecionado nos fez buscar mais do que o nosso próprio conhecimento. Descobrimos que quando deixamos de educar, estamos construindo a ignorância, isto posto passamos a fazer um novo trajeto. Um aluno diferente, selecionado por comportamento, passou a ser uma nova escola tão diferente das outras, com alunos com direitos reduzidos por estarem à margem da sociedade. Como “educar é libertar”, apresentamos aqui nossas dificuldades de aplicar um verdadeiro ofício educacional a alunos condenados por diversos crimes, dentre eles, tráfico de drogas e homicídios. Um aspecto relevante, é que o alunado não aceita nem um detento condenado por estupro em sala de aula.

No contexto educacional, apresentamos a necessidade de transmitir o conhecimento além do que chamamos de parte técnica. Não é errando que se aprende, mas sim corrigindo erros. Alfabetizar ou aprimorar o conhecimento de quem já é alfabetizado, é ter atitudes e posturas profissionais, onde todos os alunos possam aprender. Nesta trajetória, apresentamos a importância do programa EJA, assim como os demais programas que assumem posturas educacionais, dentro dos mais diversos padrões sociais de inclusão, parafraseando Paulo Freire “A educação transforma e cria valores”, é nisso que nos amparamos para seguirmos em frente na busca de um mundo melhor e mais humano.

## 6. REFERENCIAS

ALVIM, Wesley Botelho. **A ressocialização do preso brasileiro**. Disponível em: [HTTP://WWW.doreionrt.com.br/artigo/exibir/2965/A\\_ressocialização do preso brasileiro](http://www.doreionrt.com.br/artigo/exibir/2965/A_ressocializacao_do_preso_brasileiro). 2006 .acesso em:30 nov. 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.  
\_\_\_\_\_. Lei 7.210, publicada em: 17 jun. 1984. Lei das Execuções Penais. Presidência da República. Brasília. 17 jun. 1984.

\_\_\_\_\_. Lei 12.433, publicada em 29 jun. 2011. Dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Presidência da República. Brasília. 29 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, publicada em 20 out. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Presidência da República. Brasília. 20 out 1996.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2/2010, aprovada em: 19 maio 2010. Dispõe Sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Ministério da Educação, Brasília. 19 mai. 2010.

COELHO, Edmundo campo. **A Oficina do Diabo (crise e conflitos no sistema penitenciário no Rio de Janeiro)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE POLITICAS CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP). Resolução CNPCCP, nº03 de 11 de março de 2009. **Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais**. Brasília, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 2.ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 46 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 28. Ed, Petrópolis: Vozes, 2004.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade: Desafios Para a Política de Reinserção social. **In: Brasil. Salto para o futuro: EJA e Educação Prisional**. Brasília: SEEd-MEC, 2007. LOURENÇO, Arlindo S. ONOFRE,

MOREIRA, H.; CALEFFE L.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador** RJ: DP&A, 2006.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **A escola na prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado?** São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

ONOFRE, Elenice M. Cammarosano. **Educação escolar na prisão. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado.** 2002. Tese (Doutorado em Educação Escolar)-UNESP, Araraquara.

ONOFRE, Elenice M. C. (Org.). **A Educação Escolar Entre as Grades.** Edufscar: São

Carlos, 2007.

OTTOBONI, M. **A comunidade e a execução da pena.** Aparecida: Santuário, 1984.

PIAUI. **Convênio.** Teresina: Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça e cidadania, 2003.

PIAUI. **Projeto Educando Para A Liberdade.** Teresina Secretaria de Justiça e Cidadania, 2003.

ROCHA, Luiz Carlos da. **A prisão dos pobres.** 1994. Tese (Doutorado)-Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SYKES, G. M. **The society of captives: a study of a maximum security prison.** New Jersey: Princeton-University Press, 1999.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## O DESCASO DO GESTOR NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO.

Antonietta David do Amaral Canario  
*sammyra\_@hotmail.com*  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

### RESUMO:

Este ensaio pretende discutir criticamente como se dá a prática curricular e as relações de poder existentes na gestão da escola Municipal Conde da Boa Vista, tendo como referências as análises do cotidiano escolar, entrevistas e análise documental. Entende-se por gestão democrática a participação efetiva de professores e comunidade escolar na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação. Este tipo de gestão deve-se garantir a autonomia, pluralismo, transparência, participação de todos e exercício da escuta e o respeito à opinião de todos. A partir das discussões feitas na sala de aula bem como as observações realizadas na Escola em questão, foi possível compreender que nem tudo que a Escola organiza no seu Projeto Político Pedagógico na prática se concretizam, na teoria percebe-se um conselho escolar visto para as pessoas da escola como o ápice da democracia e que na prática não se realizam. Com base nos teóricos estudados até agora e as práticas da gestão da escola, chegamos a conclusão que a gestora não utiliza a gestão democrática, nem faz questão de tentar implementá-la na escola, pois a mesma adota um regime de autoritarismo.

**Palavras-chave:** Gestão democrática, Relações de poder, Prática curricular.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio foi proposto como avaliação da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica III, que tem como um dos principais objetivos levar o futuro profissional a conhecer um dos campos de sua atuação, nesse caso o componente curricular.

Tratar, de forma geral do cotidiano escolar, análise de documentos e entrevista, onde foram realizadas cinco visitas formais à Escola Municipal Conde da Boa Vista e a partir desses dados analisamos a escola criticamente no intuito de percebermos por quais princípios se guia esta escola na sua prática.

Este trabalho tem por objetivo identificar a prática do currículo no âmbito escolar. A partir de observações participantes e de olhares críticos tratamos de descrever aquilo que nos chamou a atenção na instituição, às falas, os fatos,

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

as atitudes, tudo aquilo que identificamos como relação de poder na gestão escolar.

Para realizamos este ensaio infelizmente não tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola, para compreender como a mesma discursa sobre si, e o que ela de fato é, bem como verificar seus objetivos, sua metas, bem como as visitas, Faltando o mesmo para suporte para compor esse ensaio.

Realizamos também entrevistas, com os professores da escola, para entendermos como estes veem a escola, também nos comunicamos através de telefonemas, para marcar as visitas. Tivemos ainda contato com diversas bibliografias, que nos possibilitou embasamento teórico sobre o currículo escolar assim como as políticas públicas as leis que de fato regulamentam a escola.

Só assim a foi possível sintetizar através desse ensaio nossa experiência, nossos pontos de vista a respeito da escola, e verificar se há de fato gestão democrática e se tudo condiz com a práxis.

Este ensaio busca não fazer julgamentos de valores nem tomar posição única sobre um fato, tendo assim que analisar todos os aspectos. Tentamos aqui atuar de forma investigativa ao longo de nosso trabalho. E concluímos expondo as nossas colocações e opiniões a respeito do que constatamos, ou seja, analisamos sua prática, e o que teoricamente a mesma afirma sobre si, e em seguida relacionamos com os teóricos que tratam do assunto. Basicamente podemos dizer que confrontamos: o discurso que a escola faz de si, e o que ela realmente é na prática.

## **Caracterização do Espaço Escolar:**

É uma instituição pública mantida e administrada pelo Município do Cabo de Santo Agostinho. A presente instituição é denominada escola municipal Conde da Boa Vista localizada na rua do Areal s/n, bairro: Pontezinha Pernambuco na Cidade do Cabo de Santo Agostinho, que atende

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

alunos do bairro, por se tratar de uma escola onde a maioria da população possui baixa renda e sobrevive a trabalhos informais, sendo como um dos principais motivos apresentado pela gestora um dos motivos de não existir a mobilização da comunidade é a falta de uma associação comunitária, e a participação dos mesmos no conselho escolar sendo impossível verificar o nível de satisfação da comunidade para a escola. Encontra-se hoje um total **468** alunos divididos em dois turnos Manhã (7:30 às 11:30), Tarde (13:30 às 17:30).

A escola possui as seguintes modalidades de ensino: Ensino regular, sendo 40 alunos regularmente matriculados na educação infantil e 228 do 1º ao 5º. No turno da tarde estão regularmente matriculados 200 alunos do 6º ao 9º.

A Escola conta com um quadro de 19 professores, 02 Diretoras, 01 Secretária, 5 Funcionários, 11 no setor de serviços gerais, 2 merendeiras da firma terceirizada COAN. Verificamos realmente que o espaço físico é acolhedor. Comparando-a com outras escolas municipais circunvizinhas e de acordo com a realidade atual do ensino público.

Os indicadores globais da escola não são bastante fácil de localizar já que para se ter acesso a gestora atual não apresentou facilidade a este documento. Sendo possível acesso apenas ao índice do Ideb de 2011 sendo ele : 442,5 e a tendo a média da cidade do Cabo de Santo Agostinho como nota do Ideb: 469,7. Os índices de aprovação e reprovação da escola não foram apresentados assim como a evasão escolar.

Em relação às salas de aula são apenas dez. uma quadra, uma cozinha onde é servida as merendas, conjunto de banheiros femininos e masculinos para os alunos, banheiros dos funcionários, salas dos professores, secretaria, direção. As salas de aula são quentes dificultando o trabalho dos professores e a aprendizagem dos estudantes. Percebemos também que a quantidade de funcionários, existentes na escola é insuficiente para atender a demanda de alunos.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Observamos também que a Biblioteca não fica aberta para os alunos, assim como a quadra poliesportiva da escola na qual os alunos só tem acesso durante as aulas educação física ou no projeto mais educação para aqueles que participam do projeto de escola integral.

A secretaria possui um espaço pequeno porem aconchegantes. Assim como a sala da diretora.

O prédio é de propriedade do Município do Cabo de Santo Agostinho desde 1973. Não existe documento com registro do histórico da escola neste período muito menos documentos da época todas as informações foram relatadas por funcionários da escola, em especial a secretária, única funcionária responsável pela parte burocrática da escola no turno da manhã.

## **Estrutura Organizacional:**

I – Conselho Escolar

II – Direção

III – Secretaria

IV – Coordenação Pedagógica

V – Biblioteca

VI- Quadra de educação Física.

## **Mecanismos de gestão coletiva na Escola:**

- **Conselho Escolar**

O conselho escolar é um mecanismo no qual pais, alunos, professores participam e interferem por meio de uma gestão democrática, na tomada de decisões referente aos processos internos da escola.É através do conselho escolar que o aluno trabalha sua autonomia, expondo suas opiniões e exercitando sua cidadania.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Com relação ao Conselho Escolar não verificamos sua existência na escola, mas segundo a secretária, não há uma participação mínima da comunidade bem como dos pais dos alunos, isso se dá segundo ela pelo fato da escola estar localizada em uma região carente já que a maioria da população é de baixa renda, pois a mesma afirma que por estes motivos não há na escola participação da comunidade nem dos pais dos alunos no conselho.

O conselho conta com a participação de membros titulares e seus respectivos suplentes: a diretora que já é membro nato, funcionários, professores, que são eleitos em votações e tem validade de 02 anos.

Os recursos financeiros da escola são discutidos nas reuniões do conselho lá fica a serem decididas as prioridades da escola com e o qual os materiais serão comprados já que o repasse das verbas nos último ano só vem acontecendo no final do ano. Onde também ocorre a prestação de contas da escola.

Segundo Araujo 2009“Temos, então, os seres humanos como substrato da ação pedagógica, portanto imprescindíveis em todas as etapas da construção do conhecimento.”

Os pais são imprescindíveis no processo democrático a escola, tanto no ato de fiscalização como de construção de uma educação pública de qualidade, pois é através da participação da família que será trabalhado também o currículo da escola, o que e como ensinar, tudo isto discutido no conselho escolar juntamente com seus participantes, pois segundo Silva e Lima (2009 p. 240 )

A estrutura familiar, bem como a sua função social, é um constructo histórico. Isso equivale a dizer que a família, de acordo com o tempo e a sociedade na qual está inserida, organiza-se de forma peculiar com vistas a atender às necessidades e valores da mesma sociedade.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## **Associação de Pais:**

Segundo a gestão da escola não há uma associação de pais, pois estes não possui interesse em participar da comunidade escolar. Os mesmos residem nas proximidades da escola, porém por se tratar de um bairro considerado carente e os mesmos sobreviverem de trabalhos informais sendo este o motivo principal para o não desenvolvimento do mesmo. Segunda esta os pais só comparecem a escola quando são chamados ou pra solicitar declarações na secretaria.

O que ao nosso ponto de vista não procede, pois existem sim a comunidade ao seu redor, e em alguns momentos de nossas visitas presenciamos pais na entrada da escola levando seus filhos para aula, principalmente os da educação infantil. Também observamos que a escola não oferece atividades que aproxime a comunidade.

## **Projeto Político Pedagógico:**

Projeto Político Pedagógico é um projeto construído com a participação de todos da comunidade escolar, não é fixo pode ser modificado de acordo com as necessidades desta comunidade escolar. Este projeto também deve visar a formação do cidadão crítico, autônomo e criativo, e deve estar articulado com o processo sócio político da população.

Tendo em vista que não pudemos observar a construção do Projeto Político pedagógico, procuramos saber como ele é elaborado.

Segundo a gestora o Projeto Político Pedagógico foi elaborado em conjunto com todos os segmentos da Escola, e a tomada de decisões é feita coletivamente. Para nos provar que a escola é democrática e o que de fato diz é verdade ela cita o Conselho Escolar como um exemplo prático de democracia dando a ligeira impressão que para a gestão ser democrática basta cumprir com essa exigência, ou seja, basta criar um meio de “democratizar” as decisões para que esta se consolide e se efetive.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

O projeto Político pedagógico tem como principal objetivo formar cidadãos para uma sociedade mais justa e igualitária, com respeito à vida e a diversidade além de promover a gestão participativa. Procura formar alunos que saibam utilizar da tecnologia e interagir com o mundo. Ainda deixa claro que a escola organiza seu trabalho pautado em princípios de solidariedade, liberdade, participação, diálogo e justiça social.

No que diz respeito à avaliação do Projeto a mesma afirma que é feita por todos os segmentos da Escola, sistematicamente e de acordo com as necessidades da comunidade Escolar. Segundo Veiga (2002,p. 14)

O Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.

Durante a nossa pesquisa a secretaria nos informou que desconhecia o PDE e o P.P.P. como então, a gestora pode afirmar que existe um projeto Político Pedagógico que contemplava a formação de cidadãos de forma democrática, se segundo a administração ele teria sido extraviado, como a escola pode construir uma participação democrática e formar pessoas autônomas sem ter um documento norteador.

Ao fim de nossa pesquisa depois de tanto cobrarmos o P.P.P. para análise a secretária nunca nos enviou um P.P.P. que segundo dados coletados na escola não foi elaborado com a participação de todos, o mesmo mais parece uma prestação de contas a Secretaria de Educação e aos órgãos de fiscalização educacional ,e que ao nosso ver assim éramos conhecida na instituição como meras fiscalizadoras e não pesquisadoras.

## **DESCRIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS**

A seguir são apresentadas em anexo todas as entrevistas realizadas durante esta pesquisa dando assim um maior comprometimento a mesma.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## **Comentários sobre as entrevistas.**

Fica claro as relações de poder apresentadas entre as atuais gestoras para o atual quadro de professores da escola. É apresentado também na mesma o descaso que a atual gestão possui com o projeto político pedagógico da escola já que os professores deveriam tomar conhecimento do mesmo e não possui acesso, também apresentado o descaso da atual gestão aos professores recém contratados pela secretaria municipal de educação que estão neste prezado momento lotados na escola que ate então não tiveram nenhuma forma de contato com a gestora. Sendo reconhecido sua passagem em sala de aula apenas para dar informações aos alunos sobre comportamentos no geral. Durante as entrevistas tivemos o relato de uma professora que usa de recursos próprios para suas aulas já que a escola não facilita o acesso aos materiais didáticos para suas aulas dificultando a mesma de elaborar atividades, sendo este papel ignorado pela gestão atual.

## **7. Análise crítica sobre a gestão da Escola.**

Entende-se por gestão democrática a participação efetiva de professores e comunidade escolar na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação, orçamento escolar, constituição de órgãos escolares, grêmios e conselhos como também a construção de um Projeto Político Pedagógico. Na gestão democrática deve-se garantir a autonomia, pluralismo, transparência, participação de todos e exercício da escuta e o respeito à opinião de todos.

A atual gestora foi eleita por votação pelos professores, alunos e funcionários e se encontra presente no cargo há quatro anos. Fica claro que o papel da gestora é altamente burocrático, sendo a mesma impaciente quando os alunos procuram à escolaridade a última palavra sempre é a dela não demonstrando paciência para solucionar problemas pedagógicos da escola, repassando assim problemas deste porte para a coordenadora e para secretária. Segundo Luck: “O termo gestão tem sido utilizado, de forma equivocada, como se fosse simples substituição ao termo administração.”

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

A escola possui o repasse do governo federal devido ao projeto mais educação, dinheiro direto na escola e quatro repasses financeiros realizados pela secretaria municipal de educação, entretanto ocorre que estes repasses só chegam à escola no final do ano comprometendo assim as ações da escola já que estes repasses representam todo o material escolar utilizado no ano letivo a secretaria só realiza obras emergências nas instalações elétricas e hidráulicas sendo o relacionamento com a secretaria de educação altamente burocrático por meio de ofícios da escola do restante qualquer obra ou bem feitoria é realizado com o dinheiro dos repasses da escola, sendo estes discutidos e aprovados pelo conselho escolar. Sua gestão e extremamente autoritária é nítido também um tratamento bastante diferenciado, tudo é repassado para ela antes de ser tomado qualquer decisão é a ultima palavra sempre é sua sem questionamento. A sala dos professores apresenta um ambiente bastante cordial, entretanto a entrada da sala da gestão encontra-se ao lado da sala dos professores sendo nítido a falta de privacidade dos mesmo e a cobrança explicita pelas cadernetas aos professores e o desconhecimento dos professores sobre o projeto político pedagógico da escola que aparentemente não o foi apresentado pela atual gestão. Quando perguntado a secretária sobre o clima de tensão que a escola se encontra no final do ano a mesma é enfática “ sim, todos os anos é assim o aluno tenta recuperar aquilo que não fizeram durante o ano inteiro.” sobre a avaliação escolar a mesma informa que é diária . Sobre o planejamento anual da escola a mesma informa que é feito semestralmente pelo conselho da escola sendo decidido neste espaço as atividades trabalhadas durante todo o semestre como gincanas, feira de conhecimento, e simulados planejado pelos professores e entregue a mesma para a aprovação e realização. A escola possui de uma excelente estrutura, no entanto durante as cinco visitas não foi encontrado em nenhum momento a utilização da quadra pelos alunos. Sendo os mesmo grandes prejudicados. Segundo Araújo (2009 p.254 )

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Gestão democrática ,assim, passou a ser entendida como meio de democratização das instâncias de poder no interior da escola e como forma de garantia da participação efetiva e permanente da comunidade nos rumos da educação.

Com base nos teóricos estudados até agora e as práticas da gestão da escola Municipal Conde da Boa Vista, chegamos a conclusão que a gestora não utiliza a gestão democrática, nem faz questão de tentar implementá-la na escola ,pois a mesma adota um regime de autoritarismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A partir das discussões feitas na sala de aula bem como as observações realizadas na Escola em questão, foi possível compreender que nem tudo que a Escola organiza no seu Projeto Político Pedagógico na prática se concretizam e se efetivam, na teoria percebe-se um conselho escolar visto para as pessoas da escola como o ápice da democracia e que na prática (a partir do que ouvimos e vimos) não se realizam.

É verdade que não podemos tirar grandes conclusões em apenas cinco visitas, mas podemos fazer um panorama de onde estão centradas as relações de poder dentro da escola e quais os meios que se utilizam para efetivarem a sua práxis.

Consideramos que a pesquisa foi de extrema importância para a nossa formação, uma vez que, o conhecimento que construímos e socializamos ao longo da disciplina gerou em nós um olhar mais crítico e reflexivo. Hoje compreendemos como são tomadas as decisões na escola e a partir disso refletimos que tipo de democracia está sendo efetivada, pois o que observamos foi uma democracia autoritária é intransigente.

## **9. REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Adilson: A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes

SILVA, Maria Vieira;Lima,Luciana: A participação da família na escola.

VEIGA,Ilma: Projeto Político Pedagógico : Uma construção possível.

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS NA FORMAÇÃO DOCENTE**

Jéssica do Carmo Carnete  
*Jessicadocarmocarnete@gmail.com*  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Célia Maria Machado de Brito  
*celiambrito@hotmail.com*  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

**RESUMO:**

Este artigo apresenta uma reflexão sobre uma experiência de ensino desenvolvida no Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará no decorrer do estágio supervisionado, focalizando as contribuições do estágio na formação docente, oportunizando aos acadêmicos atuar na escola da rede municipal de ensino. Enfoca a Pedagogia de Projetos inovação no campo educacional, a qual proporcionou autonomia dos sujeitos envolvidos em uma relação horizontal, possibilitando o desenvolvimento da criticidade, criatividade e autoconfiança.

**Palavras-Chave:** Estágio supervisionado. Pedagogia de Projetos. Teoria e prática. Formação docente.

**ABSTRACT:**

Este artículo presenta una reflexión sobre una experiencia docente desarrollada en el Programa de Postgrado en la Universidad Estatal de Ceará Pedagogía durante el entrenamiento supervisado, centrándose en la etapa de las contribuciones en la formación del profesorado, proporcionando oportunidades para el trabajo académico en las escuelas municipales de la escuela. Pedagogía se centra en proyectos de innovación en el campo de la educación, lo que dio autonomía de los sujetos involucrados en una relación horizontal, lo que permite el desarrollo de la criticidad, la creatividad y la confianza en sí mismo.

**Palabras Clave:** Entrenamiento supervisado. Pedagogía Proyecto. Teoría y práctica. La formación del profesorado.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## INTRODUÇÃO

Este artigo consta de experiências vivenciadas na prática pedagógica de estágio supervisionado na educação infantil. O estágio obrigatório foi realizado em uma escola de ensino público, localizada em Fortaleza - CE, em uma turma de Educação Infantil V. O processo de ensino-aprendizagem foi pensado com a professora regente da escola e com a professora da IES, partindo da temática “água” que seria trabalhada com a turma no mês de abril do ano de 2015.

Partindo dessa temática, foi elaborado um projeto que constou de uma metodologia de trabalho destinada a contextualizar as diferentes áreas do conhecimento, como: ciências, português, matemática, artes, música, e que respeitasse as particularidades da escola e da turma. O estágio visava elucidar e complementar a teoria estudada, abrindo espaço, não só para estreitar os laços entre a instituição de nível superior e a escola de educação básica, mas para gerar aprendizados significativos para o estagiário, contribuindo com a sua formação docente. Corroborando com isso, BERNARDY e PAZ (2012) afirmam que o estágio é um componente curricular de grande importância no processo de formação do aluno, pois o mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais capacitados.

Tomando como referência uma prática vivenciada no âmbito da universidade, o presente artigo objetiva refletir sobre as contribuições do estágio supervisionado na formação dos alunos do curso de pedagogia, atentando para a importância da reflexão, gerada pelo registro e análise crítica oportunizada pelo uso do portfólio, entendido aqui como estratégia de avaliação formativa. Especificamente o trabalho busca refletir a prática vivenciada na escola, aliando as dinâmicas e estratégias adotadas aos conhecimentos teóricos previamente estudados. Busca ainda reconhecer a importância do registro como prática pedagógica, entendendo a intervenção sobre o espaço escolar como necessidade de desenvolvimento das potencialidades do estagiário no seu processo de formação inicial.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Para tanto, metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Na pesquisa utilizou-se instrumentos bibliográficos como artigos e outros textos teóricos, apoiando-se também num portfólio, que continha dados da realidade investigada.

## **O estágio na formação docente**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seu Art.6º Inciso II o estágio supervisionado nos cursos de formação docente é exigência fundamental no processo formativo. Nela é destaca a importância da associação entre teoria e prática, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviços (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)". É importante salientar que a LDB em vigor refere-se ao estágio como parte importante para o processo formativo dos professores, pois traz como aspecto fundamental a teoria aliada a prática permitindo que o estagiário reflita a prática realizada, no cotidiano escolar a partir da teoria vista, primando pela diferença no seu fazer docente.

De acordo com Ostetto (2008), para se pensar em um fazer docente diferenciado, antes de tudo é preciso que o aluno em formação amplie o olhar acerca do outro, visando as diferenças.

Neste tempo, portanto, emerge um aspecto essencial para a formação do professor: aprender a olhar, ampliando o foco da visão, mirando na diversidade por meio da sensibilidade que acolhe as diferenças (Ostetto, 2008, pag.129).

De acordo com o autor, é de fundamental importância essa vivência do cotidiano escolar pelo aluno em formação, pois através das relações com as crianças, professores, funcionários em geral e comunidade em geral, esse se envolve, estabelecendo relações saudáveis, advindo daí a compreensão, o respeito as singularidades do outro, oportunizando assim seu crescimento profissional e pessoal.

Perante o tempo de estágio é exigência do professor acadêmico que o aluno estagiário tenha a prática da escrita, através dos diários de aula, o qual deve registrar todas as atividades realizadas a partir de uma reflexão crítica da prática. Esse registro diário deve ser de natureza individual. Nesse sentido,

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

questiona-se: Qual a importância desses registros diários na formação docente? Como e até que ponto esses registros propiciam uma reflexão crítica acerca da ação desenvolvida? Nesse caso, o ato de registrar poderá ajudar o discente em formação a refletir acerca das experiências vivenciadas no estágio, ou seja, poderá contribuir para retornar a prática vivenciada, ajudando-o a pensar sobre ela e a modificar sua prática pedagógica, se necessário?

É importante salientar que, na prática em análise, por ocasião da socialização desses registros junto a professora da universidade e aos colegas acadêmicos essas anotações ganharam visibilidade, consolidando, ideias e conceitos e oportunizando novas aprendizagens, frente à prática realizada. Em geral, as observações das aulas permitiram ao aluno, futuro educador, reinventar e modificar suas estratégias pedagógicas, reafirmando Marques (2012), quando esclarece que o aluno quando observa as práticas pedagógicas de uma professora em sua sala de aula ele reflete de forma mais evidente as suas próprias práticas pedagógicas.

De acordo com Ostetto (2008), o ato de registrar efetivamente dá sentido às experiências vivenciadas no cotidiano escolar, possibilitando que o docente reflita sobre suas práticas pedagógicas, modificando-as se necessário. Em suas próprias palavras:

A proposta de registrar a experiência  
vivida, descrevendo e  
analisando a complexa trama do  
cotidiano educativo, com seus  
fios, laços e nós, tem sido  
apontada e assumida como  
essencial  
para a qualificação da prática  
pedagógica (Ostetto, 2008,  
pag.13).

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Assim, como destaca o autor supracitado o ato de registrar favorece a articulação entre teoria e prática, acrescentando no processo de formação docente, pois com a troca de experiências entre educadores e educandos, o aluno em formação passa a se utilizar de práticas pedagógicas diferenciadas.

## **O projeto interdisciplinar no estágio de educação infantil**

Para a realização do estágio o primeiro passo a ser dado inicia-se com o contato do professor acadêmico e/ou do graduando com a escola e, posteriormente, com a escolha da turma, devendo a escolha ser feita com concordância de ambos. No caso em pauta, o estágio supervisionado, como já foi dito ocorreu em uma turma da Educação Infantil V, numa escola da rede pública de Fortaleza. O primeiro contato do estudante com a prática se deu por meio da observação da ação do professor regente. A partir dessa observação, o estagiário fez seus registros tomando como base as reflexões acerca das ações do professor, cabendo a esse levar e/ou adaptar tais ações à sua prática, conforme adverte PIMENTA e LIMA (2005/2006, p.7):

Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando-nos, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram.

Depois desse período de observação cabe ao estagiário participar ativamente da regência, ajudando o professor no que for preciso, num exercício de troca de conhecimento entre ambos e colaboração com o ensino-aprendizagem das crianças.

Na prática analisada, pensou-se um projeto interdisciplinar que teve como tema a Água. Seu objetivo principal era propiciar a conscientização do uso desse recurso natural. As crianças demonstraram bastante interesse pelas atividades realizadas durante o projeto, articulando o conteúdo trabalhado à sua realidade. Muitas foram as questões refletidas nesse processo. Dentre elas destacou-se a importância do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem, dado que a experiência pedagógica desenvolvida orientava-se

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

pela perspectiva da pedagogia de projetos, uma pedagogia ativa, que conforme Moura e Barbosa (2006, p.12) são:

[...] projetos desenvolvidos por alunos em uma (ou mais) disciplina(s), no contexto escolar, sob a orientação do professor, e têm por objetivo a aprendizagem de conceitos e desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Esses projetos são conduzidos de acordo com uma metodologia denominada Metodologia de Projetos, ou Pedagogia de Projetos. [...] os projetos de trabalho são executados pelos alunos sob a orientação do professor visando a aquisição de determinados conhecimentos, habilidades e valores.

Nesta pedagogia elimina-se a ideia de que o professor é o único que sabe e os alunos os que não sabem.

O tempo de regência do estagiário deu-se no período de um mês, tendo sido essa planejada com a professora da IES e, posteriormente compartilhado com a professora regente, que opinou e apresentou sugestões. A escolha do tema água foi feita em função dos conteúdos previstos para o período, e em perfeita harmonia com o planejamento da mesma.

O projeto desenvolvido oportunizou o estagiário a realizar diversas atividades, fazendo ligação com as diferentes áreas do conhecimento. Através de perguntas pertinentes foram usadas imagens, músicas, vídeos e histórias contadas estimulando as crianças a pensarem criticamente a respeito do conhecimento que estava sendo construído. A Pedagogia de Projetos, dessa forma enquanto estratégia adotada possibilitou o protagonismo das crianças como participante ativo no processo de seu aprendizado, oportunizando igualmente o aluno em formação docente a romper o modelo tradicional de ensino, em plena sintonia com o que nos adverte Zaballa (1998):

Será necessário oportunizar situações em que os alunos participem cada vez mais intensamente na resolução das atividades e no processo de elaboração pessoal, em vez de se limitar a copiar e reproduzir automaticamente as instruções ou explicações dos professores. Por isso, hoje o aluno é convidado a buscar, descobrir, construir, criticar, comparar, dialogar, analisar, vivenciar o próprio processo de construção do conhecimento.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Dessa forma, tanto a criança vivencia a autonomia, quanto o estagiário, pois ambos estão adquirindo habilidades e atitudes em função das experiências adquiridas em contato com o meio.

## **Portfólio método avaliativo do estágio**

O uso do Portifólio como ferramenta de avaliação formativa centraliza o aluno como atuante de sua própria aprendizagem, oportunizando o feedback da sua vivência acadêmica e da reeleitura dos seus principais trabalhos desenvolvidos.

Conforme adverte ARAUJO e ALVARENGA (2006):

O portfólio, até onde foi possível perceber, utilizado como ferramenta de avaliação formativa, possibilitou ao aluno se orientar no processo de aprendizagem, percebendo os caminhos a trilhar e quais obstáculos precisavam ser vencidos. Além disso, o monitoramento do processo, num contexto menos pontual, é uma estimulante forma de fazer ajustes proveitosos no sistema.

Segundo BOAS (2004), o portfólio pode ser compreendido como um tipo de avaliação que favorece a autonomia do educando, pois por ser construído por ele próprio, favorece uma melhor articulação das suas ideias, oportunizando o uso da criatividade, sendo livre em sua organização.

Adotado pela professora da IES, o portfólio foi, na prática, o método utilizado no processo de avaliação da disciplina de estágio. Nele o aluno reunia todas as atividades realizadas como: resumos de textos, relatórios reflexivos, planos de aula, atividades, fotografias, dentre outros exercícios, possibilitando ao aluno uma reflexão e uma auto-avaliação da prática vivenciada. Desse modo, o professor deixava de ser o único sujeito capaz de avaliar, declinando com a teoria tradicional em que o sujeito é apenas objeto e nunca sujeito do processo de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a experiência analisada, pode-se dizer que o estágio supervisionado, nos moldes em que foi realizado, constituiu um rico espaço de



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

aprendizagem oportunizando aos graduandos de pedagogia não apenas vivenciar a realidade concreta da sala de aula, mas também aprender com ela.

Nesse sentido, contribuiu bastante no processo de formação do alunado ajudando-lhes a entender e a pensar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. A partir do processo vivenciado pode-se afirmar que os estudos teóricos, os relatórios e reflexões contidas no portfólio foram fundamentais para o aprendizado e para a descoberta do grupo como educadores. Isso se deu a partir das vivências e da interação com o outro em seus diferentes aspectos e dimensões.

Os relatórios reflexivos foram instrumentos fundamentais na formação, pois a partir do registro o aluno pode refletir criticamente acerca de todas as observações e experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Dessa forma, os registros e a construção do portfólio pelos alunos contribuíram enormemente para o processo de formação, oportunizando-os o exercício de habilidades e atitudes, bem como o desenvolvimento de seu potencial criativo.

A experiência revelou que o projeto pedagógico interdisciplinar desenvolvido possibilitou também um conjunto de aprendizagens que ocorreram, especialmente, a partir do comprometimento e da reflexão do estagiário sobre o fazer docente, mediante as práticas pedagógicas da professora regente, bem como a partir das suas próprias práticas, favorecendo bons aprendizados.

Frente ao exposto, pode-se dizer que a experiência em si revestiu-se da maior importância para o grupo, à medida que pela observação, registro e análise das práticas vivenciadas viabilizou aprendizagens significativas, ajudando os estagiários a refletirem acerca do fazer docente e dos requisitos necessários a um processo de ensino-aprendizagem, capaz de contribuir com a melhoria da escola e com a qualidade do ensino ofertado.

## REFERÊNCIAS

Ostetto, L. Educação infantil: saberes e fazeres na formação de professores.

Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

CampinasSP: Papyrus. 2008( coleção Ágere).

Ostetto, L. Educação infantil: saberes e fazeres na formação de professores. O estágio curricular no processo de tornarse professor. CampinasSP: Papyrus. 2008(coleção Ágere).

BRAGA, D.; SCHNEIDER, E. **Revista ePedFACOS.**

E estágio nos a nos iniciais: vivências e aprendizados. Osório, v. 2, n 1, Ago/2012.

RIBEIRO, A; FARIA, P. **Revista de Ensino da Escola de Educação Básica da UFU.** Registro pedagógico na educação infantil: elementos para a formação docente inicial e continuada. *Ano XIII –nos 15 e 16*2012ISSN 15182851.

*BERNARDY, K; PAZ, D. Importância do estágio supervisionado para a formação de professores. Ano2012.*

*MARQUES, A. mestranda em educação. Reflexão sobre as práticas pedagógicas: estudo a partir de estágio supervisionado no curso de letras Ead. São Paulo, outdez2012.*

*Boas, B. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. CampinasSP; Papyrus,2004.*

*Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 5 ed. P. (9187).*

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

*Moura, D. Pedagogia de projetos: contribuições para uma educação transformadora. Out2010.*

ARAUJO, Z. R.; ALVARENGA, G. M. Estudos em Avaliação Educacional. Portfólio: uma alternativa para o gerenciamento das situações de ensino e aprendizagem. v.17, n. 35, set./dez., 2006.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## ONDA BRANCA: A DIALÉTICA DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NO DELTA DO PARNAÍBA.

Francisco Samuel Lima dos Santos<sup>1</sup>

Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco<sup>2</sup>  
*robertokennedy@unilab.edu.br*  
Universidade Federal do Ceará - UFC

### RESUMO

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito da história cinematográfica entre os anos de 2011 a 2013 no litoral piauiense, mais precisamente na região do Delta do Parnaíba, na comunidade dos Tatus em Ilha Grande - PI. Nessa obra compreendemos de forma dialética, que a tarefa do historiador é “escovar a história a contrapelo” como pontua Walter Benjamin (1987) ao analisar o conceito de História. A partir desse conceito buscamos nos apropriar dessa análise, e procuramos “escovar” a história do cinema no delta parnaibano, por meio do projeto “Onda Branca”, a contrapelo, mediante uma educação pautada na emancipação humana e não apenas alienadora, nos apropriando da linguagem cinematográfica para denunciar um problema social sério de deslocamento de dunas na região do Delta do Parnaíba, o qual foi articulado através da produção do documentário “Onda Branca. Metodologicamente para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscamos nos apropriar de uma abordagem que articulasse o fenômeno histórico investigado com os significados que assumem para os indivíduos e a sociedade, por isso utilizamos o método da pesquisa-ação, já que a intenção era cruzar os muros da academia e passar a fornecer à comunidade o contato direto com nossas investigações e possíveis soluções elaboradas conjuntamente. Diante disto utilizamos também o processo de educomunicação, que segundo as pesquisadoras Ademilde S. Sartori e Maria Salete P. Soares, consiste em um “campo teórico-prático, integrado e integrador que pressupõe um modus operandi que (re)conceitua a relação comunicação e educação.”, fazendo assim uma referencia ao educador Paulo Freire, pois esse expõe que a comunicação é elemento fundamental para a transformação dos seres humanos em sujeitos, estabelecendo com isso a relação entre comunicação e educação como sendo um processo de inter-relação, já que são construções partilhadas de conhecimentos mediadas por relações dialéticas entre homem e mundo.

**Palavras-chave:** Cinema. História. Onda Branca. Educomunicação.

### INTRODUÇÃO

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo.

(SAVIANI, 2003, p. 13).

Na sétima Tese sobre o Conceito de História, Walter Benjamin, (1987), considera que a tarefa do historiador é “escovar a história a contrapelo”. Entretanto, inspirados por esse conceito, passamos dialeticamente a escovar a história do cinema na região do Delta do Parnaíba, através do projeto “Onda Branca”, a contrapelo, ou seja, mediante uma educação histórica pautada na emancipação humana e não apenas alienadora, pois percebendo que a atividade cinematográfica transmutou-se em mercadoria “disponível” somente para aqueles que podem com seu dinheiro, pagar.

Parafraseando (BENJAMIN), “a exploração capitalista do filme impede a legítima pretensão do homem actual em ser considerado, em vir a ser reproduzido. Nestas circunstâncias, a indústria cinematográfica tem todo o interesse em incitar a participação das massas, através de concepções ilusórias e especulações ambíguas”. Este processo de mercantilização dessa atividade se articula com a conceituação que Karl Marx (2005) propõe para a mercadoria. Na obra “O Capital”, o autor, afirma que a mercadoria é um produto que satisfaz necessidades humanas por meio da troca. Então quer dizer que pelo fato de possuir determinada utilidade, ela detém um *valor de uso* e por possuir a propriedade de servir como meio de troca, possui *valor de troca*.

Isto porque para Marx (2005) a mercadoria trata-se de um objeto que mediante suas propriedades materiais possui a propriedade de satisfazer as necessidades materiais dos seres humanos. Essa característica é conhecida como valor de uso. Os seres humanos produzem riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). Com isso Karl Marx (2005) afirma que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 2005, vol. I, p.46). Associado a isso, a mercadoria também possui a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

de si próprias, ou seja, de comprar outras mercadorias, essa característica é conceituada como valor de troca. O valor de troca da mercadoria está relacionada a quantidade de tempo que o trabalhador gasta para produzi-la. Dessa forma, dialeticamente a mercadoria pode ser definida como uma riqueza mercantil, que simultaneamente possui valor de uso e valor de troca.

Historicamente tal fato evidencia-se em decorrência da mercantilização da atividade cinematográfica, isto porque na sociabilidade do capital tudo vira mercadoria. Dito isto, mais uma vez nos aproximamos de Marx, quando afirma que na sociabilidade do Capital:

Tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, saber de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira capacidade. Mas ele, que é tudo isso, não deseja senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois tudo o mais é, sim, seu servo. (MARX, 2005, p. 142)

Podemos, assim, constatar a mercantilização da linguagem cinematográfica pela sociabilidade do Capital, ou seja, uma transformação clara da atividade técnica /produtiva humana de produzir bens materiais e imateriais, em mercadorias consumíveis mediante a compra. Desta forma, notamos efetivamente a articulação das teses de Benjamin, ao afirmar que:

A reprodutibilidade técnica do filme tem seu fundamento imediato na técnica de sua produção. Esta não apenas permite, da forma mais imediata, a difusão em massa da obra cinematográfica, como a torna obrigatória. A difusão se torna obrigatória, porque a produção de um filme é tão cara que um consumidor que poderia, por exemplo, pagar um quadro, não pode mais pagar um filme. O filme é uma criação da coletividade (BENJAMIN, 1987, p. 172)

As principais conotações dadas à atividade cinematográfica são atreladas às linhas que definiriam o cinema moderno enquanto gerador de lucros, ao tempo em que (re)-inventava tradições.

Utilizando-nos, desses conceitos de Marx e Benjamin, percebemos que o cinema acaba se forjando em um processo de mercantilização de sua linguagem, e com isso utilizamos essas características da sétima arte para



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

denunciar um problema social sério de deslocamento de dunas na região do Delta.

Então, como no início das primeiras exposições cinematográficas, na virada do séc. XIX para o XX, feitas pelos fotógrafos ambulante/viajantes ou “caçadores de imagens” como denominou Bernardet (2006), que saíam equipados com o novo aparelho - o cinematógrafo - que tinha a capacidade de captar e projetar imagens, é que no dia 23 de dezembro de 2012 se fez a divulgação do documentário “Onda Branca” na comunidade dos Tatus.

A exibição teve início às 19 horas, mas antes foi feito todo o trabalho de divulgação e preparação do espaço. O processo de exibição foi feito aos moldes dos ambulantes que passavam por nosso litoral nos anos de 1903, como fez Moura Quineau em umas de suas exposições na cidade de Parnaíba, que no meio da praça armou uma tela e projetou os filmes ali mesmo para todo mundo assistir.

Assim foi feito com o filme documentário “Onda Branca”, um projeto que teve o protagonismo da própria comunidade, ao relatarem a sua problemática, que é o avanço das dunas sobre suas casas, causando um sofrimento aos moradores que não tem condições de se mudarem para outra localidade. Esse documentário foi exibido para todos em praça pública, a qual foi se fazendo presente aos poucos os moradores dessa localidade, e que no início do filme, estavam todos prestigiando a sua História em uma grande tela, a tela do cinema, a tela que narra histórias através de sua própria linguagem e que no seu primórdio foi utilizado pela classe ascendente no poder, a burguesia, para impor seu modo de vida, sua ideologia, transpassar sua cultura, ou seja, “inventando tradições” como nos descreve Hobsbawm. No entanto, agora no século XXI na comunidade dos Tatus no litoral piauiense, essa arte, vem servindo como meio transformador e sendo uma ferramenta de análise crítica-reflexiva a serviço da classe oprimida e trabalhadora, criando assim uma nova maneira de educar as grandes massas, de fazer a interação entre os povos dominados para que eles se organizem e almejem uma nova sociedade, sendo protagonistas de sua própria história.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## O cinema e o seu processo educativo e transformador no delta do PARNAÍBA

Metodologicamente para alcançar os objetivos e metas almejadas dessa pesquisa, buscamos nos apropriar de uma abordagem que articulasse o fenômeno histórico investigado com os significados que assumem para os indivíduos e a sociedade, desejando promover uma interlocução entre pesquisadores, alunos, docentes e comunidade, pois é por compreender que a ação educativa determinada pelo conhecimento da realidade não pode ser sinônimo de transferência de conhecimento, e sim um ato dinâmico e permanente no processo de sua descoberta, essa ação só se justifica com o envolvimento da comunidade e sua orientação para as possíveis soluções de problemas comunitários, uma ação que considere como necessidade a participação das pessoas no processo de mudanças. É por isso que utilizamos o método da *pesquisa-ação*, já que a intenção é cruzar os muros da academia e passar a fornecer à comunidade o contato direto com nossas investigações e possíveis soluções elaboradas conjuntamente.

Esta proposta de intervenção, de acordo com (BARBIER, 2002), vem possibilitar um diálogo real entre teoria e prática, percebendo-os como elementos indissociáveis e ainda propicia uma reflexão sistemática sobre as ações cotidianas ressaltando a possibilidade de transformação, como podemos perceber em seu relato, ao afirmar que:

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema estão envolvidos e de modo cooperativo ou participativo. (BARBIER, 2002, p.14)

Nestes termos que utilizamos o procedimento metodológico da *pesquisa-ação* para desenvolver o trabalho intitulado “Onda Branca” na comunidade dos Tatus em Ilha Grande, considerada a porta de entrada do Delta do Parnaíba<sup>3</sup>, o mesmo consistiu em oficinas de audiovisual e a produção

---

<sup>3</sup> O Delta do Parnaíba é um dos únicos do mundo em mar aberto. Formado pelo rio Parnaíba (1.485 km de extensão), o delta do Parnaíba abre-se em cinco braços, envolvendo mais de 70 ilhas fluviais. Sua paisagem exuberante cheia de dunas, mangues e ilhas fluviais garante o cenário paradisíaco dessa região do Piauí. Tirado da fonte: <http://www.webventure.com.br/destinoaventura/pi/deltadoparnaiba>

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

de um filme documentário que tem como tema a problemática vivida por esses atores em sua comunidade, que é o avanço das dunas sobre suas casas.

Diante disto utilizamos também o processo de educomunicação, que segundo as pesquisadoras Ademilde S. Sartori<sup>4</sup> e Maria Salete P. Soares<sup>5</sup>, consiste em um “campo teórico-prático, integrado e integrador que pressupõe um modus operandi que reconceitua a relação comunicação e educação.” As autoras se utilizam do educador Paulo Freire, pois esse expõe que a comunicação é elemento fundamental para a transformação dos seres humanos em sujeitos, estabelecendo com isso a relação entre comunicação e educação como sendo um processo de inter-relação, já que são construções partilhadas de conhecimentos mediadas por relações dialéticas entre homem e mundo.

Nesse contexto, o projeto “Onda Branca”, que foi uma iniciativa pensada e elaborada por Maria Betteghella<sup>6</sup>, com ajuda de Roseane Galeno<sup>7</sup> e Samuel Lima<sup>8</sup>, tendo como principais objetivos a conservação da memória e valorização da história das comunidades atingidas pelo fenômeno do avanço das dunas, que ao longo dos anos vem gerando prejuízos sociais, econômicos e ambientais. O projeto procurou ampliar uma consciência ecológica coletiva na comunidade dos Tatus em Ilha Grande, se utilizando do processo de filmagem de um documentário com duração de 25 minutos sobre o tema da contenção das dunas, pois nos últimos oito anos, a população da Ilha Grande no Delta do Parnaíba vem se articulando em torno dessa problemática, proporcionando a mobilização dos moradores, os quais se articularam em associações, e envolveram diferentes esferas tanto do governo como da sociedade civil.

---

<sup>4</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, UESC ([ademilde@matrix.com.br](mailto:ademilde@matrix.com.br)).

<sup>5</sup> Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP ([salete.soares@gmail.com](mailto:salete.soares@gmail.com)).

<sup>6</sup> Produtora e Diretora do documentário, ONDA BRANCA, integrante da ONG Italiana Focsiv e voluntária do programa internacional italiano Servizio civile.

<sup>7</sup> Bióloga, Pós-graduada em Gestão Ambiental Urbana e Direito Ambiental, Mestranda em desenvolvimento e Meio Ambiente, além de Coordenadora Regional da SEMAR/PI.

<sup>8</sup> Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), documentarista e Coordenador da Produtora de Audiovisual Cajuína Filmes.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Com isso a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR vem fazendo um trabalho de contenção de dunas nessa região, só que dividiram o projeto por territórios, os quais são denominadas de “área 1”, “área 2”, “área 3” e “área 4”. No entanto, esse projeto de contenção de dunas desenvolvido pela SEMAR vem sendo questionado pela população, por não beneficiar a área da comunidade afetada diretamente, que seria a “área 2”, onde estão localizadas as casas dos moradores.

Primeiramente começou por uma área turística, ou seja “área 3” que é conhecida pela comunidade como “Caída do Morro” e é o principal acesso para o “Delta”, como nos conta uma entrevistada do documentário, dona Pureza M. de Nascimento em que diz:



FIGURA 1 - D. Pureza - Moradora da localidade Tatus em Ilha Grande/PI

Nós estamos aqui sem saber o que fazer, porque os prometimentos dos trabalhos estão aí, mas que a gente vê tá muito devagar [...] Então lá porque é área turismo, que eles tem condições, e nós que somos uns coitados que não tem condições nem de fazer a outra casa, é fiquemo pra trás, aqui não tamo concordando com isso não!

Por consequência dessas análises utilizamos a metodologia desenvolvida ao longo da pesquisa do projeto “Onda Branca”, buscando constituir um grupo de jovens multiplicadores de consciência ambiental no litoral piauiense, mais precisamente nas comunidades de Tatus, Pedra do Sal e Labino em Ilha Grande, que fossem produtores de material audiovisual sensibilizado para as questões socioambientais da Ilha, se forjando sujeitos de sua própria História.

A consciência coletiva de uma comunidade se funda sobre a preservação da própria história: “O que a gente fez juntos. Quais são os nossos sonhos: de onde a gente veio e para onde a gente quer ir”; é preciso contar para não esquecer, é preciso aprender no passado para não cometer os mesmos erros.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

O problema ambiental das dunas de areia dos Tatus faz com que seja preciso uma ação forte de conscientização ambiental da comunidade. É por isso que a linguagem cinematográfica, com seu poder educativo, articulado com a “invenção das tradições”, estabelece certos valores e comportamentos, entendendo que o conjunto de práticas abertamente aceita, forja uma possível tradição de consciência ecológica coletiva, através de um processo de educação ambiental (aprender a respeitar o meio ambiente), fazendo com que cada um seja educador dos outros, para o bem da coletividade. Pois a consciência ecológica é acima de tudo, conhecer o meio ambiente em que vivemos para respeitá-lo, para isso o cinema através de suas peculiaridades ajudou, a se traçar esses seres ecológicos, nessa comunidade, constituindo com isso uma nova tradição, ou uma educação ecológica.

Além disso, o valor-de-uso do projeto “Onda Branca” se baseia na participação ativa da comunidade no processo de realização do documentário, envolvendo assim a metodologia da pesquisa-ação, a qual, buscamos para articular o fenômeno histórico investigado, que no caso é a problemática do avanço das dunas sobre a comunidade dos Tatus, desejando promover uma inter-relação entre a comunidade e o pesquisador, buscando não apenas uma transferência de conhecimentos, mas sim um envolvimento mutuo dos mesmos, para resolver os possíveis problemas encontrados na comunidade.

Com isso, os jovens da comunidade que participaram das oficinas ministradas na primeira etapa do projeto, puderam através de uma segunda etapa ter um aprendizado na prática, participando das entrevistas feitas aos moradores, das filmagens realizadas para produção do documentário, da coleta de dados para analisar o problema ambiental de Tatus, da divulgação e da organização do evento de lançamento do documentário que foi apresentado primeiramente para aquela comunidade. A partir de tal experiência os adolescentes atuaram como protagonistas de sua própria história, ou seja, fazedores de seu conhecimento, adquirindo consciência sobre sua vida, sobre seu ambiente e tendo um anseio de pertencer ao seu povo, a sua comunidade, sobressaindo-se assim um sentimento de coletividade.

A ideia inspiradora da formação dos jovens foi juntar a educação ambiental com a capacidade de comunicar conteúdos em formas audiovisuais,



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

um modelo pedagógico que se pode colocar como educomunicação, fundamentando-se em uma metodologia pedagógica que propõe o uso de recursos tecnológicos modernos e técnicas da comunicação na aprendizagem. Como se entende pelo nome, é o encontro da educação com a comunicação, multimídia colaborativa e interdisciplinar.

## O poder educativo do projeto “ONDA BRANCA”

O projeto capacitou no total de 15 jovens da comunidade de Tatus. Todos participaram de oficinas sobre história do cinema, noções básicas de câmara, filmagem e fotografia; noções básicas de mídias móveis (celulares, câmaras fotográficas digitais e outros); montagem, edição de imagens e som. Além de produção de artigos jornalísticos, realização de pesquisas de campo, escritura de roteiros de documentários, análise socioambiental e divulgação de saberes popular.

A capacitação teve finalização com a criação de um núcleo juvenil de consciência ambiental em Tatus; os jovens se tornaram multiplicadores ambientais para o resto da comunidade, inclusive colaboraram na realização do documentário “Onda Branca”, colocando em prática a aprendizagem adquirida ao longo das oficinas.



FIGURA 2 - Jovens da comunidade dos Tatus em Ilha Grande/PI, mobilizados em torno da problemática socioambiental

Um dos problemas percebidos, motivando a realização do documentário “Onda Branca”, foi em torno da problemática socioambiental, pois as dunas estão invadindo as casas, causando grandes prejuízos aos moradores dos Tatus que é a porta de entrada do Delta Parnaibano, esse filme serve como forma de denúncia, a respeito do avanço das dunas sobre os moradores dessa localidade, sendo assim, compreendemos que o cinema não é mais só uma forma de alienação ou apenas uma mercadoria, caracterizada como mercantilização da linguagem cinematográfica, vinculando-se apenas à lógica da economia política burguesa, através da sua “reprodutibilidade técnica”, ele também serve como um processo de libertação dos indivíduos, de tomada de consciência para a realidade produzida por sua linguagem, tendo um forte poder educativo exercido sobre seu espectador.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Por outro lado entendemos essa preocupação sobre a problemática socioambiental no relato da diretora do documentário, Maria Betteghella (2012), no momento em que nos fala sobre sua preocupação em torno do assunto:

[...] comecei tentar elaborar um projeto que pudesse de alguma forma enfrentar no sentido social essa problemática. Ai eu vim com essa ideia de fazer um documentário, ou seja, de utilizar o cinema como um meio de comunicação, só que na hora de elaborar esse projeto, eu elaborei ele de uma forma de educomunicação, ou seja, o cinema ele pode ser também além de ser um meio de comunicação, um meio de educação das pessoas, um meio de conscientização, porque um dos objetivos principais desse projeto era justamente de que as pessoas percebessem sua própria realidade e que fossem transformadores principais dela. (BETTEGHELLA, 2012)

Articulado com as ideias de produção do documentário “Onda Branca”, o cinema se torna em pleno século XXI, na comunidade dos Tatus, não mais um poderoso “instrumento de Alienação” como analisa Benjamin (1987), mas sim uma peça de arte que contribui para a formação crítica-reflexiva do ser humano, mostrando o poder transformador de educar através de sua linguagem específica, pois o mesmo se torna muito útil no momento em que é utilizado como instrumento que serve para denunciar problemas que afetam o bem estar da coletividade, assumindo com isso o papel de agente denunciador e de conscientização dos seus espectadores.

Podemos analisar essa peculiaridade na fala de Betteghella (2012), quando nos relata que:

[...] nesse sentido o cinema é muito útil, é muito interessante, porque o feito de você narra a própria história, ele faz com que a história tome uma forma, tome uma configuração. Ai você contanto a própria história de morador você se forma como cidadão, como cidadão ativo, pelo simples feito de você se colocar na história como protagonista. . (BETTEGHELLA, 2012)

Nesse sentido, compreendemos o cinema como uma forma de conscientização e de invenção de novas tradições, ou seja, não só como um meio de transmissão de mensagem, ou em forma de mercadoria, mas como meio de educação e transformação da realidade social.

O cinema também se articula com o conceito de “invenção de tradições” encontrado em Hosbsbawm, pois na comunidade dos Tatus, ele se fez útil na

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

transformação da consciência coletiva a respeito da problemática que é o avanço das dunas sobre suas vidas, buscando assim se organizarem em torno de associações para enfrentarem seus problemas. Como nos relata Betteghella (2012), ao dizer que:

A comunidade percebeu o problema e começou a enfrentar ele, através de uma mobilização comunitária eles chegaram até o governo, e realmente em agosto desse ano chegou um projeto estadual da Secretario do Meio Ambiente, pra conter as dunas, ai realmente essa comunidade tem uma história pra contar muito grande muito importante, ou seja, a luta dela deu certo, o governo chegou com um projeto de mais de 2 milhões de reais, de 8 anos, 3 etapas, agora tá começando a primeira etapa da bacia do rio Parnaíba de contenção de lá, e futuramente vão começar as outras etapas. Então a comunidade tava num momento de transição muito importante, ou seja, de ver o resultado da luta dela, mas também na espera de muito mais ainda pra chegar, porque a situação é muito urgente, tem pessoas que estão mudando já pela terceira vez das suas casas, porque as casas estão sendo soterradas literalmente (...). (BETTEGHELLA, 2012)

Compreendemos que o cinema, é caracterizado mais que uma simples mercadoria disponível àqueles que podem pagar, introduzida pela burguesia para satisfazer seus anseios enquanto classe dominante, tendo em suas mãos uma poderosa ferramenta, que serve para impor sua nova tradição.

## CONCLUSÃO

A linguagem cinematográfica junto a seu espectador, hoje para além de sua forma alienadora, passa a ter um pensamento crítico-reflexivo e questionador, adquirindo assim uma conscientização, e compreendendo sua formação educativa sobre as pessoas que se apropriam dessa arte.

É o que percebemos ao analisar o relato de dona Joana no momento em que nos fala sobre o avanço da areia em sua casa, obrigando-a a se mudar de sua casa que foi soterrada pelo morro:

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO



FIGURA 3 - D. Joana - Moradora da localidade Tatus em Ilha Grande. Teve sua casa soterrada pelas dunas

[...] a noite todinha caindo areia em cima de nós, eu com meus filhos, e eu me levantando de instante, instante, instante, instante, me levantando sacudindo a rede, sacudindo o lençol, e eu agoniada, agoniada, não foi nada não que eu não dormi nenhum farelo, quando amanheceu o dia que eu me levantei que eu

fui pisar, que eu pisei no chão, que sai assim, foi ficando o rastro da minha chinela no chão, e eu amanheci o dia chorando, desatinada chorando, e pedindo aos meus filhos que me tirassem dali quando

mais breve melhor, que eu não queria ser enterrada viva.

Diante disto vemos que para além do valor-de-troca, mercantilizável que o cinema exerce, há também seu valor-de-uso, onde não só, os seus espectadores, mas também os protagonistas se apropriam dessa linguagem específica para conscientizar ou mobilizar, em torno de suas reais problemáticas que estão impostas, buscando uma forma de colaboração coletiva para solucionar um determinado problema, se utilizando da educação histórica, pautando com isso a emancipação humana, para além do aspecto alienador, pois aqui a linguagem cinematográfica apropria-se do valor-de-uso da linguagem cinematográfica para denunciar um problema socioambiental sério de deslocamento de dunas sobre a região do Delta Parnaibano.

Por fim, acreditamos que muitos são as lacunas que deixaram de ser completadas, mas que com essa pesquisa oferecemos um passo importante para os estudos sobre o cinema “inventando tradições” no litoral piauiense. Com isso somos sabedores de que é preciso aperfeiçoar essa pesquisa, pois ainda existem muitas problemáticas sobre o tema que devem ser abordados em estudos elaborados futuramente.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Trad. de Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.

BARRO, Máximo. *A primeira sessão de cinema em São Paulo*. São Paulo: Tanz do Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. *Na trilha dos ambulantes*. São Paulo: Maturidade, 2000.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas 1*. Trad. Rouanet. São Paulo: brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Teses Sobre o Conceito de História*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas 1*. Trad. Rouanet, São Paulo: brasiliense, 1987.

BERNARDET, Jean-Claude. *O Que é Cinema*. São Paulo: brasiliense, 2006.

COUTINHO, Laura Maria. *Refletindo Sobre a Linguagem do Cinema*, boletim 2. Abril de 2005.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema Brasileiro: das origens à retomada*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. *A ideologia Alemã*. 3.ed. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo – SP: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20ª ED. Ed.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005; Vol. II.

MATOS, Marcos Fábio Belo. *Cinema Ambulante: A Experiência De São Luís Do Maranhão*. 2009.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Tradução de Maltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## 5.1 DEPOIMENTOS.

BETTEGHELLA, Maria. Depoimento concedido a Francisco Samuel Lima dos Santos. Parnaíba-PI. 20 de dezembro. 2012.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## 5.2 VÍDEOS

ONDA Branca. Direção: Maria Betteghella. Parnaíba-PI: Cajuína Filmes, 2012.

1 DVD (25 min), widescreen, color.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## O DESCASO DO GESTOR NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Antonietta David do Amaral Canario,  
[sammyra\\_@hotmail.com](mailto:sammyra_@hotmail.com)  
Universidade Federal do Pernambuco -UFPE<sup>9</sup>

Emanuela Bernadino da Silva ,  
Universidade Federal do Pernambuco -UFPE<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este artigo pretende discutir criticamente como se dá a prática curricular e as relações de poder existentes na gestão de uma Escola Municipal da cidade do Cabo de Santo Agostinho (PE), tendo como referencias as análises do cotidiano escolar, entrevistas e análise documental. Entende-se por gestão democrática a participação efetiva de professores e comunidade escolar na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação. Este tipo de gestão deve-se garantir a autonomia, pluralismo, transparência, participação de todos e exercício da escuta e o respeito à opinião de todos. A partir das discussões feitas na sala de aula bem como as observações realizadas na Escola em questão, foi possível compreender que nem tudo que a Escola organiza no seu Projeto Político Pedagógico na prática se concretizam, na teoria percebe-se um conselho escolar visto para as pessoas da escola como o ápice da democracia e que na prática não se realizam. Com base nos teóricos estudados até agora e as práticas da gestão da escola, chegamos a conclusão que a gestora não utiliza a gestão democrática, nem faz questão de tentar implementá-la na escola, pois a mesma adota um regime de autoritarismo.

**Palavras-chave:** Gestão democrática, Relações de poder, Prática curricular.

---

<sup>9</sup> [sammyra\\_@hotmail.com](mailto:sammyra_@hotmail.com)

<sup>2</sup> [emanuelaebs@hotmail.com](mailto:emanuelaebs@hotmail.com)



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## HISTORICIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS DES(CAMINHOS) DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR ENTRE A DUALIDADE ESTRUTURAL E AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Luzirene Oliveira do Nascimento  
*biolyzzi@hotmail.com*  
Universidade Federal Do Piauí- UFPI

### RESUMO:

Este estudo propõe análise do processo histórico de constituição da política de Educação Profissional e os (des)caminhos da formação do trabalhador para o mundo do trabalho, diante das contradições que permeiam as reformas da Educação Profissional e a sua institucionalização. Buscamos compreender a concepção de Educação Profissional de cada contexto histórico, desde as primeiras escolas de ofício à formulação da Política de Educação Profissional, elaborada como política educacional. Nesta discussão analisamos brevemente a promulgação do Decreto 5.154/2004 e as implicações políticas e ideológicas que desencadearam a reforma da Educação Profissional no Governo Lula (2003 – 2010). Para tanto, fundamentamos nosso estudo teórico-metodologicamente a partir de autores como Manfredi (2002), Saviani (2010), Kuenzer (2001), Lowy (1978).

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar a historicidade da constituição da política de Educação Profissional no Brasil, contudo faz-se necessário, a título introdutório, um pequeno resgate do panorama desta modalidade de ensino no contexto Europeu para uma compreensão mais abrangente. Partimos de uma compreensão histórica do processo de educar e a concepção de Educação Profissional existente dos povos primitivos a contemporaneidade, pois esta concepção relaciona-se a organização social, econômica e política da história da humanidade, vez que a educação não pode ser compreendida isoladamente do contexto social e histórico. A Educação Profissional, historicamente, se associou a compreensão de trabalho, pois o aprendiz de um ofício deveria exercer a sua atividade tanto para sobreviver quanto direcionar o seu fazer para a produção material da sua existência.

A partir da compreensão da historicidade da constituição da política de Educação Profissional propomos uma breve análise do Decreto 5.154/2004 promulgado durante o Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), este

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

decreto, mesmo apresentando contradições, ainda representa um avanço para a política de Educação Profissional na tentativa de suplantar a dualidade estrutural que marca historicamente a Educação para o mundo do trabalho.

Para tanto, enveredamos sob a historicidade da Educação Profissional, que se baseia na periodização da história da educação e da humanidade nas suas relações sociais e históricas. De acordo com Saviani (2010, p.12) “a periodização, enquanto exigência de compreensão do objeto, é antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propôs investigar”. Desta forma, sendo a Educação Profissional o objeto de investigação da pesquisa o enfoque dado a essa modalidade de ensino ao longo da história da educação, e mais especificamente da educação brasileira, seguimos a periodização da literatura oficial, que se baseia nos períodos históricos, para uma organização didática do tema abordado. Ressaltamos que esta proposta não se limita a uma compreensão positivista dos fatos abordados, propõe uma articulação das situações histórica e ideológica no âmbito da Política de Educação Profissional.

A educação é um processo formativo imbricado ao contexto histórico, social, econômico e político do processo histórico e social. Desta forma a Educação Profissional desde os períodos mais remotos da história da humanidade está relacionada ao processo de formação para o trabalho, pois este já se constituía uma modalidade de Educação Profissional, onde os povos primitivos ensinavam de uma geração para outra os ofícios necessários à sobrevivência, como a fabricação de utensílios, a prática da caça e da pesca dentre outras atividades. Para Manfredi *apud* Wittaczik (2008, p.77)

Esses povos transferiam seus saberes profissionais por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano. Com sua cognição e tecnologia acumuladas, as populações pré-históricas e as civilizações que as seguiram produziram soluções para enfrentarem os desafios impostos pelo ambiente no qual estavam inseridos.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Assim, a Educação Profissional na era primitiva já se relaciona a categoria trabalho, pois se insere no processo de ensinar a outras gerações os meios de sobrevivência. Porém, quando se complexifica a organização social, surge a necessidade de sistematização da educação como processo de construção da sociabilidade humana. Na Idade Média, por exemplo, quem se dedicava a educação e as atividades intelectuais era o clero. A transmissão de conhecimentos profissionais era repassada fora de estabelecimentos escolares, pois as atividades manuais eram executadas por servos, não havia a preocupação com uma formação profissional (MANFREDI, 2002).

É na modernidade com o advento da Revolução Industrial e a ascensão da burguesia que surge a necessidade de qualificar mão de obra para o trabalho fabril, houve a exigência de trabalhadores que soubessem manusear as máquinas, vez que o conceito de trabalho também foi se modificando. Segundo Campello e Filho (2014) “a transmissão, via escola, de conhecimentos técnicos e científicos, corresponde ao aparecimento de novas divisões e novas funções na hierarquia social do trabalho”, ou seja, a revolução industrial desencadeou também uma revolução na educação.

É neste momento que o trabalho do homem se confunde com a máquina e a produção de bens não é destinada apenas a suprir a sobrevivência, mas uma demanda de mercado que vise as necessidades humanas, e principalmente, o lucro e o desenvolvimento do capitalismo.

Na contemporaneidade, a Educação Profissional tomou outros rumos, pois com a necessidade de uma formação técnica para o mundo do trabalho modificado pela tecnologia e pelas demandas do mercado consumidor essa modalidade de ensino tem se tornado cada vez mais pertinente para a produção capitalista. Persistindo ainda, como uma educação destinada às classes menos privilegiadas, pois historicamente relacionada à atividade manual, considerada marginalizada, principalmente numa sociedade de classes, fica veemente a dicotomia entre Educação Profissional e ensino propedêutico.

Contudo, as reformas no campo da Educação Profissional têm tentando minimizar essa dicotomia e proporcionar um modelo de educação onde seja possível uma formação geral, mas pouco tem conseguido avançar nesse

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

sentido, esse modelo de Educação ainda carrega a herança histórica de dualidade e de um tecnicismo produtivista. Diante da complexidade da temática, no tópico a seguir apresentaremos a periodização da Educação Profissional no Brasil.

## **2 historicidade da educação profissional no brasil**

No Brasil a educação profissional, institucionalizada, surge como necessidade de se construir um panorama de instrução em um país que tinha ainda uma educação restrita e pouco desenvolvida, onde o acesso era para poucos, geralmente os filhos da aristocracia, pois o povo ainda vivia a margem do processo de urbanização do país. Portanto, a Educação Profissional sistematizada e incluída nos programas educacionais aparece tardiamente, inicialmente, como proposta de profissionalizar os marginalizados e despossuídos que necessitavam ocupar-se de um ofício. Mais tarde como necessidade de formação de mão de obra para a incipiente industrialização brasileira.

No entanto, ressaltamos que a perspectiva de educação para o trabalho, mas um trabalho para suprir as necessidades de sobrevivência, já estava incutida mesmo na educação dos povos primitivos que aqui viviam antes dos colonizadores, vez que as atividades necessárias para sua sobrevivência eram repassadas de uma geração a outra. De acordo com Manfredi (2002) em relação às práticas educativas dos povos indígenas existentes no Brasil, na época da chegada dos portugueses podemos inferir que:

Suas práticas educativas em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência, no interior das tribos, com os adultos. As práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades da caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita. [...] tratava-se, portanto, de um processo de Educação Profissional que integrava (e ainda integra) “saberes” e “fazeres” mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade. (p. 66/67)

No processo de colonização brasileira tomou força a educação religiosa na intenção de catequizar os indígenas que aqui viviam, pois “a colonização no

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas” (SAVIANI, 2010, p. 39) estes tentaram associar as atividades dos índios para se aproximar da cultura indígena e tentar catequizá-los, pois esses povos sobreviviam de atividades que eles desenvolviam no cotidiano para garantir sua sobrevivência, como a caça, a pesca e a coleta de frutos.

As ordens religiosas se apropriaram disso e criaram escolas que eram verdadeiros internatos que ensinavam, além da doutrina, a lavrar a terra e outros pequenos ofícios. A educação jesuítica se associava também ao propósito de educação profissional com o ensino dos ofícios. Pois “os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as escolas oficinas de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial” (MANFREDI, 2002, p. 68). Ressaltamos, no entanto, que os jesuítas davam maior importância a uma educação intelectualizada, religiosa e centrada no ensino de humanidades.

Durante o império as escolas de ofícios receberam atenção secundária em virtude de uma educação propedêutica e humanística voltada ao ensino superior, pois com a mudança da corte portuguesa para o Brasil o investimento e a preocupação com a Educação Superior teve prioridade. Segundo Manfredi (2002) a Educação Profissional nesse período torna-se uma iniciativa tanto do Estado quanto de setores da sociedade civil, com o objetivo de formação de artífices para oficinas, fábricas e arsenais. Nesse período há uma crescente divisão entre educação propedêutica voltada para o Ensino Superior e a Educação Profissional, pois esta tinha uma natureza assistencialista e compensatória voltada aos pobres e marginalizados e também para a produtividade. São criados os primeiros Liceus de artes e ofícios com a iniciativa de entidades da sociedade civil.

Aos olhos dos dirigentes do país, os ex-escravos, mendigos e negros, loucos, prostitutas, rebeldes, desempregados, órfãos e viciados que se avolumavam nas cidades com o processo de urbanização precisavam ser atendidos, educados, profissionalizados para se transformarem em obreiros, em operariado, útil incapaz de se rebelar contra a pátria. (BRASIL, 2009, p.15)



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Com o fim do império, quando o Brasil se torna um país republicano e começa um processo de urbanização crescente no país, começa-se a pensar em uma educação profissional para formar uma mão de obra que atendesse as necessidades da produção de mercado. Segundo Manfredi (2002) decorrente do processo de industrialização e urbanização esses operários, obreiros e trabalhadores são necessários para os serviços de infraestrutura que surgem no país, exigindo uma qualificação do povo para estes serviços, vez que começamos a vivenciar, de forma ainda incipiente, a introdução da modernização tecnológica importada de outros países, surge então a necessidade de qualificação profissional para atender as exigências desse mercado de trabalho.

Durante o período da chamada primeira república [...] o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativas de governos estaduais, do governo federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical, e membros da elite cafeeira. (MANFREDI, 2002, p. 79/80)

A Educação Profissional era vista pela classe dirigente como um mecanismo de controle das classes populares e um antídoto contra movimentos grevistas protagonizados principalmente pelos imigrantes residentes no país, os setores da elite viam na educação profissional uma forma de disciplinar os trabalhadores (MANFREDI, 2002). Desta forma, a Educação Profissional foi se constituindo para formar operários e aprendizes de ofícios para atender o trabalho fabril, artesanal e manufatureiro. Nessa época a Educação Profissional começa a ser pensado como uma política educacional para os setores menos privilegiados da sociedade, há uma mudança na organização dessa modalidade de ensino, com a criação de redes estaduais e federais de ensino profissionalizante.

Durante o Estado Novo na década de 1930, com o avanço do processo de industrialização em nosso país, a concepção de educação para o trabalho e



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

emprego irá nortear a organização da Educação Profissional, baseada numa racionalidade técnica, influenciada pela perspectiva taylorista<sup>10</sup> de trabalho, essa concepção vai legitimar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. De acordo com Romanelli (2012) o Ensino técnico profissional na Era Vargas, decorrente das reformas empreendidas por Gustavo Capanema, foi organizado nas três áreas da economia, o ensino agrícola, o ensino industrial e o ensino comercial.

Considerado um país de industrialização tardia, cresce a preocupação em ofertar uma Educação Profissional para formar mão de obra para a Indústria, não só pensando nos marginalizados, mas principalmente, no desenvolvimento econômico do país. Na década de 1942 e 1944 com a Reforma Capanema, são criados o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e as leis orgânicas do ensino industrial e comercial (SAVIANI, 2010). O empresariado corroborou com a proposta de educação profissional, pois foi construído um sistema, que paralelamente ao sistema público de ensino, era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais (MANFREDI, 2002), “o Sistema S” que teve como primeiras estruturas o SENAI (1942) e o SENAC (1943). Para Romanelli (2012, 159) as leis orgânicas do ensino técnico profissional “é um aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela uma preocupação do governo de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obriga-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros”. A política educacional da Era Vargas estava associada ao controle político e ideológico do Estado, portanto a oferta de educação para o trabalhador corroborava com essa perspectiva ideológica do Governo e das classes dirigentes.

Na década de 1960 durante a ditadura civil e militar, a corrente pedagógica predominante que vai dar atenção especial à educação profissional é a pedagogia tecnicista, diante das mudanças econômicas ocorridas no âmbito brasileiro e internacional vai exigir uma mão de obra qualificada para

---

10

É uma concepção de produção, baseada em um método científico de organização do trabalho, desenvolvida pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor. A partir dessa concepção o trabalho foi fragmentado e cada trabalhador passou a exercer uma atividade específica na fábrica.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

um mercado industrial emergente, o ensino nessa perspectiva se delineava por um viés produtivista, que visava ao aumento de produtividade e renda. Inicia-se a concepção de um ensino médio voltado para a profissionalização, de acordo com Saviani (2010, p. 343) é nesse período que “a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional são elementos que integrarão as reformas do ensino do governo militar”.

A predominância da pedagogia tecnicista na década de 1960 contribuiu para a assente dualidade entre ensino técnico e ensino escolar acadêmico de formação geral, pois ao longo das décadas de 40 a 70 os mecanismos legais e as estruturas formativas acentuaram concepções e práticas escolares dualistas (MANFREDI, 2002). Com esta divisão entre formação geral do educando e formação técnica, as atividades manuais consideradas marginalizadas nessa sociedade, devido a nossa cultura escravocrata, vê a Educação Profissional como destinada prioritariamente às classes menos privilegiadas, enquanto a camada mais elitizada da população reservava-se os cursos de nível superior, de saber mais elaborado e sistematizado.

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema educacional, o monopólio do setor industrial no campo do ensino e da capacitação profissional exclusivamente centradas nas necessidades do mercado de trabalho, e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda tronar-se-ão eixos centrais de discussão e enfrentamento. (MANFREDI, 2002, p. 108)

É nessa perspectiva que nas décadas seguintes a Educação profissional fará parte de um conjunto de reformas que foram instituídas pela LDB 9.394/96. A partir da década de 1990 a educação profissional foi reconfigurada no plano das políticas educacionais brasileiras. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso foi instituído o Decreto 2.208/97 que instituiu um ensino profissional desvinculado do Ensino Médio, nesse Governo a Educação Profissional passou por uma série de reformas que refletiam as disputas políticas e ideológicas. Tomando como necessidade uma educação que atendesse as novas demandas econômicas e sociais a Educação Profissional passa a ser

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

implementada por um conjunto de dispositivos legais assegurados pelo financiamento do Banco Mundial articulado com outros órgãos como o BIRD (Banco Interamericano de desenvolvimento) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MANFREDI, 2002).

Compreendemos que o envolvimento de organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras não ficou apenas no plano do financiamento, mas também na influencia quanto aos objetivos da educação, pois a Educação Profissional se tornou um dispositivo de formação da classe trabalhadora para um mercado de trabalho que exigia uma demanda de trabalhadores técnicos qualificados. A maior crítica feita a reforma de Educação Profissional nesse período se remete a dualidade estrutural causada pela separação entre ensino médio e ensino técnico, ocasionando também de acordo com Manfredi (2002, p. 135) “a coexistência de redes de ensino separadas, que funcionarão com base em premissas distintas: o sistema regular com uma perspectiva preparação para a continuidade dos estudos e o sistema profissional ancorado à lógica do mercado”. Portanto, essas reformas implantadas durante o Governo de FHC recebeu muitas críticas, principalmente, de educadores e intelectuais que defendiam uma escola unitária<sup>11</sup> desde a década de 1980.

Esse modelo educação unitária inspirada na proposta de Gramsci não se efetivou no Brasil, incluída nos debates para uma educação que abrangesse uma formação técnica integrada ao ensino médio, foi bandeira de luta pela educação de movimentos sociais e dos trabalhadores que contrastava com a educação tecnicista defendida pelos empresários. É essa mesma bandeira de luta por uma educação unitária e baseada na politecnicidade que irá orientar o debate de Educação Profissional durante o Governo Lula (2002 a 2010) que pressionado por movimentos sociais, setores da sociedade civil e instituições educacionais teve que reformular a proposta de Educação Profissional revogando o Decreto 2.208/97 e implementando o Decreto 5.154/2004 que reorganiza a Educação Profissional numa perspectiva integrada ao ensino médio.

---

11 A escola unitária defendida por Gramsci propunha o equilíbrio entre trabalho manual e intelectual, uma educação que dialogasse com as vivências dos sujeitos do processo de aprendizagem.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Na contemporaneidade no Brasil, a Educação Profissional se tornou uma política pública relacionada a perspectiva de redução do desemprego, do desenvolvimento social e de possibilidade de inserção no mercado de trabalho, principalmente, no Governo Lula (2002 a 2010) e Dilma (2010 a 2014), com o desenvolvimento de programas direcionados especificamente a essa modalidade, temos vivenciado um momento de grande expansão e financiamento da rede federal de Educação Profissional, seja na modalidade técnica integrada ao nível médio, tecnológica de nível superior, ou mesmo cursos aligeirados ofertados em instituições privadas financiadas com recursos públicos, no modelo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Nesse âmbito, a partir de 2004 no Brasil acontecem as conferências que traçam as metas para a Educação Profissional através das políticas públicas (SOUSA *et al*, 2011), que são resultados de acordos realizados com órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e também no cenário nacional entre o governo e as instâncias responsáveis pela formulação das políticas educacionais, e nesse caso, direcionar as propostas de educação profissional. Nestas metas se insere a construção de escolas profissionalizantes a nível Federal e Estadual em todo o país e fortalecimento das instituições que já existem. De acordo com os dados da SETEC (BRASIL, 2012) houve um aumento no número de estabelecimentos da Rede Federal entre os anos de 2003 a 2010, em que o Ministério da Educação entregou a população 214 escolas técnicas previstas no plano de expansão da rede federal de Educação Profissional.

### **3 A reforma da educação profissional no governo lula (2003 – 2010): a implantação do Decreto 5.154/2004**

(...) Que é muito difícil vencer a injustiça secular que, dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos (Ariano Suassuna)

Neste tópico buscamos contextualizar a reforma da Educação Profissional durante o Governo de Luís Inácio da Silva (2002 – 2010) que possibilitou a reorganização da Educação Profissional concomitante ao Ensino

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Médio e desencadeou as ações da política de Educação Profissional, a implantação de programas e a expansão da rede de Educação Profissional.

Dentre estes programas encontra-se o Pronatec que foi, posteriormente, implantado e desenvolvido no Governo Dilma (2010-2014) que sucedeu a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, como um programa que visa articular várias ações da Política de Educação Profissional, proposta de continuidade das metas traçadas na Política de Educação Profissional.

Durante o Governo Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2006; 2006 – 2010) houve uma expansão da Educação Profissional impulsionada pela Reforma da educação Profissional, reconstruída como política pública, com as exigências de setores da sociedade civil que pressionaram o Governo para revogar o Decreto Nº 2.208/97 promulgado durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2001), que orientava a política de Educação Profissional, com um viés tecnicista, desconsiderava a concepção ampla de formação profissional e direcionava apenas a apropriação de uma técnica para o labor. Os setores que pressionaram o Governo Lula tinham, claramente, um projeto de educação profissional baseado numa concepção de formação humana integral que representava uma reação à Educação Profissional no Governo FHC.

Perspectiva esta que era totalmente negligenciada no Decreto Nº 2.208/97, pois este separava a qualificação técnica do Ensino Médio da proposta de Educação Profissional. O referido decreto foi resultado de uma política de Educação Profissional que articulava ações do Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação com foco na demanda do mercado, orientado por organismos internacionais como o Banco Mundial, dentre outros órgãos governamentais que:

Discutia uma proposta para o ensino médio, que separaria formação acadêmica de formação profissional do ponto de vista conceitual e operacional e que conferiria maior flexibilidade aos currículos facilitando sua adaptação ao mercado de trabalho e, naturalmente, baixando os custos, racionalizando o uso dos recursos conforme a opção do aluno fosse o mercado ou a universidade. (KUENZER, 2001, p.61)

Esta era a perspectiva que embasava a política de Educação Profissional diante do contexto de inflexões do Estado neoliberal, articulavam ações que dicotomizavam a educação em duas propostas distintas que



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

culminavam com um modelo de educação destinado às classes privilegiadas e um modelo de educação destinado aos mais pobres e que tinham menos acesso a um saber mais elaborado e uma cultura ampla. Portanto, imperava no campo educacional brasileiro uma dualidade estrutural que separava a educação para o pobre e a educação para o rico. Esse modelo se expressava através da separação entre prática e teoria, o fazer e o pensar, como se fosse possível organizá-los em polos distintos.

Historicamente, essa dualidade estrutural marcou a formulação das políticas de Educação Profissional, pois esta era considerada uma modalidade de educação destinada aos pobres e desvalidos da sorte. Além do mais durante muito tempo as atividades manuais e práticas eram marginalizadas em uma sociedade que ainda carrega uma herança escravocrata, que conserva a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O Decreto Nº 2.208/97 reforça essa concepção na medida em que propõe:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. (BRASIL, 1997)

Estes objetivos nos fazem refletir sobre o modelo de Educação Profissional orientada pelo Decreto 2.208/97, vez que, propunha um saber especializado, que se efetivava através de um currículo organizado em módulos que dividia o conhecimento por áreas de interesse e formação para o mercado. No entanto, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia “o próprio capital reconhece que os trabalhadores em geral precisam ter acesso à cultura sob todas as suas formas, para o que é indispensável uma sólida educação básica” (KUENZER, 2001, p. 37).

É na perspectiva de atender às exigências desse novo contexto do mundo do trabalho, suplantando o tecnicismo e a dualidade estrutural, marcas



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

históricas da Educação Profissional, que os setores mais engajados da sociedade civil e os movimentos sociais apoiaram e pressionaram o Governo Lula pela promulgação do Decreto n. 5.154/2004, que permite de forma flexibilizada a oferta de educação profissional integrada, concomitante ou desvinculada do Ensino Médio. Assim apresentado no documento:

Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. [...]§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. (BRASIL, 2015)

O referido decreto, apesar de ter apresentado avanços para a Política de Educação Profissional permite ainda que esta seja ofertada de diversas formas. Assim, é que surge programas como o Pronatec que possibilita a oferta de cursos técnicos e qualificação profissional desvinculado do Ensino Médio. A implantação do Pronatec representa um ponto dissonante na política de Educação profissional que propunha integrar o ensino médio da educação tecnológica, pois retornamos a problemática inicial de cursos técnicos aligeirados e qualificação profissional desvinculado de uma proposta de formação integral. Isto demonstra que as políticas do Governo Lula trouxeram a marca dos setores que lhe deram sustentação, como os movimentos sociais, a sociedade civil e acadêmica organizada, mas em muitos casos deu continuidade à política do governo Fernando Henrique Cardoso.

A divisão estrutural do saber socialmente construído está relacionada ao contexto da sociabilidade contemporânea que produz relações de desigualdade e miséria social, intensificadas pela divisão de classes no modelo capitalista de

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

produção. Michael Lowy (1978), partindo de uma concepção marxista da realidade, infere que:

O capitalismo produz não somente miséria física do proletariado, mas também sua escravidão, sua ignorância, seu embrutecimento e sua degradação moral. Ele lhe rouba o tempo necessário à educação, ao desenvolvimento intelectual, às relações sociais. Pela divisão manufatureira do trabalho ele divide o homem, estrofia o trabalhador sacrificando suas capacidades múltiplas, mutila-o a ponto de reduzi-lo a uma parcela de si mesmo. (LOWY, 1978, p. 69)

Compreendendo a necessidade de democratizar o acesso à educação as classes populares, a fim de potencializar as forças de trabalho para o capital, o governo cria políticas de qualificação do trabalhador e cursos técnicos aligeirados. Embora, as relações de produção na contemporaneidade exijam do trabalhador uma formação polivalente para atender aos requisitos de um mundo do trabalho imerso nas transformações técnico-científicas. Mas não contribui para superar a dualidade estrutural da Educação Profissional, vez que, na concepção de Paro (2002, p. 107) “o desenvolvimento da produção capitalista leva a uma progressiva desqualificação do trabalhador, através da divisão pormenorizada do trabalho e da separação entre concepção e execução”,

Nesse contexto, a reforma da Educação Profissional realizada no Governo Lula tentou minimamente suplantar essa condição da dualidade entre Educação Profissional e a estrutura curricular do Ensino Médio. A tendência que se seguiu para a reforma da Política de Educação Profissional foi tentar aproximar as duas modalidades de ensino. Diante desse desafio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm como finalidade, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articular-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura (BRASIL, 2013).

Essa perspectiva embasada pela necessidade de reorganização da Educação profissional em observância a concepção de um mundo do trabalho diante de transformações estruturais marcou a transição do Decreto nº

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

2.208/97 para o Decreto nº 5.154/2004. A necessidade de reforma da Educação profissional não está vinculada apenas a uma concepção progressista de Educação, de certo que teve a influência de setores e movimentos que vislumbravam a partir dessa reforma a formulação de uma política de Educação Profissional baseada na concepção de escola unitária do Gramsci.

No entanto, obedecendo o roteiro das exigências do mundo do trabalho, esta reforma teve como objetivo a articulação com o mercado de trabalho no âmbito do capital. Apenas redefiniu os conceitos de trabalho e qualificação do trabalhador, elaborados segundo orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional técnica de Nível médio:

Espera-se que o mundo do trabalho avance na direção de relações trabalhistas mais justas. Isso implica numa maior participação dos trabalhadores nos destinos e nos processos do trabalho. Para que isto ocorra é necessário que o trabalhador tenha conhecimento da tecnologia, da ciência e dos processos necessários em sua produção. A escola especializada ou voltada para a formação profissional deve atender para essa necessidade. (BRASIL, 2013, p. 208)

A compreensão de trabalho explícita nas diretrizes se remete ao contexto da reestruturação produtiva, com a reorganização e gerencia dos processos da produção que se intensificaram, no âmbito internacional, no pós-guerra na década de 1970, e no Brasil a partir da década de 1990 com o advento do neoliberalismo. Mas a proposta que embasa a proposta da Educação Profissional continua a ser a da perspectiva da sociabilidade do capital, de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, de forma aligeirada, especializada e técnica.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferimos que a Educação Profissional, historicamente, esteve associada ao modo de produção da sociedade, vez que, esta é intrínseca as relações de produção e ao trabalho. Neste âmbito se tornou uma modalidade de educação diferenciada do ensino dos cursos de humanidades, a educação profissional visava preparar os filhos das classes menos privilegiadas para o mercado para

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

ocupar postos de trabalho, geralmente considerados inferiores aqueles que tinham uma formação superior. Sendo que o público que tinha acesso a escolarização básica e superior era os filhos da elite, a população menos privilegiada não dispunha de condições nem de acesso ao Ensino Superior o que lhes restava era uma formação profissional direcionada ao mercado de trabalho.

A Educação Profissional foi se configurando como modalidade de ensino direcionada para a formação do trabalhador para o mercado de trabalho na tentativa de conter a onda de desemprego, desigualdades sociais, e ao mesmo tempo, procurar qualificar trabalhadores para ocupar novos postos de trabalho na tentativa de resignificar as práticas escolares formando profissionais empregáveis. Esta perspectiva ainda permeia as políticas de Educação Profissional.

O Decreto 5.154/2004 trouxe avanço significativos para a Política de Educação Profissional, principalmente, quanto a integração da Educação Profissional ao Ensino médio. No entanto, ainda conserva a ideologia da empregabilidade e não rompe com o ideário neoliberal de uma educação voltada para suprir mão de obra mais barata e precarizada, embora, o referido decreto tenha atendido a uma proposta mais progressista de Educação Profissional, ainda permite variadas formas de organização dessa modalidade de ensino que pode ser ofertada concomitante, separada ou integrada ao ensino médio. Essa perspectiva, possibilita a oferta de cursos técnicos aligeirados, que reforçam a pertinente dualidade estrutural presente na Educação Profissional.

## REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 20 de mai. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 27 de novembro de 2012.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

BRASIL, Ministério da Educação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 2, n.2. Brasília, MEC, SETEC, 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013581.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2014

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**. In: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 202 – 265.

CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. FILHO, Domingos Leite Lima. **Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupro.html>. Acesso em: 10 de jul.2014.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação)

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional no Brasil: Histórico**. In: E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008. Disponível em: [revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21](http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21). Acesso em: 08 de jul.2014

SOUSA, Antonia de Abreu. LIMA, Claudio Ricardo Gomes de. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**: Introdução crítica. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002.



**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO  
ESCREVENDO UMA HISTÓRIA DE VIDA: IMPACTOS DA  
ALFABETIZAÇÃO NA VIDA SOCIAL DE EDUCANDOS (AS) NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

Ana Tereza Correia Maia de Morais  
*anamaiaateresa@gmail.com*  
Faculdade Do Vale Do Jaguaribe - FVJ

Ms. Débora Aldyane Barbosa Carvalho,  
*deboraldyane@hotmail.com*  
Faculdade Do Vale Do Jaguaribe - FVJ

Ms. Maria Lucas da Silva,  
*marialucasce@hotmail.com*  
Universidade Federal Do Ceará - UFC

## **RESUMO**

Este artigo surgiu a partir de uma pesquisa que investigou o processo de aquisição da leitura e da escrita por estudantes jovens e adultos. Objetiva refletir sobre os impactos que a alfabetização causa na vida social de educandos(as) de EJA. Fundamentou-se em Soares (2004) que discute o estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e, até mesmo, econômicos do alfabetizado; em Gadotti (2008) com foco na abordagem sobre a condição do analfabeto em relação à sociedade; e Freire (2005) o qual reflete sobre o resgate da autonomia associada à alfabetização. A pesquisa utilizou-se da abordagem quantitativa e qualitativa, recorrendo a entrevistas para obter os relatos de vida do público observado. Compreendeu-se que os impactos da alfabetização vão além da habilidade de ler e escrever ou assinar um nome. Tais impactos possibilitam aos sujeitos a oportunidade de transformar as próprias vidas, reescrevendo suas histórias.

**Palavras-Chave:** Alfabetização. Educação de Jovens e Adultos. Histórias de vida.

## **INTRODUÇÃO**

Os estudos da Psicogênese da Língua escrita desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky (1999) foram ampliados por diversos pesquisadores e com as contribuições das reflexões críticas de Paulo Freire sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA têm sido utilizados na análise para o aprofundamento e elaboração de metodologias utilizadas nesta modalidade de ensino.

Este artigo propôs trilhar para além dos estudos teóricos e conhecimentos acumulados pela humanidade sobre a escrita. Pretendeu-se não apenas analisar o processo vivenciado por aqueles que aprendem a ler e escrever, mas, sobretudo, destacar os sujeitos e os impactos da escrita sob o

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

ponto de vista dos mesmos, reconhecendo-os como seres dotados de leituras e experiências de vida profundamente marcantes e que, com a mesma intensidade, vivenciam a transformação social promovida pelo aprendizado do ler e escrever.

Nesse sentido, resgatou por meio de relatos estudantis de jovens e adultos seus sentimentos e aprendizados, bem como os impactos que a alfabetização causou na sua vida social com a intenção de despertar a percepção para o estudo e a pesquisa sobre a EJA, proporcionando aos sujeitos que participaram desta pesquisa, mais motivação na continuidade dos estudos e na busca por novas superações.

A realidade dos jovens e adultos que não sabem ler e escrever ratifica o processo de exclusão social, que corrobora para a dependência e submissão a outras pessoas. Haja vista que, esta sociedade, cada vez mais, utiliza mecanismos que necessitam da habilidade da escrita e da leitura.

Após o contato com teorias sobre alfabetização na perspectiva do letramento (SOARES, 2002) e a psicogênese da língua escrita (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999), o desafio se fez: conhecer na prática a aprendizagem dos educandos jovens e adultos e o que este aprendizado pode lhes proporcionar.

Os impactos da alfabetização no sujeito transcendem a ação de ler e escrever, ou assinar um nome, mas, sobretudo, possibilitam a capacidade para transformar suas próprias vidas, reescrevendo suas histórias, a partir da autoestima reconstruída e do resgate de sua própria autonomia.

## **Percepções sobre o alfabetizando**

Viver nesta sociedade, que cada vez mais utiliza mecanismos que necessitam da habilidade da escrita e da leitura representa um desafio real. Conforme é percebido quanto ao escrever, segundo Ferreiro e Teberosky (1999, p.37 e 283)

[...] escrever é uma tarefa de ordem conceitual. Portanto, se bem que seja necessária a presença de modelos - enquanto ocasião de desenvolvimento dos conhecimentos - a escrita não é cópia passiva e sim interpretação ativa dos modelos do

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

mundo adulto. “Ler não é decifrar; escrever não é copiar.” A mediação social é imprescindível para compreender algumas de suas propriedades – **propriedades da escrita** (grifo nosso).

Conforme Soares (2004, p.12), “aprender a ler e a escrever é aprender a construir sentido *para e por meio* de textos escritos, usando experiências e conhecimentos prévios” [...] o que se complementa com sua concepção de que a inserção de crianças e adultos no mundo da escrita ocorre por dois processos indissociáveis: *alfabetização* – que é a aquisição do sistema convencional de escrita e *letramento* – desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita nas práticas sociais.

Como bem sabemos, a realidade dos jovens e adultos que não sabem ler e escrever é de exclusão social, de dependência e submissão a outras pessoas e serviços. Estes, por sua vez, ganham caráter assistencialista e alimentam o sentimento de incapacidade que limita ainda mais nas atividades diárias, mesmo que sejam as mais simples como, por exemplo, participar ativamente da vida escolar dos filhos, seja assinando um boletim ou ensinando uma atividade. A vontade e a necessidade de cada educando em viver de forma autônoma se esbarram nas dificuldades que abrangem desde as poucas oportunidades de estudo, baixa autoestima e cansaço físico, (pois a maioria destes trabalha durante o dia e/ou são de idade avançada).

Soares (2002, p. 17) firma ainda que “deixar de ser analfabeto e tornar-se alfabetizado, [...] tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos.” Portanto, é imenso o valor do aprendizado para quem tem a oportunidade de acompanhar educandos de EJA no processo de aquisição destas habilidades, pois a superação diária oferece experiências e incentivo de caráter humano que tornam difícil o ato de relatar. A cada aprendizado é como se tirassem um peso das costas, um alívio pela conquista do que já estava no campo do impossível. Aos poucos a desculpa “Papagaio velho não aprende mais a falar” vai perdendo o lugar para “Me sinto cada vez mais novo, com mais vontade de viver”. Relatos assim são a demonstração de tamanha diferença entre o antes e depois da alfabetização.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Gadotti (2008, p.59) nos leva a refletir sobre um aluno adulto quando afirma que este:

apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois a sua condição de analfabeto lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação à escola. (...) O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar, diante de um mundo que sempre o silenciou.

E, a partir do ingresso em programas de alfabetização, passam a ter maior participação no convívio social e na política em suas comunidades, com confiança e autonomia, sentem-se mais à vontade para levar e trazer seus filhos da escola e acompanhar seus avanços, modificam costumes de saúde e de alimentação no interior de suas famílias, aumentam sua produção e seus ganhos usando informações recebidas nos programas de alfabetização ou acessando outras informações, compreendem melhor as informações de rádio, TV e mídia impressa além de buscar expandir as melhorias na vida diária. (GADOTTI, 2008).

Todas estas percepções remetem-se ao que Freire (2005, p.81) descreve por “leitura de mundo”, como precedente da “leitura da palavra” e que cada indivíduo faz sobre a realidade em que vive: “não posso de maneira alguma, [...] desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo”.

Esta “leitura” que faz deste educando um ser especial, nos lança ao desafio, honroso e impagável, de contemplar um pouco da dimensão que tem o resgate da sua autonomia, que com orgulho relata sua história com a perspectiva de ir além, por ter experimentado a superação do analfabetismo.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento desse estudo iniciou-se na análise do perfil quantitativo dos educandos(as) do Projeto MOVA-Brasil, atualizado no ano 2013 em comparação com os relatos de alunos e ex-alunos do mesmo projeto, coletados e documentados durante o II Encontro Estadual de Educandos(as) do Projeto MOVA-Brasil, ocorrido ainda em 2012.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Foram destacados 10 (dez) sujeitos. Dentre estes, 06 (seis) opinaram sobre as causas do analfabetismo, a busca dos sonhos e as transformações observadas, enquanto os outros quatro relataram sobre a experiência de estudar. Os nomes aqui descritos são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Os registros destes alunos foram frisados como amostra das maiores incidências dos relatos, para melhor caracterização qualitativa. Na qual, é situado e fundamentado o foco das reflexões. Porquanto, buscou-se interpretar, descrever, analisar, compreender e possibilitar entendimento para atribuição de significado ao objeto de estudo nos variados elementos do fenômeno estudado, pois essa abordagem “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas [...]”. (MINAYO, 1994, p.22).

### RESULTADOS

A partir da análise dos dados quantitativos do público do Projeto MOVA-Brasil, em 2013, tem-se que os relatos representam, reafirmam e justificam, ainda que em datas diferentes entre si, as características do público do projeto e validam as reflexões desta pesquisa. O primeiro aspecto abordado quanto à escolaridade, apresenta os seguintes resultados: 21% não frequentou instituição escolar; 31% frequentou até um ano; e 48% frequentou mais de um ano, conforme Gráfico 1 apresentado abaixo:

Gráfico 1 – Escolaridade dos alunos do Projeto MOVA-Brasil, 2013.



Fonte: Pólo CE-Projeto MOVA-Brasil, 2013.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

O gráfico apresentado aponta a evasão ou não acesso à escola e as causas são relatadas nas falas dos educandos, conforme pode ser consultado a seguir:

**Francisco:** “Meu pai morreu eu tinha 10 ano, não pude estudá, porque tive que sustentar a família, e mesmo, não tinha escola”;

**Alécio:** “Eu era o mais velho de todos, eu tive que trabalhar e ajudar a família, ou eu ia estudá ou trabaiá”;

**Joao:** “Eu morava no Itapajé era um interiô, era terrível, era uma casinha de taipa. Um dia, eu tava brincando com um amigo meu na escola e ele me bateu. Chegando em casa o meu pai soube, e me bateu de novo e então ele disse que eu ia agora a partir daquela hora só trabalhar, não era pra apanha na escola, de minino mal criado fi dos outros. Então eu fui trabalhar na roça”;

**Maria:** “Nunca pude estudar, lá em casa era mais fia mulher e meu pai tinha muito ciúme de nois, nem um menino podia encosta perto de nois, um dia na escola um menino correu e deu um beijo de surpresa no rosto da minha irmã mais nova, a única que pisou na escola, só pra fazer minha irmã chorar, meu pai ficou sabendo e nunca mais deixou nenhuma fia ir pra escola, nunca conheci uma praia, nunca andemo numa igreja. Eu boto a culpa no meu Pai (emocionada) porque nunca deixou nois estuda”;

**Antônia:** “Não tinha escola, comecei a trabalhar em casa, depois tive meus fio, e não tive mais tempo”;

**Francisca:** “Tinha que ajudar minha mãe na lida de casa, não tinha escola”.

O paralelo entre os relatos e os dados quantitativos aponta, sobre o perfil do público da EJA na dimensão da escolaridade, principalmente:

- Necessidade de trabalhar, por questões de subsistência (predominantemente meninos), pois as famílias, na maioria, tinham numerosa quantidade de filhos e o pai, ainda que presente, não supria a necessidade básica de alimentação;
- Serviço doméstico (predominantemente meninas) que tinham, por obrigação, ajudar a mãe nas tarefas da casa, inclusive, cuidar de irmãos;

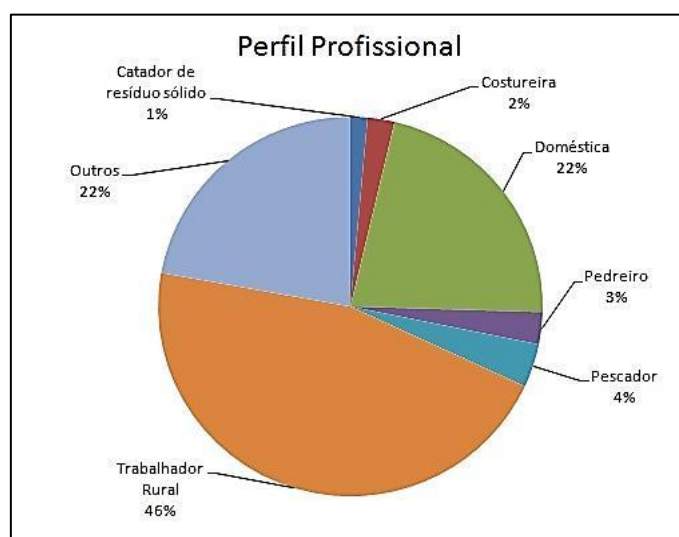


## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

- Falta de acesso ou oferta de escola, pois, em alguns casos, não havia escola, considerando que grande parte do público reside na zona rural, em outros casos a escola localizava-se a longas distâncias;
- Cultura do Machismo, aspecto importante a destacar, pois trata-se do maior causador do impedimento de meninas à frequentarem uma escola, pois o espaço feminino, desde os tempos antigos, se limitava ao ambiente doméstico;
- Falta de perspectiva e conhecimento do universo da educação, muitos pais privaram seus filhos de frequentar a escola, também por não terem vivenciado tal experiência, levando-os à reprodução e imposição de costumes e em determinadas práticas tidas como prioridade em detrimento da educação escolar.

O Gráfico 2 – que trata do perfil profissional aponta, de forma clara, as características econômicas do público da presente pesquisa. Verifica-se, a partir dos dados, o grande número de trabalhadores rurais, cuja porcentagem é de 46%; as domésticas totalizam 22%; e na categoria Outros, considerados os trabalhadores autônomos e dos serviços sazonais sem estabilidade (popularmente chamados de “bico”), tem-se 22%.

Gráfico 1 – Perfil Profissional dos alunos do Projeto MOVA-Brasil, 2013.



Fonte: Pólo CE-Projeto MOVA-Brasil, 2013.

Os dados observados no Gráfico 2, demonstram impactos do analfabetismo na vida econômica dos sujeitos, uma das dimensões

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

pertencentes ao campo de sonhos e idealizações deles. Isso se torna evidente quando os sujeitos expressam alegria e emoção ao retornar à sala de aula, ao relatarem sobre seus sonhos e transformações ocorridas, bem como o que almejam conquistar a partir do primeiro passo: superação do analfabetismo, como se pode observar nos depoimentos seguintes:

**Francisco:** “Agora o projeto chego no colégio, e só agora to estudando com 80 anos e agradeço minha monitora porque agora to sorrindo e estudando, me sinto até mais novo.”;

**Alécio:** “Agora esse projeto veio e eu to, agradeço a Deus e vô continuá, realizar o meu sonho, esse projeto tem abrido os olhos. Vou estuda e vô fazer uma faculdade e vou ate o fim”;

**João:** “Só agora, com quase 60 anos, com este projeto eu tive oportunidade, hoje tenho esperança de ir pra frente, hoje sei até falar, sei ir resolver minhas coisas, meus negocio”;

**Maria:** “Agora eu já to estudando... queria que ele visse como tô desenvolvida, vou até arranjar um emprego decente”.

**Antônia:** “O documento é como analfabeta quero tirar o documento assinando nome, e assinar tudo que precisa, até na escola de meus fio, sem passar vergonha”;

**Francisca:** “Inventava que era doente da vista com vergonha de assinar, na verdade ia era botar o dedo, e agora assino meu nome graça ao Mova, quero aprender e mostrar o que aprendo aonde eu vou”.

Outros quatro estudantes falaram sobre a experiência de estudar, demonstrando que o estudo favoreceu a autonomia e possibilitou enxergar outros mundos, até então latentes em suas vidas.

**José:** “Aqui nois pode se expressar do jeito que nois pensa, as coisa que nois conhece. Antes nois não tinha o direito de estudar, porque o povão não podia entender, nem descobrir o que “eles” faziam, hoje estudando sei enxergar muitas coisa da realidade”;

**Raimundo:** “Quando tem convívio com outros a gente se desenvolve, tinha coisa que eu nem sabia que eu entendia”;

**Pedro:** “Tenho gosto de estudar porque a professora me incentiva, mesmo passando um mês no mar”;

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

**Maria Nazaré:** “O que me atrapalha é a vista, não alcança mais muita coisa, mas mesmo assim aprendo muito”;

Por intermédio destes registros obtidos, também foi possível compreender algumas das principais dificuldades no regresso ou acesso à escolarização.

- Autoestima inferiorizada em relação aos conteúdos a serem aprendidos;
- Dificuldades em conciliar o trabalho e as atividades domésticas com a rotina das aulas;
- Problemas de saúde, principalmente, a baixa acuidade visual;
- Dificuldade de assistência ao cuidado dos filhos.

Tais apontamentos são objeto de reflexão e estudo que resultam em propostas didáticas, métodos e currículos voltados e personalizados de acordo com as peculiaridades do público não alfabetizado, inclusive para minimizar a incidência de evasão das salas de aula de EJA. As concepções de cultura, identidade, história de vida, sobretudo valorizando os saberes dos educandos em relações de harmonia com conhecimentos científicos e outros saberes de informações, proporcionando um ambiente acolhedor (ANTUNES; PADILHA, 2011, p. 29) favorecem indubitavelmente a apropriação e o desenvolvimento dos diferentes saberes pelos educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou, por intermédio da análise do perfil e das histórias de vida sobre o processo de alfabetização e relatos de experiência de educandos e ex-educandos da Educação de Jovens e Adultos, uma visão panorâmica da realidade excludente do mundo dos não alfabetizados e os impactos à vida social desses sujeitos.

Verificou-se a trajetória emancipatória dos indivíduos alcançada pelo fortalecimento da autoestima e resgate da função social dos mesmos em relação à construção e reconstrução de sua história e dos espaços de convivência.

A esperança de continuidade nos estudos reflete as contribuições positivas dessas pessoas, que tiveram suas vidas excluídas do direito à

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

educação, demonstrando que não apenas “recuperam um tempo perdido”, mas também, passam a ocupar novos espaços desde outros níveis de educação a outras fontes de trabalho e renda, inclusive, desencadeando novos hábitos de valorização à educação repassados a próxima geração que os segue. Tal ciclo de impactos dá sentido às políticas públicas destinadas ao atendimento dessa demanda que representa uma dívida histórica do país.

Também despertou a percepção de que a formação de professores deve contemplar e aprofundar o estudo e a pesquisa sobre a alfabetização de jovens e adultos, de modo a fortalecer a formação dos licenciandos para essa modalidade de ensino. Pois se trata de uma área ainda carente de profissionais com o perfil adequado para atuar.

Por fim, compreendeu-se que os impactos da alfabetização vão além da habilidade de ler e escrever ou assinar um nome, mas possibilitam a oportunidade de transformar suas próprias vidas, reescrevendo suas histórias. Impactos profundamente marcantes e desencadeadores de outras mudanças, com resultados que geram desdobramentos, alcançando desde o núcleo familiar dos sujeitos até a comunidade em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Cadernos de Formação – Metodologia Nova**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um BRASIL ALFABETIZADO**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOARES, Magda Becker. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de educação. Rio de Janeiro, ANPEd, Nº 25, 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DEBATENDO A CORPOREIDADE DA CRIANÇA NA ESCOLA

Cindy Brandão Silvério<sup>12</sup>  
*cindybrandaosilverio@hotmail.com*  
Universidade Estadual Do Ceará – UECE

Maria José Albuquerque da Silva<sup>13</sup>  
*Maria.jasilva@hotmail.com*  
Universidade Federal Do Ceará – UFC

Raquel Dias Araújo<sup>14</sup>  
*raquel.dias69@gmail.com*

### RESUMO

O texto discute sobre práticas pedagógicas realizadas com crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo como foco a corporeidade da criança, ou seja, o uso e desenvolvimento do corpo como instrumento relacional com o mundo. O objetivo é suscitar algumas indagações, bem como identificar diferenças e aproximações quanto ao fazer educativo em cada nível de ensino, estabelecendo elos que demarcam a evolução da criança como ser sociocultural e histórico. O estudo se fundamenta em autores como Rousseau (1999), Ariès (2006), Santin (2003), Richter (2006), Pereira e Silva (2008), Freire (2006), Fiorentin, Lustosa e Rocha (2004). A metodologia utilizada se refere a relato de práticas desenvolvidas no espaço escolar com crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, no período de abril à dezembro de 2014, em uma escola pública do município de Fortaleza. Os resultados revelam mais diferenças do que semelhanças na promoção de tais atividades, embora prevaleça um ponto comum nesses níveis de ensino, qual seja, uma percepção dual do ser humano, uma dissociação entre corpo e mente, levando-nos a concluir que há muitos desafios a enfrentar no que concerne à busca de uma formação integral, que contemple o indivíduo como uma totalidade indivisível.

**Palavras chave:** Prática pedagógica. Corporeidade. Infância. Criança.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa discutir as diferenças presentes na corporeidade trabalhada com crianças da Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como sugerir aproximações possíveis.

Para nossas reflexões tomamos como base a compreensão de corporeidade como um conceito que “(...) integra tudo que somos: corpo,

---

<sup>12</sup> Graduanda em Pedagogia do 5º semestre pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Bolsista de Iniciação Científica desde Julho de 2015.

<sup>13</sup> Professora Associada na Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora de Área do PIBID no subprojeto de Pedagogia/UFC, desde março de 2013.

<sup>14</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Grupo de Estudos Marxismo e Educação.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

mente, espírito, emoções, movimento, relações com o nosso próprio 'eu', com outras pessoas e com o mundo a nossa volta" (FIORENTIN et al, 2004, p. 336). Este conceito envolve a ideia de que o corpo não é constituído apenas pela matéria orgânica, mas que ele é influenciado por todo o contexto social, cultural, político, histórico, em que as pessoas estão inseridas, ou seja, é necessário compreender o corpo para além de sua natureza física, percebendo-o como uma linguagem que se constrói e se reconstrói através dos tempos, sempre em diálogo com o mundo e tudo que o cerca.

Autores como Santin (2003) e Pereira e Silva (2008) compreendem que o corpo deve ser visto como uma construção sociocultural e histórica. Para eles, a história do corpo na sociedade ocidental é influenciada diretamente por um longo processo de tensões e inconstâncias, o que refletiu na chamada marginalização do corpo. Isso significa que a mente, no contexto escolar moderno e contemporâneo, tem sido mais valorizada que o corpo, favorecendo uma visão do homem como um ser separado, no mínimo, em duas partes: de um lado corpo, e de outro, mente ou intelecto.

Sobre o predomínio dessa visão dualista do ser humano no espaço escolar, Santin (ibidem, p. 52) constata que,

[...] a escola privilegiou a educação intelectual centrando suas preocupações e atividades em conteúdos cognitivos. Diante dessa preponderância intelectual o movimento humano passou a ter pouco espaço nas preocupações educativas e na constituição dos currículos de cada curso. O ensino passou, desta maneira, a voltar-se preferentemente, ou para a inteligência, ou para a memória, ou para a vontade. O homem é, portanto, visualizado (sic!) como um ser inteligente, volitivo e consciente. O homem, como ser capaz de movimento, parece pouco ou nada significar para as atuais pedagogias.

Partindo do pressuposto de que não há como separar o homem em partes distintas, uma vez que este é um ser uno, indissociável em suas múltiplas dimensões, seja corpórea ou intelectual, buscamos verificar de que modo essas questões são tratadas no ambiente escolar, com o objetivo de identificar as concepções que as norteiam, que tipo de práticas pedagógicas são realizadas com crianças e como os professores e as professoras têm lidado com a corporeidade dos alunos. Antes, porém, nos detemos a uma breve abordagem teórica-metodológica a respeito do caminho metodológico trilhado, e em seguida, expomos os resultados a que chegamos, bem como as considerações finais e referências.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## **2. o caminho para compreender o significado de práticas pedagógicas e a criança como sujeito sociohistórico e cultural, a infância como a primeira fase da vida e a corporeidade no contexto escolar**

A oportunidade de atuar como bolsistas no Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), buscando articular os saberes e conhecimentos produzidos e compartilhados no espaço da universidade com os saberes e conhecimentos construídos no chão da escola, nos trouxe não somente a possibilidade de ampliar nosso olhar sobre a formação de professores e as questões que perpassam essa temática - a exemplo do papel e do sentido de ser docente numa sociedade de classes, marcada por um modelo social e econômico profundamente excludente e desigual, centrada no valor do capital e da individualidade humana em detrimento da coletividade -, como também tem nos permitido repensar nossas práticas como sujeitos ativos do conhecimento e formadores de humanos.

Assim, além de nos fundamentar teoricamente sobre assuntos pertinentes ao nosso fazer/saber educacional e pedagógico, realizamos atividades de campo, vivenciando experiências que têm nos ajudado a compreender o que acontece no cenário específico da escola, instigando-nos a aprofundar nossas reflexões críticas sobre questões que têm se mostrado historicamente duais e contraditórias, tais como a relação entre a teoria e a prática e a relação entre corpo e mente no contexto de formação escolar.

Para o estudo teórico elegemos alguns conceitos que se revelam como centrais nesse processo investigativo, tais como práticas pedagógicas na escola, criança, infância, corporeidade.

A riqueza conceitual do termo prática se evidencia a partir de sua relação indissociável com a teoria, uma vez que esta não existe sem aquela e *vice-versa*, denotando laços que não se separam. Vista dessa forma a prática se configura como sinônimo de *práxis*, interpretada como uma ação transformadora da realidade social, distanciando-se de qualquer atividade de cunho meramente mecânico e repetitivo, sem propósito ou finalidade educativa.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Partindo do pressuposto de que toda *práxis* é atividade, mas nem toda atividade é *práxis*, sustentamos uma dimensão crítica da prática com base numa filosofia e cunho marxista, passando por Gramsci, Althusser, Lukács, Lênin, para os quais a relação entre teoria e *práxis* é vista como teórica e prática: prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem; teórica, na medida em que essa relação se dá de forma consciente e intencional. (VASQUEZ, 1977)

Falar de prática pedagógica, portanto, é tratar de um conceito multidimensional, alicerçado na relação entre a teoria e a prática, a qual se associa ao sentido mais profundo da ação transformadora da realidade.

De modo geral, a prática pedagógica se constitui numa prática social, diz respeito à dinâmica das relações sociais mais amplas em que se produzem aprendizagens. No entanto, referimo-nos aqui à prática pedagógica como atividade intencionalmente planejada e realizada no cenário específico da escola, com o intuito de promover o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, mediado pelo trabalho docente. Segundo Caldeira e Zaidan (2005, p. 2):

*A Prática Pedagógica é entendida como uma prática social complexa, acontece em diferentes espaços/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor-aluno-conhecimento. Nela estão imbricados, simultaneamente, elementos particulares e gerais. Os aspectos particulares dizem respeito: ao docente - sua experiência, sua corporeidade, sua formação, condições de trabalho e escolhas profissionais; aos demais profissionais da escola - suas experiências e formação e, também, suas ações segundo o posto profissional que ocupam; ao discente - sua idade, corporeidade e sua condição sociocultural; ao currículo; ao projeto político-pedagógico da escola; ao espaço escolar - suas condições materiais e organização; à comunidade em que a escola se insere e às condições locais.*

Nessa perspectiva, compreendemos a prática pedagógica como resultado de um processo intencional e direcionado por objetivos, finalidades e conhecimentos, a qual se inicia na própria prática cotidiana, informada pela teoria e orientada pelo contexto particular em que se realiza. (VEIGA, 1992).

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Pensar sobre a prática pedagógica implica considerar o tipo de relação que se estabelece entre professores e alunos no contexto da formação escolar, seja numa visão tradicional e conservadora ou seja numa visão progressista e emancipatória. Por uma questão de afinidade teórica recusamos as práticas pedagógicas centradas no autoritarismo do professor em relação ao saber e ao modo como lida com os alunos, e compartilhamos de princípios que embasam práticas pedagógicas emancipatórias, pautadas no diálogo entre professor e alunos, na horizontalidade da relação e na socialização do conhecimento, valorizando o saber e a cultura do aluno como ponto de partida para os novos conhecimentos.

A prática pedagógica escolar tem na figura do professor e da criança os principais protagonistas dos processos de ensino e de aprendizagem. Considerando, pois, que o professor atua como um agente social, um profissional preparado para atuar junto aos alunos, promovendo um processo de mediação entre estes e os conhecimentos produzidos historicamente; considerando, ainda, que o foco do trabalho docente é a criança, quem é esse sujeito? E o que ela representa no contexto da formação escolar? Para responder a questões como essas recorreremos a Ariès (1981), o qual ao tratar sobre *A história social da criança e da família*, esclarece que:

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das avós, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. [...]. (p. 193).

Constatamos que a criança foi, nos mundos antigo e medieval, concebida como um adulto em miniatura, visão essa que vai se modificando gradativamente a partir do Renascimento, nos séculos XV e XVI, acentuando-se, sobretudo, no século XVIII, com o pensamento pedagógico de Rousseau (1999), que definiu a criança como um ser dotado de especificidades e defendeu que ela deveria se tornar o centro dos interesses pedagógicos, e não

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

o adulto. Este, estaria corrompido pela sociedade de hábitos e convenções sociais artificiais e educação intelectualista. (ARANHA, 2006).

Em relação à escolarização, Aranha (ibidem) reforça que no período medieval crianças de várias idades se misturavam com adultos numa única classe, sem distinção em graus de atividades, situação que assume novos contornos e organização a partir do século XVII, quando vai se fortalecendo o processo de desmantelamento da ordem feudal, o consequente desenvolvimento do capitalismo e o ideal de educação universal proposto por Comênios.

Dessa forma, o conceito de criança vai sendo lapidado ao longo do século XVIII até o século atual (XXI), passando a ser definida como um ser social em formação, com características próprias e distintas do adulto, física, mental, intelectual, cognitiva e afetivamente. O que vemos hoje prevalecer, é a defesa da criança como um ser de direitos, em busca de cidadania.

A concepção de infância, por sua vez, também surge por volta dos séculos XVI e XVII, consolidando-se a partir do século XVIII e XIX, e remota à preocupação em entender o mundo infantil e suas particularidades, para compreender a mente da criança, que vai deixando de ser vista como um adulto pequeno. Então, se este ser não é um adulto nem tem a maturidade que se pensava na época, em que fase ela se encontra? E, uma vez tendo definido que se trata da infância, o que isso significa, afinal? É nesse cenário de indagações que novos estudos, já nos séculos XVIII, vão nos ajudar a entender essa questão.

Rousseau (1999) expõe sua visão sobre a infância em *Emílio ou da educação*, explicando que tudo que se sabia até então eram falsas ideias, que se procurava o homem na criança sem pensar no que ela é antes de se tornar homem.

Não se conhece a infância; no caminho das falsas idéias que se têm, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem. [...] (p. 4)

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

O filósofo genebrino (ibidem) empreende, ao longo de sua obra mais importante na educação, um conjunto de ideias e argumentações visando estabelecer diferenças fundamentais entre o adulto e a criança, a maturidade e a infância, advogando que em cada etapa é preciso um tipo de educação. Segundo ele “[...] A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. [...]” (p. 69). E, mais à frente nos alerta, como mestres, para a necessidade de distinguirmos a criança e a infância do homem na fase da maturidade:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; [...]. (p. 86).

Tratai vosso aluno de acordo com a idade. [...]. (p. 87).

[...] Como não se quer fazer de uma criança uma criança, mas sim um doutor, [...] Deixai que se amadureça a infância na criança. [...]. (pp. 91-92)

Respeitai a infância e não vos apresseis em julgá-la, quer para bem, quer para mal. [...]. (p. 112)

Partindo dessa visão rousseuniana, e considerando a infância como uma descoberta, uma construção social moderna (ARIÈS, 1981), podemos concebê-la como uma etapa, uma fase, um estado inicial da vida de todo homem, de todo ser humano, que vai desde o nascimento até por volta dos 11-12 anos de idade. Para alguns, é o período em que reina a liberdade e a fantasia; para outros, a fase em que a criança, esse ser social, será preparado para o futuro.

Em meio às distintas concepções e significados, estes vão surgindo dependentes do contexto econômico, social, cultural e histórico de cada época, projetando um sentimento, uma iconografia (imagem) da criança, abrangendo desde uma mentalidade e uma visão indiferente às suas características à uma notória e gradual consciência de suas particularidades. Essa transição vai demarcando a constituição de um novo sujeito e anunciando uma nova etapa da vida e suas formas de representação, relativas aos trajés, vestimentas,



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

espaços de formação infantil, aos tipos de brinquedos e jogos utilizados etc. (ARIÈS, 1981).

Há que se destacar que a transformação que ocorre em relação à infância não é ascendente nem linear, coexistindo vários modelos, ao mesmo tempo, associados tanto às classes sociais quanto à cuidados específicos na medicina e na psicologia, por exemplo. Com isso, distancia-se de uma concepção uniformizadora e aproxima-se de uma diversidade de infâncias e suas vivências, em termos de classe social, raça, gênero, etnia, região em que habitam. (SARMENTO, 2004).

Se nosso interesse está centrado na abordagem da criança e da infância no contexto escolar, então, a corporeidade desponta como conceito basilar. Mas, o que representa a corporeidade na formação da criança, tendo em vista os múltiplos aspectos que constituem o ser humano e seu desenvolvimento?

Santin (2003), na investigação sobre o homem como unidade de ser corpóreo movido pela intencionalidade, recusa-se a vê-lo como dualidade corpo-e-alma, ou seja, a separar a matéria e o espírito, buscando resgatar a dimensão filosófica da Educação Física na escola e sua valorização no contexto cultural e na política do corpo humano e seus movimentos expressivos. Ele acredita que o sistema educacional vigente marginaliza a Educação Física e a coloca em segundo plano, deixando o corpo a serviço da mente. Nessa tessitura textual o autor define que o homem como corporeidade é movimento, gesto, linguagem, presença e expressão criativa.

Essa definição aparece para nós como ferramenta conceitual para compreendermos melhor o que significa a corporeidade na formação escolar da criança, na medida em que entendemos que vivenciar o mundo pelo corpo é um processo natural mais ou menos comuns a todos os seres humanos, podendo apresentar diferenças em termos de qualidade e intensidade, dependendo do tipo de atividades adotadas. Nesse sentido, a corporeidade é a capacidade do ser humano de sentir e utilizar o corpo como ferramenta de manifestação e interação com o mundo.

Se a corporeidade expressa, então, um modo do ser humano interagir com o mundo, como a mesma tem sido tratada no espaço escolar, tanto em práticas de Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental?



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Para responder a essa questão, nos aproximamos do ambiente escolar e observamos tais questões de forma mais viva e real. Senão vejamos.

### 3. O olhar sobre a realidade e o que ela nos diz: resultados e aposta

A escola que serviu de *lócus* para a investigação realizada pertence à rede municipal de Fortaleza, e fica localizada no bairro Edson Queiroz, tendo em torno de 340 alunos na Educação Infantil e 660 nos anos iniciais do Ensino fundamental, bem como um corpo docente efetivo nos dois níveis de ensino, todos formados em nível superior e com tempo de magistério que varia entre 05 a 25 anos. É considerada uma instituição de grande porte, dispondo de ambiente inadequado para a realização de atividades físicas, uma vez que não dispõe de espaço físico espaçoso e arejado, sem condições de uso frequente, sobretudo, também, por contar com materiais e equipamentos em mal estado de conservação.

Ressaltamos que a pesquisa foi realizada no período de agosto a dezembro de 2014, e que as turmas observadas são alunos da Educação Infantil III e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no turno da tarde, as terças e quartas feiras, em média de 4 horas diárias.

Assim, embora considerando que a corporeidade do indivíduo evolui com a idade e que a do recém-nascido é bem diferente da criança de dez anos, do adulto ou do idoso, e de que a do homem é diferente da mulher, assim como a do doente difere do indivíduo sadio, na escola tudo isso parece não fazer muito sentido e nem ter a devida importância, quando se trata dos alunos do ensino fundamental.

Conforme observamos em primeiro contato com o campo, apesar das concepções de corpo presentes na história do pensamento ocidental terem exercido influência no pensamento educacional como um todo, constatamos que a aprendizagem formal nas escolas apresenta em sua história uma educação rígida, padronizada, pouco dinâmica que trabalha excessivamente a mente, devendo o corpo se disciplinar à cadeira e às regras da escola, isto é, deve ficar estático e sem interação com os demais.

É importante ressaltar que esse pensamento educacional tem contribuído para fortalecer a fragmentação do currículo escolar em disciplinas, com a valorização do cognitivo em detrimento dos elementos afetivos e motores, bem como para a desarticulação entre teoria e prática.

O que observamos na escola investigada é o que muitos autores já vêm chamando atenção para isso: o fato de que o único momento em que o trabalho com o corpo parece ser considerado importante é durante as aulas de Educação Física. Estas aulas deveriam ser um momento em que a

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

corporeidade dos alunos fosse melhor trabalhada, porém na prática isso não acontece.

Em nosso contato com o campo, percebemos uma diferença significativa em como a corporeidade é tratada no Ensino Infantil e de como ela é tratada no Ensino Fundamental pelos professores, levantando a suposição de que há uma clara oposição entre ambos os níveis de ensino. Na Educação Infantil foi percebido que há inúmeras atividades que desenvolvem a corporeidade, os movimentos psicomotores, a expressividade, e que promovem a desenvoltura corporal das crianças como jogos, brincadeiras lúdicas, músicas, a criança explora os diversos lugares onde ela está, com os movimentos de seu corpo, ela interage consigo, com o meio e com os colegas. As carteiras e cadeiras são divididas em 4 grupos e em cada um deles, ficam 6 crianças sentadas uma de frente para a outra.

Quanto ao Ensino Fundamental, percebemos que há uma interrupção, um rompimento dessas atividades corporais e lúdicas, onde os estudantes passam a se sentar em suas carteiras e cadeiras enfileiradas uma atrás da outra, ficando sentados por 4,5 horas em cadeiras desconfortáveis, fazendo com que ao longo do tempo seus corpos se tornem disciplinados com um padrão de movimentos demasiadamente pequenos, lentos e com grande concentração de energia na cabeça, garganta, na parte superior do tronco e nas mãos, como relata Calazans (2008)

Nas turmas de 1º, 2º e 3º ano, por sua vez, as aulas de Educação Física representam momentos de recreação, momentos meramente de folga das aulas totalmente teóricas, em que algumas crianças correm e outras ficam sentadas, e o professor não desenvolve atividade que trabalhem o movimento corpóreo desses sujeitos em estado de plena efervescência e agitação.

Nas turmas de 4º e 5º ano as aulas de Educação Física são usadas para aprender a jogar handebol e voleibol, ou seja, ainda que sejam atividades esportivas, não é abordado com estas crianças, por exemplo, os tipos de músculos trabalhados ao jogar, e menos ainda para que eles servem, deixando evidenciar que não existe uma intencionalidade pedagógica, um propósito a alcançar com as práticas vivenciadas.

Para Freire (2006), a ideia de movimento corporal constitui um valioso recurso pedagógico nas primeiras séries do Ensino Fundamental. O autor chama atenção para a necessidade de considerarmos a integração entre corpo e mente no trabalho com as séries iniciais do Ensino Fundamental, pois, “nessa fase, a ação física e ação mental estão de tal forma associadas que examinar um desses aspectos isoladamente causaria graves prejuízos, não só para a aprendizagem escolar, mas para todo o desenvolvimento da criança” (p. 78).

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Acreditamos que um dos grandes desafios quando se pensa a educação da criança, talvez, seja o de estruturar um fazer pedagógico que atenda suas necessidades educativas, respeitando as necessidades básicas para o seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, social, entre outros, ao mesmo tempo em que garanta a possibilidade de aquisição do conhecimento.

Assim, as especificidades da aprendizagem e do desenvolvimento infantil são aspectos da educação da criança que precisam ser considerados por educadores em sua atuação docente. No que se refere a esse assunto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), chamam a atenção, em seus objetivos gerais, para a necessidade de se estabelecer um ambiente de trabalho com a criança que promova, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, sendo que, para isso, é enfatizado que os educadores devem observar as diversas formas de expressão da criança, a complexidade de suas manifestações, assim como as várias linguagens que ela utiliza.

O que constatamos a partir dessas observações e experiências pessoais é que não há, nessa fase da vida escolar, um momento didático-pedagógico destinado para o trabalho com a corporeidade das crianças, no sentido de pensar a indissociabilidade entre corpo e mente e sua interação com os outros sujeitos. Acreditamos que se houvesse maior preocupação nesse sentido os alunos seriam menos ansiosos, mais autônomos, prestariam mais a atenção na aula, seus esquemas corporais se desenvolveriam melhores e os alunos se expressariam mais tanto emocionalmente quando fisicamente.

Certa vez sugerimos para a professora da turma que acompanhamos no PIBID, que fizéssemos uma aula diferenciada sobre o corpo humano, sugerimos levar o esqueleto e apontarmos qual era aquela parte do corpo, e depois as crianças tocariam em seus corpos para identificar em si próprios essas partes. A resposta da professora foi negativa, isso porque ela achou que a turma ia se dispersar e ficar indisciplinada, de modo que ela perderia o controle da sala. Evidentemente tal argumento não nos convenceu, fazendo-nos pensar o quanto faz falta numa circunstância como aquela, de um profissional conhecedor de concepções que não segregam os alunos em partes menores, mas que os vejam como uma totalidade, como um ser integral.

Percebemos, então, resistência por parte de professores que já estão inseridos no sistema educacional há algum tempo, no sentido de proporem novas atividades para explorar a criatividade, a alegria e o prazer nas crianças. Uma das hipóteses explicativas para tal recusa foi a indisciplina e, conseqüentemente, o medo da perda do controle da sala.

Para que a escola seja um ambiente capaz de promover um verdadeiro processo de formação humana é preciso que o corpo e sua manifestação mais marcante, o movimento, sejam ressignificados no contexto das práticas

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

pedagógicas, pois, como afirma Rodrigues (2001, p. 243), “a educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, da comunicação e de intercomunicação e de auto-conhecimento das necessidades humanas”.

Sobre essa questão Moraes (1999, p. 27) confirma enfatizando que precisamos de uma pedagogia que respeite a multidimensionalidade do real, que envolva um pensamento mais complexo, “que já não pode ser linear, reducionista e fragmentado (...) um pensamento que busca a totalidade, as interações, a integração para o encontro de soluções para os problemas e os desafios apresentados em nosso dia-a-dia”.

Tardif (2005), ao analisar a formação docente, chama atenção para a importância de se conhecer a prática cotidiana dos professores. O autor argumenta que, ao investigarmos seus saberes será possível conhecer a essência do processo de escolarização. E para realizarmos tal investigação precisamos estar abertos à aventura de apostar em novas descobertas, concebendo os alunos como sujeitos dinâmicos, atuantes, criativos, em desenvolvimento físico e mental, bem distante do modelo que tem sido visto no ambiente escolar pesquisado, sobretudo, com alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## 4. CONSIDERAÇÃO FINAIS

O texto abordou acerca de práticas pedagógicas realizadas com crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental centralizando a corporeidade da criança como instrumento relacional com o mundo no ambiente escolar. Alicerçadas em alguns estudos identificamos, em estudo empírico, algumas diferenças de práticas com crianças na Educação Infantil e com crianças no Ensino Fundamental, sem conseguir estabelecermos elos que expressam a evolução física e cognitiva da criança como ser sociocultural e histórico. Os resultados revelaram, efetivamente, mais diferenças do que semelhanças entre práticas nesses níveis de ensino, predominando uma visão do ser humano como um ser partido, fragmentado.

Com isso, sentimo-nos instigadas por questões que merecem ser aprofundadas, e esperamos em trabalhos posteriores investigar quais saberes sobre o corpo e o movimento ajudam a compor a prática pedagógica de professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental; se os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental trabalham o desenvolvimento da criança de forma integrada; e analisar que espaço é dado ao movimento no contexto das práticas pedagógicas de educadores e educadoras que trabalham nas séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas de Fortaleza.

Assim, por meio dessa pesquisa almejamos oferecer modesta contribuição para a formação docente, com o intuito de ampliar o avanço nos

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

conhecimentos teóricos e práticos quanto ao pensar/fazer pedagógico eivado de múltiplos caminhos e estratégias que assegurem a conscientização do corpo na forma de sentir, pensar e agir. Vimos que existem muitos desafios a serem superados em prol de uma formação onminilateral da criança no contexto escolar, capaz de conceber o ser humano como um ser indivisível e em desenvolvimento, em todas as fases da vida, demandando práticas pedagógicas intencionais e comprometidas com a emancipação humana, imprimindo à função docente um caráter social e político, cujo sentido maior é favorecer o aprendizado dos alunos para que possam se reconhecer como seres sociohistórico e culturais com potencial para transformar a si próprios e ao mundo à sua volta.

## 5. REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCN). Brasília: MEC/SEE, 1997.

CASTRO, Michele G. Bredel de. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, Interloquções. Disponível em: < [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anais16/sem13pdf/sm13ss04\\_02.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf) >. Acesso em: 20 jul. 2015.

FIORENTIN, Sabrina; LUSTOSA, Neusa P.; ROCHA, Doralice L.S. Resgatando o papel do corpo e da corporeidade nos processos de ensino e aprendizagem

na educação especial. In: **Anais do Congresso Internacional de Educação**, João Pessoa: UFPB, 2004.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Física: proposta Curricular do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2005.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1999.

PEREIRA, Lucia Helena P.; SILVA, William V. A corporeidade e o processo de formação integral do indivíduo: uma análise dos cursos de Educação Física e de Pedagogia. **Revista Vertentes**, São João del-Rei, n. 31, p. 52-64, jan - jul, 2008.

RICHTER, Leonice Matilde. **Movimento corporal da criança na educação infantil: expressão, comunicação e interação**. Dissertação (Mestrado). Uberlândia: Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2006. 174 p.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emilio ou da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTIN, Silvino. **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade**. Ijuí: Unijuí, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M.J.; CERISARA, Ana Beatriz. (Coord.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CALAZANS, Julietta; CASTILHO, Jacyan; Gomes, Simone. **Dança e Educação em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VAZQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas, Papyrus, 1992.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SÉCULO XXI E DEMANDAS POR QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires<sup>15</sup>  
*gardenialustosa@yahoo.com.br*  
Instituto Federal De Educação Ciencia E Tecnologia- IFPB

Dra. Tânia Serra Azul Machado Bezerra<sup>16</sup>  
*taniasamb@hotmail.com*  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

## RESUMO

Este escrito traz uma abordagem sobre as novas tendências no campo da educação profissional no Brasil, considerando os “ajustes” mais recentes ou “reformas estruturais”, que configuram a nova roupagem das relações sociais tecidas no âmbito “Trabalho e Educação”, notadamente a partir dos anos 1990. Desta feita, apresenta uma análise da relação trabalho e educação, no contexto político educacional brasileiro, a partir da implementação de processos formativos que configuram novas tendências de escolarização, orientados pelas atuais demandas de reestruturação produtiva em curso no cenário atual. Portanto, destaca ainda o discurso ideológico que defende a formação de um trabalhador polivalente, participativo, flexível, e, portanto, com elevada capacidade de abstração e decisão, como condição *sine qua non* para inserção no mercado formal de trabalho. Tal falácia acaba por influenciar o desenvolvimento de processos formativos, efetivados por meio de ações focalizadas e pontuais que se propõem a qualificar os trabalhadores para o atendimento das novas demandas do mundo do trabalho contemporâneo.

**Palavras-chave:** Reestruturação Produtiva. Qualificação Profissional. Educação.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo traz uma abordagem sobre as novas tendências no campo da educação profissional no Brasil, considerando os “ajustes” mais recentes ou “reformas estruturais”, que configuram a nova roupagem das

---

<sup>15</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba, Campus Campina Grande; Coordenadora Laboratório Marxista de Estudos e Pesquisa sobre Juventude e Trabalho (LAMPEJU).

<sup>16</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE e colaboradora do Laboratório de Estudos e Pesquisas do Trabalho - LABOR;

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

relações sociais tecidas no âmbito “Trabalho e Educação”, notadamente a partir dos anos 1990. Desta feita, apresenta uma análise da relação trabalho e educação, no contexto político educacional brasileiro, a partir da implementação de processos formativos que configuram novas tendências de escolarização, orientados pelas atuais demandas de reestruturação produtiva em curso no cenário atual.

Consideramos oportuno para este debate inferir sobre as atuais exigências impostas à educação e à escola, buscando perceber as novas configurações da relação “Trabalho e Educação” no atual momento social e político, no qual muitas são as exigências impostas aos sujeitos. Mormente, é preciso esforço teórico no sentido de compreender os interesses que subjazem ao montante de investimentos empreendidos no campo educacional pela via das políticas públicas, bem como por parte de iniciativas privadas.

Em face ao atual contexto, e de forma mais específica, importa-nos para esse estudo, destacar as novas tendências na formação dos trabalhadores, no Brasil, buscando perceber as mais recentes mudanças legais que efetivam a reorganização do ensino, notadamente no campo da educação profissional. Desta feita, este escrito aborda a educação enquanto fenômeno que se relaciona diretamente à mudanças sociais e históricas importantes de nosso tempo, a partir de uma análise crítica sobre a formação dos trabalhadores no século XXI, focalizando as novas tendências e/ou modalidades de escolarização/qualificação profissional, demandadas no contexto das transformações operadas em nossa sociedade.

Para fins de análise, nos ancoramos em um breve resgate histórico que situa mudanças no eixo da produção da vida material (Fordismo/taylorismo e acumulação flexível), buscando refletir sobre as implicações de tais processos nas mais recentes tendências de escolarização dos trabalhadores, ancorada em leis e decretos que regulamentam a oferta do ensino profissionalizante no Brasil.

Situamos, nos limites desse estudo, as estratégias político-ideológicas em curso na sociedade contemporânea, que atualmente investem – pela via das políticas públicas de educação – em experiências de escolarização

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

expressas em formatos/modelos de educação direcionados a disseminar os ideais dominantes de adequação da classe trabalhadora aos novos ditames da produção. Dentre as diversas modalidades de formação/escolarização atualmente implementadas em nossa sociedade, destacamos, por exemplo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que configura uma das vias nas quais se efetiva a ampliação do acesso dos trabalhadores à escola, em condições específicas de escolarização para grande parte dos jovens em nosso país.

Com efeito, verifica-se que as novas “tendências” afetam diretamente o cotidiano da educação pública, com a implementação de outros programas que, a exemplo do PROJOVEM, são ofertados pelo Governo Federal, dentro da estrutura da rede pública de ensino regular, como pode ser verificado pelo “Programa Nacional de Acesso ao ensino técnico e Emprego” - (PRONATEC), que aliado a outras ações detalhadas na sequência deste escrito, conforma uma nova realidade nos rumos da política educacional em nosso país.

Assim, destacamos ser preciso, portanto, deslindar as ideias que subjazem as tentativas de equalizar oportunidades de escolarização em um modelo social antagônico. Cumpre indagar, portanto, sobre as condições de escolarização dos jovens pertencentes ao segmento majoritário da população, em seus vieses mais recentes, notadamente nas experiências de ensino viabilizadas por meio de políticas e programas governamentais.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## 1. Reestruturação Produtiva no contexto da acumulação flexível: breves reflexões

É consenso na sociedade contemporânea o fato de que o mundo do trabalho passa por significativas mudanças (ANTUNES, 2008; ALVES, 2012), trazendo de forma abrupta sérios desdobramentos para o processo de produção material da existência humana, com consequências importantes para a “classe-que-vive-do-trabalho”. Outrossim, as transformações sociais, decorrentes em grande parte do desenvolvimento da tecnologia e norteadas pela lógica da sociedade capitalista, orientadas pelo mercado e pelo consumo, ocasionaram drásticas consequências para a vida em sociedade.

A introdução das novas tecnologias nos ambientes laborais do século XXI acarretaram exigências de especialização de mão-de-obra, dentre outras preocupações advindas com a nova forma de organização da produção, operadas sob os ditames da informatização do mundo do trabalho, com incorporação da robótica, da microeletrônica, nano eletrônica, dentre outras benesses favorecidas pelo avanço da técnica e da ciência no mundo contemporâneo.

Antunes (2008) destaca que as transformações decorrentes do período Fordista/Taylorista convivem, no processo produtivo do capital, com práticas do toyotismo e do modelo japonês<sup>17</sup>, entre outros. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente para a classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho - como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) experimentados no Japão – caracterizam uma nova apropriação do fazer e saber do trabalho.

Assim, sob o comando manipulatório do capital, os trabalhadores dos nossos dias são conduzidos ao limite do *estranhamento* (MARX, 1983), sob o inquestionável domínio da produtividade e da modernidade social, afetando a *forma de ser do proletariado fabril tradicional*. Como assevera Antunes (2008): *a classe-que-vive-do-trabalho metamorfoseou-se*.

---

<sup>17</sup> O modelo japonês é uma combinação dos princípios e técnicas da qualidade total, da administração científica e das tradições culturais japonesas. MAXIMIANO, 2007- P. 84.

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Atualmente, na era da chamada *acumulação flexível*<sup>18</sup>, percebemos que o ambiente laboral assume características peculiares, que revelam o caráter de precarização das relações sociais no âmbito da produção, ante uma realidade de exacerbação da exploração, na qual os trabalhadores são submetidos a condições de trabalho que demandam, além do esforço físico necessário para a realização das atividades, novas exigências no plano intelectual (criatividade, qualificação técnica, elevação do grau de escolarização, etc.), através das quais são impostos novos patamares de produção sob a alegação de melhorias salariais e/ou permanência nos postos de trabalho.

Atualmente a tecnologia está cada vez mais presente no âmbito da produção. Assim, os novos ambientes de trabalho reestruturados do século XXI, são compostos por um sistema de máquinas de natureza informacional (máquinas inteligentes) incorporadas a redes digitais, que exigem dos novos operadores habilidades técnico-comportamentais. O que se observa é que as exigências da era digital submetem as pessoas a se adequarem as imposições demandadas pela necessidade de aquisição de novos conhecimentos no campo da produção, bem como em outros âmbitos da vida em sociedade. Por isso tornam-se visíveis alterações no perfil educacional dos novos empregados nas grandes empresas da indústria ou serviços.

Hoje se exige aos trabalhadores a obtenção de um saber específico, indispensável a operação de máquinas cada vez mais modernas, conhecimento esse necessário ao novo mundo do trabalho na era da globalização. O novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário. O discurso da competência implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. Os novos locais de trabalhos reestruturados da década de 2000 vivem sob o espírito do toyotismo. A capacidade de intervenção dos operadores na produção é o princípio toyotista da “autonomização”, isto é, operários e empregados capazes de intervir no

---

<sup>18</sup> Harvey define acumulação flexível como um processo marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (HARVEY, 1992).



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-los. (ALVES, 2011).

Dentre as estratégias empregadas, destacamos as ferramentas de treinamento e o desenvolvimento dos recursos humanos nas empresas do século XXI, que em grande parte, exigem um perfil profissional modificado para o desenvolvimento de atividades que demandam, para alguns setores da produção, um nível maior de especialização. Observa-se ainda que, diferentemente do modelo fordista/taylorista, quando a grande demanda era por mão-de-obra técnica, hoje os investimentos direcionam-se também para a busca do desenvolvimento de novas “habilidades” e “competências”<sup>19</sup>, intelectuais e comportamentais, sendo a qualificação profissional anunciada como ferramenta indispensável a esse novo momento da produção.

Dessa forma, são verificadas significativas mudanças operadas no mundo do trabalho, decorrentes em grande medida da incorporação das inovações no âmbito tecnológico, aspecto este imprescindível à sobrevivência das empresas na concorrência acirrada do livre mercado no século XXI. Frente a essa realidade, os níveis de exigência do mercado crescem, acarretando para os trabalhadores a responsabilidade de se adequarem a esse cenário. Percebe-se, portanto, que as “competências” exigidas referem-se a necessidade de atendimento as demandas restritas aos interesses do mercado.

Buscando contribuir para adequar os trabalhadores as exigências da nova ordem da produção são evidenciadas ações diversas na tentativa de capacitar os trabalhadores jovens para o mundo do trabalho da era do mundo digital, fazendo com que, de certa forma, os indivíduos que não tem acesso ou participam minimamente desse processo, aprendam novos conhecimentos

---

<sup>19</sup> Segundo, Tapscott (2010, In ALVES, 2011) nesse cenário são necessárias novas competências e habilidades para o indivíduo se inserir no mundo do trabalho de uma sociedade informatizada, que exige conhecimentos específicos e essenciais a qualificação do mercado de trabalho da era da globalização.

Os novos trabalhadores da Era Informacional, considerados como a “geração Y”, são caracterizados por jovens nascidos na “era da Internet”, contemporâneos da revolução digital e que na década de 2000 entram no mercado de trabalho, que apresentam novas habilidades como: facilidade e uso constante de mídias informacionais. São os chamados jovens da “geração digital”, especialistas em lidar com tecnologias, que usam mídias sociais com facilidade, sabem trabalhar em rede e estão sempre conectados. De acordo com Alves (2012) esses novos operários e empregados pertencentes ao mundo do trabalho reestruturado na década de 2000, são jovens que incorporam com mais facilidade as mudanças tecnológicas do que as gerações passadas.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

nessa área, desenvolvendo competências e habilidades para aplicarem em sua vida pessoal e profissional.

Nesse âmbito, verifica-se a aplicação de investimentos públicos e privados no desenvolvimento das anunciadas “competências” e “habilidades” necessárias ao atendimento das novas demandas do mundo do trabalho. Assim, consideramos relevante situar os desdobramentos políticos decorrentes das mudanças evidenciadas no âmbito produtivo, que implicam na formação dos trabalhadores, notadamente no campo do Ensino Profissionalizante, no atual cenário.

## **2. Formação dos Trabalhadores no Século XXI: Novas Tendências no Campo da Política de Educação Profissional no Brasil**

Esta seção situa, de forma breve, as novas tendências evidenciadas no campo da educação profissional, a partir do que se efetiva pela via das políticas educacionais como oportunidades de formação/qualificação profissional, engendradas em âmbito legal no contexto de democratização do ensino. Não obstante, a ampliação do acesso à educação, se ancora na criação de Leis, planos e Programas voltados à escolarização dos trabalhadores jovens em nosso país.

A esse respeito tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – (LDB) 9394/96; e o Decreto 2.208/1997, revogado pelo Decreto 5.154/2004; o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), dentre outros instrumentos legais que regulamentam o atual modelo de Política Pública de Educação praticada a partir do dos anos 1990 no Brasil.

No que tange ao ensino profissionalizante, a legislação concernente a reformulação que vem passando a “Educação Profissional” – além da LDB, contempla os instrumentos que a complementaram, tais como decretos, portarias, pareceres, normas. Recentemente tem-se a promulgação dos Decretos 5.154, em 23 de julho de 2004, e 5.224; decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

Sobre a ampliação do acesso a escola no Brasil verifica-se um crescimento da oferta de vagas na maioria das modalidades de ensino

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

acompanhado do agravamento dos problemas que a ampliação do acesso à educação e a escola ocasionam em um país como o Brasil, afetado por graves problemas sociais como: desemprego, trabalho infantil, violência, analfabetismo, degradação ambiental, dentre outros. (MEC; INEP).

O esforço por ampliar o acesso dos cidadãos à escola no campo da educação profissional, se traduz na concretização de uma política que se efetiva por meio de ações focais e contingentes, a exemplo dos seguintes programas: Programa Escola de Fábrica; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); Programa Nacional de Qualificação (PNQ); Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP); Programa de Integração da educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Programa Brasil Profissionalizado e Sistema E-TEC Brasil; E-JOVEM; PRONATEC - Criado no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT); ETEC - Escola Técnica Aberta do Brasil - tem como propósito ampliar e democratizar o acesso aos cursos técnicos de nível médio.

Cumprido esclarecer que em 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação dos Institutos Federais de Educação. Os objetivos anunciados são: inclusão social para populações em estado de vulnerabilidade social, através da educação para o trabalho e a qualificação profissional. A rede de Institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos, que contemplam o Ensino Regular nas modalidades: Ensino Médio Integrado ao Técnico, Ensino Técnico Subsequente, Ensino Superior (tecnólogo), Curso Técnico Integrado ao Nível Médio na modalidade PROEJA, PRONATEC.

A oferta de novos Programas específicos de atendimento para as camadas historicamente excluídas de bens culturais e educacionais, relacionam-se as demandas da sociedade organizada, o avanço das forças produtivas, tecnológicas, econômicas, bem como os anseios dos profissionais de educação, dentre outros aspectos que impõe aos estudiosos da área

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

trabalho e educação, a apreensão da correlação de forças entre a educação e a política, bem como as tendências que atuam e se impõem como necessidade ao desenvolvimento do capital no Brasil, nas condições históricas da crise estrutural do capital. Diversos estudiosos desse campo, a exemplo de Frigotto (*et al.*, 2004; 2005; 2006); Frigotto (2003); Ciavatta (2004); Ramos (2010); Kuenzer (1998), discutem exaustivamente os rumos dados à educação profissional no Brasil.

Destaca-se, portanto, o controvertido percurso entre as lutas da sociedade e as propostas do governo no campo da educação profissional. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a construção histórica da Política da educação Profissional, representa uma disputa entre os setores progressistas da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo. A regulamentação da educação profissional foi contestada pelas forças progressistas e assimilada pelos segmentos conservadores, de forma bastante contraditória, ocasionando um importante debate sobre os rumos dessa política.

Inferimos, portanto, sobre o eco político-ideológico presenciado em nossa sociedade quando verificamos às estratégias de escolarização para os trabalhadores em nossa sociedade, expressas em formatos de educação direcionados unicamente a disseminação dos ideais dominantes de adequação da classe trabalhadora jovem aos novos ditames da produção, a exemplo do Projovem, E-jovem, Pronatec, dentre outros modelos de escolarização voltados a “formar para o trabalho” grandes massas de trabalhadores jovens, que configuram condições específicas nas quais se efetivam o acesso dos trabalhadores a escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência da reflexão sobre o atual enfoque social que coloca a educação no centro do debate político, sediada em interesses mercadológicos, revela um processo de correlação de forças peculiar na realidade nacional. A emergência do interesse político na formação dos trabalhadores no contexto da sociedade brasileira reacende a problemática recorrente sobre a dicotomia

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

saber/fazer operada desde a origem da sociedade industrial, revelando novos matizes do dualismo educacional nos marcos da sociedade contemporânea.

Não negamos aqui a importância da qualificação/formação para o trabalhador jovem, mormente quando, em tempos de capital mundializado, se verifica o incremento dos avanços tecnológicos na produção e no mercado. Consideramos oportuno, todavia, notar que a formação humana/qualificação profissional ofertadas aos jovens por modelos de educação escolar e/ou formação profissional aligeiradas e superficiais, perpetuam o dualismo educacional, conformando uma escola de cultura geral para as classes dirigentes e uma escola do trabalho alienado para os jovens das classes populares, filhos dos trabalhadores. Consideramos para esta análise a perspectiva de uma educação/formação profissional que se apropria das novas tendências vigentes na gestão do modo de produção para formar o “novo homem” da Era do Conhecimento, no contexto da chamada acumulação flexível.

O que se verifica no momento presente é o fato de que, ao passo que a educação constitui um direito legitimado na sociedade contemporânea, esta é minimamente favorecida às grandes massas, por meio de programas pontuais e focalizados, com finalidades específicas. Salientamos, por fim, no cenário político e educacional contemporâneo, uma apropriação da educação e da escola reduzidas à função minimalista de preparar os trabalhadores jovens para um “novo e precário” mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. ESTANQUE, Elísio (Orgs.). **Trabalho, Juventude e Precariedade:** Brasil e Portugal. Bauru, Canal 6, 2012. 216 p. (Projeto Editorial Práxis).

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade** – O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2008;

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

BRASIL, Lei Nº- 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Brasília, 10 de junho de 2008. <Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm) >. Acesso em: 20 de setembro de 2010.

BRASIL, Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002. Brasília, 30 de junho de 2005. <Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-06/2005/Lei/L11129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-06/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 20 de setembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997 (Revogado pelo Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso Em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 6.302, de 12 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso Em: 25/03/2013.

BRASIL. **Qualificação Profissional:** Uma Proposta de Política Pública. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_376.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf). Acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades @**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 13 de dezembro 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 27 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações para o sistema público de emprego e renda – dados por município.** Disponível em: <http://bi.gov.br/caged>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const>> Acesso em 2010.

BRASIL, **Lei** de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 02 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Ações Federais**: 1995/2002 - Piauí. Disponível em: [www.acoesbrasil.pdf/br](http://www.acoesbrasil.pdf/br). Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

ClAVATTA, Maria (Orgs.) **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. ClAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005 1087 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 29/01/2015.

\_\_\_\_\_. ClAVATTA, Maria (Orgs.) **A Formação do Cidadão Produtivo**: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília, INEP, 2006.

\_\_\_\_\_. ClAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. “A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido”. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. SciELO, Brasil, 2005 – Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

\_\_\_\_\_. ClAVATTA, Maria. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. ClAVATTA, Maria (Orgs.) **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2003.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KUENZER, Acácia. Desafios Teórico- Metodológicos da relação Trabalho-Educação e o Papel da Escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

POLÍTICAS PÚBLICAS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Periódico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Publicação da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do IPEA, edição no 15. 2009. Semestral

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências e a Psicologização das Questões Sociais.** Disponível em <[www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273c.html](http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273c.html)> acesso em 30/07/2010 às 10h e 52min.

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO  
O DESEMPREGO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBAL  
CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE SOBRE OS “INEMPREGÁVEIS”  
EM ŽIŽEK**

Maria Anita Vieira Lustosa  
*anita\_lustosa@hotmail.com*  
Universidade Federal Do Ceará – UFC

Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires  
*gardenialustosa@yahoo.com.br*  
Instituto Federal De Educação Ciencia E Tecnologia - IFPB

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste ensaio é situar o fenômeno do desemprego, tal como ocorre na sociedade contemporânea, a partir de um enfoque que o compreende como uma forma de “violência abstrata” (ZIZEK, 2012, p. 199), que atinge bilhões de pessoas no mundo inteiro. Cumpre esclarecer que tal fenômeno é próprio de uma lógica societal, que tem no mercado o seu elemento regulador na produção de bens, riquezas e geração de lucro. Assim, quando necessário a lógica imposta por uma sociedade ditada por relações mercantis, esta torna supérflua uma grande massa desvalida de trabalhadores, que na atualidade “perambulam pelo mundo, como *prometeus* modernos, à cata de algo para sobreviver”. (ANTUNES, 2005, p. 12-13).

Para tal análise, nos ancoramos no aporte teórico marxista e nas apreensões de Žizek (2012b), quando este se ocupa de uma análise crítica sobre as principais implicações desse modelo de sociedade e de sua lógica desumanizante à subjetividade humana. Este estudo bibliográfico tem como aporte teórico as obras descritas, a saber: “O Ano em que sonhamos perigosamente” (2012a) e “Vivendo no fim dos tempos” (2012b). “Vidas desperdiçadas” (BAUMAM, 2005) “Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório” (ALVES, 2010), O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência (ARANTES, 2014).

Partindo deste viés de análise inferimos que, no atual momento histórico, o “não trabalho” é uma qualidade que sustenta o próprio sistema como tal, produzindo um excedente de trabalhadores desempregados, na forma de desemprego estrutural (MÈSZÁROS, 2009), garantido pela circulação do não

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

trabalho, o que permite a Žižek caracterizar esse fenômeno como mais uma forma de exploração que aparece de forma naturalizada pela lógica capitalista.

O propósito que move esta análise é reunir subsídios que colaborem para melhor elucidar a problemática crescente que vem agravando as condições existenciais dos indivíduos, expressas em formas de adoecimentos, que fragilizam as possibilidades de luta dos trabalhadores nas particularidades históricas de nosso tempo.

## **1. Contribuições de Žižek ao debate sobre o desemprego no contexto do capitalismo global contemporâneo: análise sobre os “inempregáveis”**

O atual cenário social é palco para as novas estratégias da dominação capitalista, expressas em artimanhas como, por exemplo, a perda súbita de empregos que acomete os trabalhadores no capitalismo contemporâneo. Com o continuum de globalização capitalista, os trabalhadores desempregados compõem um segmento social que, no entender de Žižek (2012a, p. 11), deve ser compreendido sob uma nova denominação que não se limita à noção clássica designada por Marx (1983) de “exército industrial de reserva”. Assim, referido autor reúne subsídios para elucidar o fenômeno do desemprego no atual estágio, considerando as particularidades que este assume no mundo contemporâneo.

Deve-se sublinhar que ao direcionar seu foco de análise para a grande massa de trabalhadores descartados pelo mercado formal de trabalho, Žižek, em uma compreensão ampliada do termo desempregados, atribui a estes a designação de “inempregáveis”, para que se possa, assim, absorver em sua denominação as “populações maciças ao redor do mundo inteiro, que foram por assim dizer desligadas da história”. (2012a, p. 14).

Em termos conceituais, a necessidade de ampliação do termo é para que se possa abranger toda uma massa de desvalidos que foram esquecidos e/ou rejeitados como casos perdidos ou terminais em todo o mundo, a partir dos projetos de modernização capitalista. A recategorização do desemprego feita pelo autor, passa a abranger toda uma população que vive em cortiços e/ou países inteiros, subordinados, marginal e periféricamente, ao processo

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

capitalista global, (como aqueles espaços vazios dos mapas antigos), e isto inclui até mesmo o “lumpemproletariado”<sup>20</sup>

Essa reconfiguração do termo inempregáveis abrange desde as denominações: trabalhadores, exército de reserva dos temporariamente desempregados, os permanentemente inempregáveis e os anteriormente empregados, mas agora inempregáveis, pois, para Žižek, o quarto termo, inempregáveis, deveria ser ilegalmente empregáveis, pois aí estão as categorias dos que trabalham nas favelas, incluindo também distintas formas de escravidão, de trabalhadores excluídos, mas que precariamente são reincluídos no mercado mundial, com a emergência do “*cogito* do proletariado”.

Na sequência deste escrito, trataremos sobre os dilemas postos a humanidade no contexto do capitalismo global, quando se verifica que este conforma-se, na atualidade, como o principal produtor de novas formas de adoecimentos, produzindo, dentre outras mazelas, ansiedades, perda de autoconfiança e muitas formas de aflições próprias de uma realidade plena de incertezas, a qual estamos submetidos no tempo presente.

## **2. Desafios e dilemas postos a humanidade no contexto do capitalismo global: catástrofe *pseudo natural* e o caráter traumático do *cogito* do proletariado**

O “desemprego estrutural” (MÉSZÁROS, 2009) que assola a existência dos indivíduos na forma de vida contemporânea, configura, na atualidade, uma situação que agudiza a precarização da condição material de vida e trabalho, expondo os sujeitos a novas formas de subjugação, dominação e/ou proletarianização.

No entender de Žižek (2012), a humanidade vivencia uma crise social sem precedentes, que se configura em um cenário marcado por atentados terroristas, barbárie social, fome e miséria, acirrada pela realidade emblemática do desemprego na atualidade. Nesse contexto de instabilidade social, a perda de empregos conforma um tipo de “catástrofe”, que causa uma violência

---

<sup>20</sup> Termo utilizado por Marx na ideologia Alemã para designar uma parcela da população que vivem sob condições de trabalho escravo. (MARX, 2009).

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

psicológica nos sujeitos, fazendo emergir, no entender do autor, figuras emblemáticas do tempo presente.

Na perspectiva de Žižek, o atual tempo histórico constitui momento propício à produção de três de tipos sujeitos, vítimas dessa realidade social perversa e desumana, a saber:

**A primeira figura**, que corresponde ao cercamento da natureza externa, é, talvez inesperadamente, a noção de **proletário de Marx**, o trabalhador explorado cujo produto é tomado dele, reduzindo-o a uma subjetividade sem substância, ao vazio da pura potencialidade subjetiva, cuja realização no processo de trabalho se iguala à sua desrealização. **A segunda figura**, que corresponde ao cercamento da 'segunda natureza' simbólica, é a do **sujeito totalmente 'mediatizado'**, totalmente mergulhado na realidade virtual: embora ele pense 'espontaneamente' que está em contato direto com a realidade sua relação com a realidade é sustentada por uma complexa maquinaria digital. Podemos citar aqui Neo, o herói de *Matrix*, que descobre de repente que aquilo que ele percebe como realidade cotidiana é construído e manipulado por um supercomputador; sua posição não é precisamente a da vítima do *malin génie* cartesiano? **A terceira figura**, que corresponde ao cercamento de nossa natureza 'interior' é o **sujeito pós-traumático**: se quisermos ter uma ideia do *cogito* em seu aspecto mais puro, de seu 'grau zero' temos de dar uma olhada nos 'monstros' autistas, um espetáculo extremamente doloroso e perturbador. É por isso que resistimos tão firmemente à visão do *cogito* (ŽIŽEK, 2012b, p. 219, grifos nossos)

Portanto, o autor reconhece o caráter traumático do *cogito* associado a estas catástrofes ambientais e sociais na figura dos refugiados dos campos de concentração, nas vítimas do terrorismo, ou mesmo nos sobreviventes de catástrofes naturais ou biológicas, além dos que sofrem situações de violência familiar a expressão desses sujeitos. Diante disso, Žižek ao fazer referência a Malabou, assinala:

[...] hoje, as vítimas de traumas sociopolíticos apresentam o mesmo perfil das vítimas de catástrofes naturais (tsunamis, terremotos, inundações) ou acidentes graves (acidentes domésticos sérios, explosões, incêndios). Começamos uma nova época de violência política, em que a política tira recursos da renúncia do sentido político da violência. [...] Todos os eventos traumatizantes tendem a neutralizar sua intenção e assumir a falta de motivação propriamente dita dos incidentes do acaso, característica essa que não pode ser interpretada. *Hoje, o inimigo é a hermenêutica*. [...] esse apagamento do sentido não só é perceptível nos países em guerra, como está

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

presente *em toda parte*, como nova face do social que confirme uma patologia psíquica desconhecida, idêntica em todos os casos e em todos os contextos, *globalizada*. (MALABOU apud ŽIŽEK, 2012b, p. 202).

Na visão do autor mencionado, nossa estrutura sociopolítica, além de nos impor um encontro rotineiro com esses “choques e traumas externos”, nos exprime múltiplas formas desse tipo de interferência, descritas em situações violentas, capazes, inclusive, de destruir o tecido simbólico da identidade dos sujeitos. É Possível asseverar que, pelo viés psicanalítico de análise, a natureza desse tipo de trauma inesperado, além de ser uma intromissão violenta, conforma uma situação para a qual o sujeito não estava preparado, sendo inclusive impossível de reintegrá-la a sua psique.

Esses traumas externos, por sua vez, podem ser representados, na tessitura simbólica da realidade atual, de três formas distintas: como violência física propriamente dita, quando somos surpreendidos por ataques terroristas, em situações de violência nas ruas, estupros etc.; ao modo de uma violência “irracional (sem sentido) da base material de nossa realidade interior (tumores cerebrais, mal de Alzheimer, lesões no cérebro, etc.)” (ŽIŽEK, 2012b, p. 200). Nesses casos, as intromissões podem ser tão violentas e catastróficas ao ponto de devastar o sujeito, mudando inclusive sua personalidade. Isto também ocorre na forma da violência simbólica, expressa na exclusão social, que atinge bilhões de pessoas, aqueles sujeitos obrigados a vivenciarem um estado persistente do trauma e para quem este se tornou um modo de viver.

Seguindo esse viés de análise, Žižek (2012b) destaca a ideia de que um sujeito que vivencia um desses encontros traumáticos de natureza diversa (social, natural, biológica ou simbólica) passa por uma transformação tão significativa, ao ponto de poder ser assemelhada a uma experiência de “morte”. E por vivenciarem esse tipo de experiência, os sujeitos saem do seu “domínio psíquico propriamente dito”, (2012b, p. 201), restando-lhes somente duas escolhas: ou reintegram o choque à sua estrutura libidinal, ou sucumbem à experiência do novo, fato que destrói sua identidade ao ponto de não sobrar dela nenhum resquício.

Situações traumáticas, de qualquer natureza, conduzem os sujeitos a consequências, que podem ser descritas na emergência de um novo sujeito



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

que resiste à própria morte, entendendo aqui o termo morte como uma espécie de aniquilamento da identidade simbólica. Dessa experiência, de um sujeito que sofreu esse tipo de trauma, denominado pelo autor de “sujeito pós-traumático” (20012b, p. 201) emerge outro sujeito que não tem ligação com o sujeito anterior ao trauma.

Portanto, o autor afirma não haver relação de continuidade entre o sujeito que sofreu esse tipo de trauma, “o sujeito ‘pós-traumático’ (a vítima de Alzheimer ou de outras lesões cerebrais etc.)” e sua antiga identidade, uma vez que esse novo tipo de sujeito surge com características bem específicas que podem ser descritas, no entender desse mesmo autor, pela “ausência de envolvimento emocional, profunda indiferença e desapego; trata-se, de um sujeito que não está mais no mundo”. (2012, p. 201)

Para Žižek, o sujeito que sobra desse processo é

[...] *o sobrevivente de sua própria morte*, a casca que sobra depois que ele é privado de sua substância; por isso, o matema de Lacan para o sujeito é o \$, o sujeito barrado. Não é que Lacan *pode* pensar o surgimento de um novo sujeito que sobrevive a sua morte/desintegração; para Lacan, o sujeito como tal é um ‘segundo sujeito’, um sobrevivente formal (a forma sobrevivente) da perda de sua substância, do X numenal que Kant chamou de ‘eu ou ele ou isso (a coisa) que pensa’. (2012b, p. 213).

Podemos considerar, portanto, que o sujeito insurgente após a ferida traumática, em meio ao caos existencial, não se limita apenas à mera reprodução/mutação do antigo sujeito, produto de uma *tabula rasa*, uma vez que nesse processo estão inscritos resquícios de sua antiga forma de vida que sobrevive, mas que, é reintegrada e reinserida no novo contexto. É preciso levar em consideração, porém, inclusive a forma como cada pessoa reage à impossibilidade de lidar com essas feridas biológicas, uma vez que, pelo viés psicanalítico, a própria perda é constitutiva da dimensão da subjetividade, não um horizonte de ameaça destrutiva, mas como algo que está sempre acontecendo.

O sujeito da experiência psicanalítica, ao deparar essa perda, tem sensação angustiante, pois nesse momento ele vivencia uma sensação de ausência, de estranheza, que não é gerada apenas pelo momento de

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

separação do objeto, mas, justamente, pela aproximação demasiada desse mesmo objeto (causa do desejo), sendo, este momento, por assim dizer, ocasião constitutiva da subjetividade (ŽIŽEK, 2012b).

Žižek, ao analisar a dimensão filosófica do sujeito “pós-traumático”, ou seja, de um sujeito que sobrevive à própria morte, o faz para esclarecer que esse momento no qual o sujeito parece vivenciar uma “destruição de sua identidade (narrativa)” (2012b, p. 217) configura, na verdade, o momento de seu nascimento.

Ao seguir as coordenadas da leitura lacaniana sobre o “sujeito pós-traumático”, Žižek apreende a noção de que, sendo o sujeito submetido rotineiramente a um trauma externo, o que resta desse sujeito é “a forma vazia do sujeito ‘morto-vivo’ [...], é a forma pura da subjetividade, a forma que devia estar lá” (2012b, p. 218); um tipo de sujeito que não está em lugar nenhum e, nem tampouco, pode ser representado, pois, o sujeito, em seu aspecto mais elementar, está, na realidade, ‘além do inconsciente’: pois é, “a forma vazia, privada até mesmo das formações inconscientes que englobam uma variedade de investimentos libidinais”. (2012b, p. 217).

Como destaca Žižek, o capitalismo global conforma-se, na atualidade, como o principal produtor de novas formas de adoecimentos, que produzem ansiedades, perda de autoconfiança e autoestima, aflições próprias dessa realidade de incertezas a que estamos submetidos no tempo presente. O autor considera, portanto, a perda súbita de empregos um tipo de “catástrofe pseudonatural” (2012b, p. 199), que na atualidade causa uma violência psicológica, trazendo múltiplas implicações para a vida dos sujeitos.

Žižek nos convida a pensar no próprio sentido do possível, quando denuncia a violência constitutiva do poder sistêmico do capital, em sua abordagem, as diversas formas de intromissões externas, ou seja, violências próprias do modelo social hegemônico. Em virtude da complexidade do tema, é preciso que se reflita mais diretamente sobre a condição desses sujeitos que vivem na atual conjuntura histórica, “[...] reduzidos a uma casca pós-traumática”. (2012b, p. 196).

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## À GUIA DE CONCLUSÕES

Para concluir, salientamos que a forma de “violência abstrata” (2012b, p. 199), expressa nas atuais formas de desemprego, atingem as pessoas como uma espécie de tsunami, expondo os novos feridos a formas de subjugação, dominação e/ou proletarização próprias do sistema capitalista. Portanto, cumpre salientar que o “desemprego estrutural” se configura, na atualidade, como mais uma forma de exploração capitalista, uma vez que ao agudizar as já precárias condições de vida e trabalho, fragiliza as possibilidades de luta dos trabalhadores.

Outra observação pertinente a ser destacada aqui trata da necessidade de se repensar o conceito de exploração, com suporte numa leitura dialética. Nesse sentido, nosso autor propõe uma reviravolta nesse conceito, incluindo assim a própria negação, uma vez que explorados não são apenas aqueles que produzem ou “criam” meios para a exploração, como os trabalhadores empregados que produzem a mais-valia apropriada pelo capital, mas também os que são condenados a não criar, ou seja, os desempregados e inempregáveis.

Dessa forma, adverte o autor, explorados não são apenas aqueles trabalhadores que produzem mais-valia, mas todo aquele que é impedido de “cair no vórtice capitalista do trabalho assalariado explorado”. (ŽIŽEK, 2012a, p. 16). Por isso, para Žižek, é preciso dar ênfase à exploração, e refletir de que forma a centralidade da exploração é manifesta hoje, pois, sem uma referência à economia, todas as lutas por uma mudança representam apenas reformas contingentes e atos de resistência que em nada servem para avançar na perspectiva da transformação social.

Žižek reconhece, portanto, as estratégias do modo de organização social hegemônico, quando este se utiliza das ideologias do tempo presente para obscurecer e/ou naturalizar as formas de opressão consolidadas como alternativa viável ao convívio social. No contexto do capitalismo global, “são raros os que ousam até *sonhar* sonhos utópicos sobre alternativas possíveis”. (2012a, p. 71).

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## REFERÊNCIAS

ALVES. Giovanni. **Lukács e o Século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência.** São Paulo: Boitempo. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1. O Processo de Produção do Capital. Volume I, tomos 1 e 2. Abril cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. Karl; Engels, F. (2009) **A ideologia alemã.** Ed. Exp. Popular, São Paulo: 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** Boitempo Editorial. São Paulo. 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no Fim dos Tempos;** tradução Maria Beatriz de Medina São Paulo, Boitempo Editorial, 2012b.

**A PESQUISA COMO PRÁTICA  
PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO  
INICIAL DO PEDAGOGO  
NARRATIVAS DE EX-ALUNOS DE PAULO FREIRE EM  
ANGICOS (RN): UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS**

Nayara dos Santos Chagas - UECE

Dr<sup>a</sup> Tânia Serra Azul Machado Bezerra  
*taniasamb@hotmail.com*

Universidade Estadual do Ceará -UECE

Dr<sup>a</sup> Célia Maria Machado de Brito  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

**RESUMO**

Considerado um ícone da educação brasileira, Paulo Freire concebeu um pensamento pedagógico de vanguarda que, pela irreverência acarretou críticas políticas e ideológicas. Suas obras apresentam significativas contribuições para o âmbito educacional ao sugerirem uma prática educativa libertadora para aqueles que ele intitulou de oprimidos, propondo aos mesmos que se tornassem agentes transformadores de sua realidade. Na intensão de conhecer melhor o projeto de Paulo Freire, bem como o legado do mesmo para a educação de jovens e adultos, realizamos, assim, uma visita à Angicos (RN), onde Freire testou seu projeto. Em contato com ex-alunos de Freire optamos por uma roda de conversa como instrumento de coleta de dados, realizamos gravação de um vídeo para fins de registro e análise. Durante o momento de interação os sujeitos relataram suas experiências no projeto, destacaram pontos como: o processo de alfabetização a partir dos elementos que faziam parte de seus contextos sociais; o uso dos princípios andragógicos, uma vez que tratava-se de alfabetização para adultos; a dialogicidade entre educador e educando; conscientização dos direitos trabalhistas; os educadores do projeto conheciam a identidade de sua turma; motivos de participação na EJA por questão de gênero, devido à uma concepção familiar de que mulher não precisava estudar. A partir das análises das narrativas e dos referenciais teóricos trazidos neste artigo, inferimos que a EJA é uma modalidade de ensino exitosa quando concretizada de maneira emancipadora, entretanto, tal modalidade carece de investimentos públicos para asseverar mais qualidade no ensino. Ademais, Paulo Freire deixou-nos um grande exemplo com seu trabalho educativo, no qual muitos educadores se apropriam até hoje na esperança de formar sujeitos críticos e transformadores de suas realidades.

Palavras-chave: Angicos. Paulo Freire. EJA.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo sugere reflexões acerca do diálogo com ex-alunos de Paulo Freire em Angicos (RN) sob a vertente de sua práxis alfabetizadora com jovens e adultos. Diante de tal oportunidade, também analisa a contribuição do projeto Freireano para a educação brasileira, bem como os desafios e possibilidades de compreensão dessa proposta educacional emancipatória e libertadora. Nesse viés, Gadotti (2014) define o projeto de Paulo Freire e faz um apelo de retomada do mesmo ao afirmar que

Angicos não deve ser apenas celebrado, deve ser retomado, uma vez que representa muito mais do que um projeto de alfabetização de adultos. Angicos representa, sobretudo, um projeto de nação alfabetizada. Trata-se da retomada de uma filosofia e de uma política. (p. 31).

Para melhor compreensão deste debate, é de suma importância contextualizarmos e situarmos Angicos no conjunto das práticas educativas empreendidas por Paulo Freire. Trata-se de um município do Rio Grande do Norte – cidade localizada no nordeste do Brasil, espaço no qual Freire testou seu projeto de alfabetização para adultos em 1963, com o intuito de expandi-lo para todo o Brasil. Entretanto, este sonho não foi possível de ser efetivado devido ao golpe civil-militar em 1964<sup>21</sup>, o que se deve ao fato de Paulo Freire ter sido considerado um subversivo comunista, visão que de forma extrema culminou com a sua retirada do país<sup>22</sup>. Sua ação educativa propôs “uma educação que conscientize o povo brasileiro e supere a compreensão predominantemente “mágica”, por uma visão crítica do saber [...] sua metodologia impulsionava os alfabetizandos a serem sujeitos da sua própria história” (GADOTTI, 2014, p. 29).

---

<sup>21</sup> O golpe civil-militar ocorrido em 1964 estabeleceu no Brasil um regime de exceção, pautado por perseguições políticas, prisões, assassinatos, torturas e mutilação de toda uma geração de militantes. Tal regime autoritário permaneceu até 1985. Neste foram legalizadas práticas de censura e proibição de toda ou qualquer prática de liberdade de expressão.

<sup>22</sup> Os líderes políticos compreenderam o projeto de Paulo Freire como um projeto de rebeldia, uma vez que as massas aprendessem a ler, o processo eleitoral poderia ser verdadeiramente democrático, ocorrendo uma subversão de poderes. Nisto consistiu a razão do exílio e das perseguições com Paulo Freire – situação que o obrigou a retirar-se do país. (FREIRE, 2001)



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

A proposta de irmos a Angicos surgiu na disciplina de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ministrada no curso de Pedagogia/UECE, como proposta de culminância. A visita aconteceu em parceria com uma professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) – unidade acadêmica da UECE em Limoeiro do Norte – possibilitando intercâmbio entre estudantes da Capital/Fortaleza e de Limoeiro do Norte/Interior. No percurso realizamos ainda visita ao assentamento de mesmo nome, seguiu-se para Angicos, contexto da Alfabetização de Adultos na perspectiva libertadora, de base Freireana, no qual este artigo irá deter-se. Logo, essa visita foi vivenciada por alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE); uma professora e alguns alunos do Mestrado em Educação da FAFIDAM; uma professora e a Pró – Reitora de Extensão da UECE; a Secretária de Educação do município e um grupo de técnicos da secretaria.

Nesse sentido, numa postura de busca do conhecimento que ultrapassa os livros e os muros da universidade, buscamos nos aproximar daquela localidade para aquisição de conhecimentos sobre a experiência vivenciada da proposta alfabetizadora de Paulo Freire a partir dos relatos dos seus ex-alunos – pequeno grupo remanescente do projeto supracitado.

Olhando para a concretização do referido projeto com os trabalhadores daquela região, surge diante de nós os seguintes questionamentos: Quais as contribuições de tal projeto para a educação em termos gerais, sobretudo para a EJA? Tal indagação nos possibilita refletir acerca da realidade e desafios pertinentes a esta modalidade de ensino.

Para tanto, metodologicamente, optamos por uma análise qualitativa, que compreende “[...] abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos. Isto significa que o pesquisador estuda coisas em seu ambiente natural, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos, segundo os significados que as pessoas lhe atribuem.” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 2). Como destaca esta afirmativa, a socialização dessas memórias nos colocou numa posição de observadores interpretativos das questões que foram mencionadas. Como procedimento técnico, foi realizada uma Roda de Conversa<sup>23</sup>. Considerando

---

<sup>23</sup> Trata-se de uma técnica metodológica na qual os alunos “aprendem que todas as vozes têm uma chance de ser ouvidas, que nenhuma opinião tem mais peso do que a outra e que têm o poder de decidir o que ocorre em sua classe; [...] praticam o respeito e a cooperação mútua

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

que nossa visita consistiu em um diálogo com um grupo específico de ex-alunos trouxe consigo experiências de uma realidade em comum, concordamos com Gatti (2005) ao afirmar que tal procedimento

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes, no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum [...] (p.11).

O debate na Roda de Conversa durou cerca de 1h:20min, no espaço religioso “Missão Evangélica Pentecostal do Brasil”, localizado em frente à Escola Estadual José Rufino, um dos lócus onde se concretizou o projeto Freireano. As indagações do debate foram dirigidas aos cinco ex-alunos de Paulo Freire em Angicos (RN). Os dados foram coletados através de gravação de vídeo.

## 2 ANGICOS: EXPERIÊNCIAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA FREIREANA

Logo que chegamos a Angicos, fomos direcionados ao local em que aconteceria a roda de conversa. Inicialmente, realizamos uma breve apresentação pessoal de todos que compunham aquele espaço para socialização de experiências. Em seguida, abriu-se espaço à fala dos ex-alunos de Paulo Freire e cada um deles compartilhou memórias dos seus processos de alfabetização sob o método Freireano. Posteriormente, ficou aberta a sessão de perguntas ao restante do grupo.

Antes de adentrarmos aos relatos propriamente ditos, é importante mencionar uma característica-chave do método de alfabetização Freireano que apreendemos indiretamente nas narrativas dos cinco ex-alunos enquanto realizavam a socialização das experiências, qual seja: a referência às situações concretas e ao contexto sócio, político e cultural vigente. Segundo Paulo Freire:

---

enquanto trabalham juntos, escutam uns aos outros, trocam opiniões, negociam problemas e votam para tomar decisões que afetam todo o grupo, e também promovem o desenvolvimento geral do raciocínio e inteligência [...] e a construção do conhecimento em uma variedade de conteúdos.” (DEVRIES e ZAN, 1998, p. 116)

---

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para ler e escrever. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. [...] Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar. (FREIRE, 1989, p. 72).

Pautados nesta concepção e nos exemplos citados pelos sujeitos em análise durante as interações, ficou perceptível que a prática alfabetizadora estava associada aos diálogos referentes aos elementos do cotidiano, sobretudo do trabalho rural, evidenciando uma prática que ocorria no movimento de baixo para cima, isto é, consistia em um aprendizado fruto das raízes culturais e locais, repleto de sentidos significados do contexto social e histórico dos alfabetizandos.

Nesse sentido, constatada à compreensão de que os adultos aprendem de um modo bastante específico, e, analisando o êxito de tal proposta pedagógica, notamos que Paulo Freire, na sua sabedoria didática, adotou os princípios da Andragogia<sup>24</sup> no que se refere à aplicabilidade dos diversos contextos educativos; à relação dialógica entre o facilitador e o aprendente – termos utilizados na andragogia, contido nos processos de ensino e aprendizagem, assim como no planejamento; aos conhecimentos prévios e; à tarefa de corresponsabilidade, por parte do professor e do aluno, pela aprendizagem (DAMIÃO, 1996).

Segundo as informações obtidas na roda de conversa, podemos observar que Paulo Freire primou pelos contextos de vida daqueles trabalhadores rurais, permitindo que, através dos elementos de trabalho (o que se considera como os saberes já adquiridos) se estabelecesse um diálogo entre educador e educando, e, por fim, ocorria a experiência contextualizada da escrita. Este foi mais um aspecto sobre o qual percebemos a aproximação ao contexto de vida diversificado, pois, nas falas, uma aluna mencionou que seu

---

<sup>24</sup> Esse termo “parte do pressuposto de que a educação é um processo de aprendizado constante. É preciso pensar a educação não apenas do ponto de vista da criança e do jovem, mas também do adulto, sob duas perspectivas: daquele adulto escolarizado que frequenta um curso superior, e também do adulto sem uma formação escolar ou com formação parcial.” (POLLA, 2014, p. 13)

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

lápiz era o dedo e o caderno era a areia, enquanto que outra mencionou utilizar lápis e caderno para aprender. Apesar dessas e outras dificuldades da época, a proposta educativa Freireana dispunha de criatividade e irreverência para asseverar o aprendizado de todos.

Analisando a colaboração profícua dos princípios supracitados para formação desse grupo específico, a experiência de Angicos nos mostrou que a EJA deve ser permeada de maneira contínua pelas premissas andragógicas como uma das vias de acesso para atingir a qualidade e a complexidade do ensino na modalidade em voga. No entanto, diante do analfabetismo ainda presente em nosso país e do público que se encontra fora de faixa etária para o ensino regular, sabe-se que existem outras variáveis que agregam e contribuem para a qualidade desse ensino, dentre elas, uma das principais é a formação do educador. Arroyo (2006) nos traz uma reflexão acerca desta questão frisando a relevância da conscientização desse trabalho para com o perfil desses alunos ao afirmar que:

O foco para se definir uma política para a educação de jovens e adultos e para a formação do educador da EJA deveria ser um projeto de formação que colocasse a ênfase para que os profissionais conhecessem bem quem são esses jovens e adultos, como se constroem como jovem e adulto e qual a história da construção desses jovens e adultos populares. (p.25).

Apesar de ter se passado quase uma década, esta afirmativa continua sendo bastante válida para tal modalidade nos dias atuais, visto que, é de suma importância que o educador adentre na identidade de sua turma, a fim de extrair subsídios para sua prática para, a partir disto, realizar seu planejamento da maneira mais coerente possível com os contextos de vida dos seus educandos. Nessa vertente, os educadores do projeto de Paulo Freire souberam com maestria pedagógica lidar com essa problemática, pois eles bem conheciam a realidade de seus educandos, o que se tornava o elemento norteador da vivência das aulas. Destarte, conseguiram alcançar resultados libertadores e transformadores.

Outro ponto de destaque, citado no momento da roda de conversa, concerne à fala de um dos alunos ao conceber essa proposta alfabetizadora

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

como um processo que abriu novos horizontes, novos olhares, permitindo realizar descobertas e firmar uma consciência de mundo, bem como de seus direitos. Isso porque quando essa aluna relatava que ao apreender o significado da palavra “férias” no momento de contextualização e discussão, foi que ela adquiriu consciência do seu direito e, sendo assim, ela como trabalhadora poderia gozar deste direito de forma legítima. Esta afirmação anuncia empiricamente o papel conscientizador da educação rompendo com as prisões da ausência de conhecimento. Desta forma,

O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. (FIORI in FREIRE, 1982, p. 15).

Esta afirmação sobre a proposta pedagógica Freireana elucida que, o mesmo, zela pela educação popular visando uma perspectiva de emancipação humana. Para além disso, enfatiza que sem a conscientização não é possível libertar-se para assimilar o conjunto de ideias, fazeres e saberes necessários que permitam ao educando avançar em compreensão de mundo e, de um modo mais específico, em seu contexto social, político e cultural circundante. Sendo assim, no momento em que esse educando atinge um determinado patamar de entendimento dos fatores sociais, políticos e econômicos, dificilmente se permitirá acomodar-se perante os acontecimentos. Aquela aluna – trabalhadora, após conscientizar-se do seu direito às férias, não mais se privou de exigir tal direito.

Nesse sentido, pensar a educação libertadora na EJA é, sobretudo, aderir a um modelo pedagógico de ensino que possibilite a emancipação de uma classe pouco favorecida socialmente que, por alguma razão, não teve condições de concluir os estudos no período regular; é a promoção de novos



## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

meios de vida, tendo em vista as constantes transformações e exigências do mundo do trabalho capitalista, contribuindo para minimizar os índices de miséria e de analfabetismo. Nisto consiste a relevância de pensar a EJA dentro dos princípios Freireanos.

Outro dito pertinente na roda de conversa está relacionado a uma dimensão de gênero. Uma ex-aluna relatava sua dificuldade com os pais nos primeiros dias de aula, pois estes alegavam que mulher não devia frequentar a escola, restringindo o papel feminino aos serviços domésticos. Colaborando nesse sentido, Moll (2004) ressalta a existência dessa visão em gerações passadas:

[...] quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como a de que “mulher não precisa aprender” (p. 11).

Como destaca a autora, esta designação é um dos fatores que impedia a educação feminina, o que culminou no crescimento do público da EJA. Entretanto, as mulheres foram pouco a pouco conquistando seu espaço na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. As gerações que vivenciavam este conceito só favoreciam a permanência de uma vida limitada às atividades rotineiras, à falta de escolarização e de uma construção intelectual reflexiva e emancipadora.

O último ponto a ser mencionado e analisado, é decorrente de uma indagação voltada para a secretária de educação do município. Esta foi interrogada a respeito do que Paulo Freire deixou para a educação naquela localidade. A resposta foi: nada. Tal resposta nos causou alguns questionamentos, pois, observando a metodologia da EJA na atualidade, diante da qual estudos demonstram que tal modalidade de ensino prima pela relação dialógica entre educador e educando; que concebe a aprendizagem com base no contexto de vida do aluno, considerando seus conhecimentos prévios, como se pode então afirmar que não restou nada de Paulo Freire na educação? Acreditamos que a resposta da secretária de educação esteja referindo-se ao material didático do projeto. Sobre este aspecto, devido ao golpe militar de 64, a comunidade de Angicos precisou extinguir todo material que fosse



# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

relacionado ao projeto de Paulo Freire. Em contrapartida, muitos educadores brasileiros se apropriam de sua proposta pedagógica nesta modalidade de ensino e na educação básica, defendendo e lutando pela sua retomada nas práticas escolares.

Na verdade Freire concebeu uma epistemologia, uma forma de conhecimento que visa a transformação do contexto de vida dos educandos. Assim posto, sua teoria prima por conteúdos considerados úteis, na contramão do ensino tradicional, valorizando o universo do aluno com a finalidade de promover uma aprendizagem social significativa. Nesse processo o aluno não fica na posição de oprimido. Pelo contrário, a ele é atribuída à liberdade de diálogo e reflexão, e, antes de tudo é motivado a realizar uma leitura de mundo de maneira crítica para que transforme sua realidade.

Pensando na ascensão dos oprimidos, a teoria dialógica Freireana oportuniza ao educando ser um sujeito autônomo no seu processo de aprendizagem. Paulo Freire considerava o respeito à autonomia um dos aspectos principais no referido processo ao afirmar, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 2009, p.59).

Em síntese a teoria de Paulo Freire assume algumas características importantes, tais como: construção conjunta de saberes entre educador e educando (ambos exercem a mesma importância nesse processo) numa relação dialógica; definição de palavras geradoras em prol do significado social; práxis (ação-reflexão-ação); crença e valorização do conhecimento prévio individual e coletivo; superação das situações opressoras; visão crítica de mundo, bem como tudo aquilo que possa levar o educando a transformar sua realidade.

### 3 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Diante do que foi apresentado, tendo em vista a experiência da proposta pedagógica de alfabetização de Paulo Freire em Angicos, concluímos que a EJA compreende uma modalidade de ensino viável de ser aplicada quando lhe é possibilitada a dinâmica pedagógica apropriada para sua concretização. Atualmente, regulamentada legalmente pela Lei de Diretrizes e

## A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a referida modalidade expande a democratização do ensino para aqueles que não tiveram acesso na faixa etária própria, contribuindo para a erradicação do analfabetismo ainda bastante presente no nosso país.

No entanto, é perceptível a falta de investimento do Estado para suprir as necessidades das quais a EJA vem enfrentando desde a época de Angicos. Sobre esta pauta, Torres (1999) nos coloca que “deixar de lado a educação de adultos é ignorar mais uma vez o ponto de vista da demanda educativa, a importância da família como suporte fundamental para o bem estar da aprendizagem infantil [...]” (p. 20), ou seja, torna-se uma problemática que repercute diretamente na aprendizagem infantil, considerando que a família exerce um papel importante na educação de sua prole.

A aplicação da proposta pedagógica de Paulo Freire em Angicos deixou-nos como herança o grande exemplo de um trabalho brilhante para com o público de EJA. Esta experiência, outrora impedida de expandir-se por todo o país, passa a ser vista como um modelo de ensino a ser retomado, não apenas na modalidade em voga, mas também nos anos iniciais da educação básica. Na contemporaneidade, vários profissionais da educação defendem, lutam e adequam, da maneira mais viável possível, práticas pertinentes do método Freireano nos processos de ensino e de aprendizagem, acreditando que esse itinerário pode de fato ser o diferencial nas turmas de alfabetização.

Vale reiterar que a experiência de Angicos corrobora que a qualidade do ensino da EJA consiste na formação adequada dos professores que lidam com esta modalidade; no planejamento pedagógico condizente com a realidade da turma; no conhecimento do professor para com a identidade de seus educandos e, que, a ausência de recursos e de investimento público é um agravante no que concerne a superação dos desafios de tal modalidade, porém, não é empecilho para eximir-nos, enquanto educadores, do nosso papel social a atender este público, suprindo uma demanda educativa ainda bastante presente em nosso país.

# A PESQUISA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. In. Formar Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos. In. Soares, Leôncio (org.) **Formação de Educadores da Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, secad mec, / unesco, T 2006.

DAMIÃO, H. **Pré, inter e pós-acção**: planificação e avaliação em pedagogia. Coimbra: Minerva, 1996.

DEVRIES, R. ZAN, B. (1998). **A ética na educação infantil** – O ambiente sócio-moral na escola, Porto Alegre: ArtMed Editora.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London, Sage Publication, 1994. 643p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro. 2001

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir (2014). 50 anos de Angicos: um sonho interrompido a ser retomado. **Revista Educatrix**. Ano 4. Especial nº 2 Vozes de valor. Fortaleza: Moderna, pp. 26-31.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livros, 2005.

História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/o-golpe-militar-de-1964/>> Acesso em: 22 de jul. 2015.

MOLL, Jaqueline. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação. 2004

POLLA, Cauê Cardoso (2014). Descobrindo as trilhas da Andragogia. **Revista Educatrix**. Ano 4. Especial nº 2 Vozes de valor. Fortaleza: Moderna, pp. 12-13.

TORRES, Rosa Maria. (1992). **Educación para todos**: La propuesta, la respuesta (1990-1999). Buenos Aires (apresentada no Painel Nueve años despues de Jomtien, Conferência Anual da Sociedade Internacional de Educação Comparada, Toronto, 14-18 de abril, 1999.